



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX Nº 141 SEXTA-FEIRA, 11 DE SETEMBRO DE 2015



BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL *

PRESIDENTE Renan Calheiros - (PMDB-AL) 1º VICE-PRESIDENTE Jorge Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Romero Jucá - (PMDB-RR) 1º SECRETÁRIO Vicentinho Alves - (PR-TO) 2º SECRETÁRIO Zeze Perrella - (PDT-MG)	3º SECRETÁRIO Gladson Cameli - (PP-AC) 4º SECRETÁRIA Angela Portela - (PT-RR) SUPLENTES DE SECRETÁRIO 1º Sérgio Petecão - (PSD-AC) 2º João Alberto Souza - (PMDB-MA) 3º Elmano Férrer (PTB-PI) 4º Douglas Cintra - (PTB-PE)
--	--

* As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24 Líder Humberto Costa - PT (22,28) Vice-Líderes Acir Gurgacz (3,37) Benedito de Lira (16,18,44) Walter Pinheiro (31,36,43) Telmário Mota (4,38,42) Regina Sousa (41) Líder do PT - 13 Humberto Costa (22,28) Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32) Walter Pinheiro (31,36,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (34) Líder do PDT - 6 Acir Gurgacz (3,37) Vice-Líder do PDT Telmário Mota (4,38,42) Líder do PP - 5 Benedito de Lira (16,18,44)	Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21 Líder do PMDB - 17 Líder do PSD - 4 Omar Aziz (13) Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (12)	Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 17 Líder Alvaro Dias - PSDB (20) Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Morais (46) Antonio Anastasia (47) Líder do PSDB - 12 Cássio Cunha Lima (17) Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40) Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (6) Vice-Líder do DEM José Agripino (39)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 9 Líder Lídice da Mata - PSB (11,25) Vice-Líderes José Medeiros (15,19,29) Vanessa Grazziotin (21,26) Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PSB - 6 João Capiberibe (1,14) Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45) Líder do PPS - 1 José Medeiros (15,19,29) Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (24,27) Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (21,26)	Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9 Líder Fernando Collor - PTB (5,10) Vice-Líderes Blairo Maggi (9) Eduardo Amorim (8) Marcelo Crivella (2,7) Líder do PTB - 3 Fernando Collor (5,10) Líder do PR - 4 Blairo Maggi (9) Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (8) Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella (2,7)	Governo Líder Delcídio do Amaral - PT (48)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Coordenador Industrial	Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Atas e Diários Quésia de Farias Cunha Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar
---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 155^a SESSÃO, DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2015.....	6
1.1 – ABERTURA.....	6
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE.....	6
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação	8
1.2.1.1 – Pareceres	
Nº 708/2015, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104/2015	8
Nº 709/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242/2014.....	16
Nº 710/2015, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 48/2015	23
1.2.1.2 – Encaminhamento de matéria	
Encaminhamento do Projeto de Lei do Senado nº 104/2015 à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em decisão terminativa.....	29
1.2.1.3 – Abertura de prazo	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que os Projetos de Lei do Senado nºs 242/2014 e 48/2015 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 72 e 73/2015-CAS)	29
1.2.1.4 – Requerimentos	
Nº 1.046/2015, de autoria do Senador Omar Aziz, de homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Tarcila Negreiro Mendes.....	31
Nº 1.050/2015, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. José Hermes Damaso.....	32
1.2.1.5 – Projetos de Lei do Senado	
Nº 605/2015, de autoria do Senador Roberto Rocha, que <i>amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo</i>	33
Nº 606/2015, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que <i>altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para revogar o art. 9º que trata dos juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido recebido por pessoas jurídicas</i>	36
Nº 607/2015, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que <i>altera a Lei nº 10.779, de 25 de dezembro de 2003, para dispor que somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira, salvo aquelas previstas no art. 12, VII, § 10, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no art. 11, VII, § 9º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991</i>	39
Nº 608/2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, que <i>altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para estender ao servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão, exonerado por ato discricionário da Administração, o direito à percepção do seguro-desemprego</i>	42
1.2.1.6 – Comunicações	
Da Liderança do PR na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Ofício nº 394/2015)	45
Da Liderança do PDT na Câmara dos Deputados, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista Permanente de Combate à Violência contra a Mulher (Ofício nº 332/2015)	46
Da Liderança do PSB na Câmara dos Deputados, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 691/2015 (Ofício nº 207/2015). <i>Será feita a substituição solicitada.</i>	47
1.2.2 – Orador	
SENADOR DÁRIO BERGER – Aplausos ao Governo do Estado de Santa Catarina pelas medidas adotadas para superação da crise econômica que afeta o País.....	48
1.2.3 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.047/2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 127/2015.....	49
Nº 1.048/2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros Senadores, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 555/2015	51

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 8 (inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 104/2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que *acrescenta um § 3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Políticas Militares e Corpos de Bombeiros Militares. Transcorrida a primeira sessão de discussão em primeiro turno.....*

52

1.3.2 – Item extrapauta (incluso na pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 83/2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que *acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente. Transcorrida a primeira sessão de discussão em primeiro turno.....*

52

1.4 – APÓS ORDEM DO DIA

1.4.1 – Apreciação de requerimentos

Nº 1.047/2015, de autoria do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores. **Aprovado**

53

Nº 1.048/2015, de autoria do Senador Tasso Jereissati e outros Senadores. **Aprovado**

53

1.4.2 – Oradores

SENADOR WALTER PINHEIRO – Defesa de maior interlocução entre os Poderes Legislativo e Executivo para solucionar a crise existente no País

53

1.4.3 – Leitura de requerimento

Nº 1.049/2015, de autoria da Senadora Ana Amélia, de autorização para desempenho de missão parlamentar em 21 do corrente. **Aprovado**

56

1.4.4 – Oradores (continuação)

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES, como Líder – Preocupação com a situação econômica do País que resultou em recessão, inflação, desemprego e crise de governabilidade; e outros assuntos

57

SENADOR LINDBERGH FARIAS – Críticas à política de austeridade como instrumento de superação das crises econômica e fiscal existentes no País; e outro assunto

60

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários sobre a perda do grau de investimento pelo País decretada pela agência de risco Standard and Poor's; e outro assunto

65

SENADOR LASIER MARTINS – Críticas ao Governo Federal pelo desequilíbrio das contas públicas

67

SENADOR PAULO PAIM, como Líder – Saudações aos vereadores e aos jovens participantes do Projeto Jovem Vereador, do Município de Butiá-RS; e outro assunto

69

SENADOR DONIZETTI NOGUEIRA – Defesa de projeto de lei de autoria de S. Ex^a que dispõe sobre a proteção ambiental e a promoção do ecoturismo em Unidades de Conservação através da gestão compartilhada com hotéis-cassino autorizados à exploração de jogos de apostas.....

72

SENADORA ANA AMÉLIA – Defesa do resgate da credibilidade estatal para superação da crise existente no País; e outro assunto

75

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Confiança em que o País conseguirá superar a atual crise por que passa, não obstante o rebaixamento da capacidade de pagamento anunciado pela Standard & Poor's; e outro assunto

80

SENADOR ACIR GURGACZ – Satisfação com a liberação de recursos pelo FNDE para a construção de creches no Estado de Rondônia

84

SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA – Registro do artigo "S&P tirou de Dilma o papel de culpar os outros", publicado no blogue do jornalista Josias de Souza

85

SENADOR JOSÉ MEDEIROS – Registro dos 25 anos do Código de Defesa do Consumidor, em 11 do corrente

88

1.5 – ENCERRAMENTO.....

89

2 – ATA DA 156^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 10 DE SETEMBRO DE 2015

90

2.1 – ABERTURA

90

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a Comemorar do Dia do Administrador, celebrado no dia 9 de setembro

90

2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

2.2.2 – Fala da Presidência (Senador Donizeti Nogueira)

90

2.2.3 – Oradores

Senador Valdir Raupp.....

92

Sr. Rogério Ramos de Souza.....

94

Sr. Carlos Alberto Ferreira Júnior.....

95

Sr. Sebastião Luiz de Mello

95

Senador Elmano Férrer

99

Senador Hélio José

100

Sra Ana Cláudia Mota

101

Sr. Itamar Revoredo Kunert

102

Sr. Valter Luis de Lemos, Presidente do Conselho Regional de Administração do Estado do Rio Grande do Sul	102
2.2.4 – Entrega de troféu pelos 50 anos da Profissão de Administrador ao Senador Donizeti Nogueira	103
2.2.5 – Fala da Presidência (Senador Donizeti Nogueira).....	103
2.2.6 – Oradores (continuação)	
Senador Paulo Paim (art. 203 do Regimento Interno).....	105
2.3 – ENCERRAMENTO	105

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	106
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL	109
5 – LIDERANÇAS	110
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	112
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	128
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	138
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	186

CONGRESSO NACIONAL

10 – COMISSÕES MISTAS	209
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	222

Ata da 155ª Sessão, Deliberativa Extraordinária, em 10 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim e Dário Berger.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 13 minutos e encerra-se às 16 horas e 4 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:



REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal
55ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa Ordinária

155ª Sessão Deliberativa Extraordinária, às 11:30 horas

Período: 10/09/2015 07:00:00 até 10/09/2015 20:35:59

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PDT	RO	Acir Gurgacz	X
PSDB	MG	Aécio Neves	X
PSDB	SP	Aloysio Nunes	X
PSDB	PR	Álvaro Dias	X
PP	RS	Ana Amélia	X
PT	RR	Ângela Portela	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X
PSB	SE	Antônio C Valadares	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X
PP	AL	Benedito de Lira	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X
PDT	DF	Cristovam Buarque	X
PSDB	SC	Dalírio Beber	X
PMDB	SC	Dário Berger	X
DEM	AP	Davi Alcolumbre	X
PT	MS	Delcídio do Amaral	X
PT	TO	Donizeti Nogueira	X
PMDB	MA	Edison Lobão	X
PSC	SE	Eduardo Amorim	X
PTB	PI	Elmano Férrer	X
PMDB	CE	Eunício Oliveira	X
PT	RN	Fátima Bezerra	X
PSB	PE	Fernando Coelho	X
PTB	AL	Fernando Collor	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X
PP	AC	Gladson Cameli	X
PSD	DF	Hélio José	X

Partido	UF	Nome Senador	Presença
PP	RO	Ivo Cassol	X
PMDB	PA	Jader Barbalho	X
PMDB	MA	João Alberto Souza	X
PSB	AP	João Capiberibe	X
DEM	RN	José Agripino	X
PPS	MT	José Medeiros	X
PT	CE	José Pimentel	X
PSDB	SP	José Serra	X
PDT	RS	Lasier Martins	X
PSB	BA	Lídice da Mata	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X
PR	ES	Magno Malta	X
PRB	RJ	Marcelo Crivella	X
DEM	SE	Maria do C Alves	X
PSD	AM	Omar Aziz	X
PSD	BA	Otto Alencar	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X
PT	RS	Paulo Paim	X
PT	PA	Paulo Rocha	X
PMDB	PB	Raimundo Lira	X
PSOL	AP	Randolfe Rodrigues	X
PT	PI	Regina Sousa	X
PDT	DF	Reguffe	X
PMDB	AL	Renan Calheiros	X
PMDB	PR	Roberto Requião	X
PSB	MA	Roberto Rocha	X
PSB	RJ	Romário	X
PMDB	RR	Romero Jucá	X
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X
PMDB	AM	Sandra Braga	X
PMDB	MS	Simone Tebet	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X
PDT	RR	Telmário Mota	X
PMDB	RO	Valdir Raupp	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X
PMDB	MS	Waldemir Moka	X
PT	BA	Walter Pinheiro	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X
DEM	GO	Wilder Morais	X
PDT	MG	Zézé Perrella	X

Compareceram 69 senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há sobre a mesa Expediente, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

É o seguinte o expediente:

PARECERES

PARECER Nº 708, DE 2015

Da COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015, do Senador José Agripino, que *institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências*.

RELATOR: Senador **WALDEMAR MOKA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 104, de 2015, do Senador José Agripino, que *institui a Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e dá outras providências*.

A iniciativa compõe-se de treze artigos, agrupados em seis capítulos.

O art. 1º define a finalidade da iniciativa como sendo a instituição da Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo (PNEJC). Nos arts. 2º e 3º são definidos os princípios e objetivos da Política.

O art. 4º, por sua vez, determina que o poder público atuará de forma coordenada, nos níveis federal, estadual e municipal, para apoiar o jovem empreendedor do campo por meio de quatro eixos: a) educação empreendedora; b) capacitação técnica; c) acesso ao crédito; e d) difusão de tecnologias no meio rural.

O art. 5º define as ações e modalidades de apoio, no campo da educação, ao jovem empreendedor do campo.

Por meio do art. 6º, prevê-se capacitação técnica plural, proporcionando ao jovem o conhecimento prático, de caráter não formal, necessário para a adequada condução da produção, da comercialização e da gestão econômico-financeira do empreendimento rural.

O art. 7º estabelece que a referida política incentivará a viabilização de novos empreendimentos e a manutenção e expansão de empreendimentos já existentes por meio da criação de linhas de crédito rural específicas para os jovens do campo.

O art. 8º assenta as ações necessárias à difusão de tecnologias no âmbito da Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo.

O art. 9º autoriza o Poder Público a instituir o Comitê de Formação Empreendedora do Jovem do Campo (CFEJ), com o fim de planejar e coordenar a execução da Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo, e confere ao referido Comitê suas atribuições.

Conforme o art. 10 da iniciativa, a composição do mencionado Comitê será definida em regulamento e contará com representantes da União, dos Estados e dos Municípios, sendo garantida a participação, ainda, das seguintes entidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP); Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif); e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ).

O art. 11 determina que a política ora estabelecida utilizará os instrumentos da Política Agrícola brasileira, instituídos pela Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

O art. 12 prevê que o Poder Executivo regulamentará a Lei, no que for necessário à sua aplicação, e o art. 13 estabelece a vigência imediata das disposições.

Em sua justificação, o autor aponta dados acerca do êxodo rural de jovens em direção às cidades em busca de melhores oportunidades

conectadas às novas tecnologias e destaca a suma importância de políticas que criem *condições e oportunidades para o jovem permanecer no campo*. Nesse sentido, a proposição tem como objetivo principal *capacitar os jovens para que sejam líderes empreendedores, estimular o negócio cooperativo e possibilitar o acesso ao crédito orientado para que possam transformar pequenas propriedades familiares em unidades produtivas competitivas*.

Em virtude da aprovação do Requerimento nº 308, de 2015, em 23 de abril do corrente ano, o projeto será apreciado adicionalmente pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e, em seguida, irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que sobre ele decidirá em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas à proposição no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O Projeto de Lei Senado nº 104, de 2015, vem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em respeito às determinações normativas do art. 104-B do Regimento Interno do Senado Federal.

Observamos, preliminarmente, que a CCJ se manifestará oportunamente sobre os aspectos atinentes à constitucionalidade e à juridicidade da proposição em análise, bem como sobre sua técnica legislativa. Vale salientar, de antemão, que o projeto em foco inova a legislação vigente por meio de proposta legislativa com força de generalidade e coercitividade, sem afastamento dos princípios gerais do Direito.

A iniciativa do Senador José Agripino, no sentido de estruturar uma Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo, mostra-se extremamente oportuna, uma vez que existem problemas cruciais a serem enfrentados para dar continuidade ao sucesso do agronegócio brasileiro.

O ano de 2015 tem sido bastante difícil para a economia brasileira, combalida em seus fundamentos por equívocos na condução das políticas públicas. Apesar dessa realidade, é de igual consenso que sem a contribuição da agropecuária a esperada retração do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro seria ainda mais drástica.

De fato, a agropecuária nacional tem se notabilizado nas últimas décadas pelos recordes de safras e por significativas contribuições para a economia brasileira, seja como geradora de divisas, seja na manutenção da ocupação da força de trabalho rural ou na produção dos alimentos indispensáveis à população.

Com efeito, a história da agropecuária brasileira contempla bastante inovação tecnológica e muito êxito em seus resultados. De acordo com estimativas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a participação da atividade agrícola do país no PIB nacional em 2014 foi de 23,3%, superando o ano anterior, quando contribuiu com 22,5% do valor do PIB.

Ainda conforme a CNA, apesar das atuais crises econômica e política, as exportações do agronegócio deverão representar uma receita cambial de US\$ 103 bilhões em 2015, com a melhora do cenário externo.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) já sinaliza que, em 2015, a safra nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas confirmará um novo recorde de produção, que deverá se aproximar dos 200 milhões de toneladas, ante 192,8 milhões de toneladas obtidas em 2014.

A despeito do aventado êxito, os desafios do setor agropecuário são consideráveis no plano da infraestrutura e, principalmente, no que tange aos riscos decorrentes da redução das populações rurais e à falta de capacitação adequada aos novos empreendedores.

A presente iniciativa concentra esforços nas questões oriundas das deficiências verificadas na formação de jovens empreendedores, justamente aqueles que têm a missão de dar continuidade à história de sucesso da agropecuária brasileira.

O mérito da proposição é evidente. A elevação da produção agropecuária, resultante de incrementos de produtividade associados ao uso de novas tecnologias, somente se tornará contínua com a implantação de políticas de capacitação e de estímulos ao empreendedorismo voltados às novas gerações.

Nesse aspecto, os dados do IBGE são ilustrativos. Com base no último censo, o número de jovens residentes na zona rural do País caiu

10% em uma década: em 2000, viviam no campo cerca de 8,6 milhões de jovens, número que reduziu para 7,8 milhões, em 2010. Essa é a realidade que o projeto se dispõe a transformar para tornar perenes os excelentes resultados alcançados recentemente pela agropecuária brasileira.

Não obstante, a proposição poderia ser mais clara e assertiva no que concerne ao desenvolvimento de lideranças no meio rural, conforme programa já desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar).

Junto à educação profissional e promoção social, o Senar tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida no meio rural, favorecendo efetivamente o aumento da renda, a integração e a ascensão social de toda família rural.

Nos últimos anos é recorrente e quase inevitável a emigração de uma parte significativa da população jovem rural para as cidades. Porém, é preciso que a decisão de permanecer no campo não seja vista pelo jovem como fracasso ou simplesmente uma falta de escolha. Para que alcancemos tal fim, é imperativo que o jovem do campo tenha protagonismo e, antes de qualquer coisa, considere-se capaz de influenciar o futuro de seu município e de sua região.

Assim, o jovem do meio rural precisa se aperfeiçoar e se aproximar das novas tecnologias de informação e comunicação de forma a levar inovações para o seu meio. Com tal intuito, o Senar desenvolveu o programa de formação de jovens rurais, intitulado “CNA Jovem”, com foco em liderança e objetivo de atrair jovens talentos do meio rural e qualificá-los para exercerem posições estratégicas no âmbito do setor produtivo rural.

A primeira versão do programa foi concluída em abril de 2015 com grandes resultados para o setor. Por isso, acreditamos ser importante a inclusão da formação de lideranças no projeto de lei descrito, pois, como o Senar, outras entidades podem contribuir para que a juventude rural tenha a oportunidade de aprimorar suas competências pessoais e técnicas, a fim de atender às crescentes demandas e aos desafios do setor agropecuário.

Portanto, sugerimos as emendas abaixo, que: (i) inclui a formação de novas lideranças nos princípios e nos eixos de atuação da Política Nacional de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo; e (ii) altera o título da Seção III para “Da Capacitação e Formação

Técnica”. Assim, tal seção passa a incluir a formação técnica já em sua denominação, a fim de contemplar os conteúdos complexos de utilização de tecnologias, gestão dos processos sociais e de produção, assumindo o trabalho a ser executado como princípio educativo, correspondente ao técnico de nível médio, dentro da educação básica.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 - CRA

Acrescentem-se os seguintes incisos aos arts. 2º, 4º e 5º do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015:

“Art. 2º

.....
VIII – estímulo de iniciativas voltadas para a formação de novas lideranças no campo.”

“Art. 4º

.....
V – formação de novas lideranças no campo.”

“Art. 5º

.....
VI – estímulo à formação de novas lideranças rurais, podendo ser apoiadas ou promovidas por Serviços Sociais Autônomos voltados para a aprendizagem.”

EMENDA Nº 2 - CRA

Dê-se à Seção III do Capítulo IV e ao *caput* do art. 6º do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015, as seguintes redações:

“**Seção III**
Da Capacitação e Formação Técnica

Art. 6º A capacitação e a formação técnica deverão ser plurais, proporcionando ao jovem o conhecimento prático, de caráter não formal e formal, necessários para a adequada condução da produção, da comercialização e da gestão econômico-financeira do empreendimento rural, priorizando os seguintes conteúdos:

.....”

Sala da Comissão, 6 de agosto de 2015.

Senadora ANA AMÉLIA, Presidente

Senador WALDEMIR MOKA, Relator



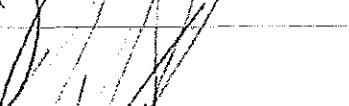
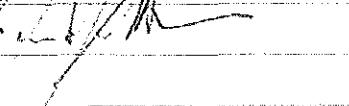
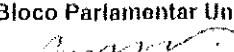
SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião:27ª Reunião, Extraordinária, da CRA

Data: 06 de agosto de 2015 (quinta-feira), às 08h

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

TITULARES		SUPLENTES	
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)		SUPLENTES	
Acir Gurgacz (PDT)		1. Paulo Rocha (PT)	
Donizeli Nogueira (PT)		2. Lasier Martins (PDT)	
Zeze Perrella (PDT)		3. VAGO	
Delcídio do Amaral (PT)		4. VAGO	
Ana Armélia (PP)		5. Benedito de Lira (PP)	
Waldemir Moka (PMDB)		Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
Rose de Freitas (PMDB)		1. José Maranhão (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)		2. Valdir Ratupp (PMDB)	
Sérgio Potecão (PSD)		3. Romero Jucá (PMDB)	
Jader Barbalho (PMDB)		4. Ricardo Ferraço (PMDB)	
Ronaldo Caiado (DEM)		5. Hélio José (PSD)	
VAGO		Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
VAGO		1. Wilder Morais (DEM)	
José Medeiros (PPS)		2. Flexa Ribeiro (PSDB)	
Lúcia Vânia (S/Partido)		3. VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SUPLENTES	
Wellington Fagundes (PR)		1. VAGO	
Blairo Maggi (PR)		2. VAGO	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)		SUPLENTES	
1. Douglas Cintra (PTB)		1. VAGO	
2. Elmano Ferrer (PTB)		2. VAGO	

10 08 15 9:45
Loomar
42344





SENADO FEDERAL

PARECER N° 709, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014, da Senadora Ana Rita, que *altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer que pelo menos quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00.*

RELATORA: Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

I – RELATÓRIO

Está sob análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014, da Senadora Ana Rita, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, entre outras coisas.

A alteração proposta é o acréscimo de um inciso III ao artigo 3º, § 3º, segundo o qual o Poder Executivo definirá:

III – o percentual mínimo de execução orçamentária anual do Programa Minha Casa Minha Vida a ser destinada a financiamentos imobiliários a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, que não será inferior a 15%.

O objetivo da inclusão do dispositivo acima é, de acordo com a justificação da proposição, atender as queixas de potenciais beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida de que os empreendimentos disponíveis atendem, em geral, a famílias com renda superior a R\$ 1.600,00.

A autora da proposta argumenta que o déficit habitacional no Brasil atinge principalmente famílias com renda de até três salários mínimos sendo, portanto, imprescindível que seja fixado um percentual mínimo de aplicação beneficiando famílias naquela faixa de renda.

O PLS em questão foi distribuído para esta Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deverá se manifestar sobre ele em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, I do Regimento Interno do Senado Federal, manifestar-se sobre a constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, técnica legislativa e mérito do projeto de lei referenciado.

O PLS sob análise propõe o acréscimo de um dispositivo à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que, entre outras coisas, dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV). O dispositivo em questão delega ao Poder Executivo a atribuição de fixar um percentual orçamentário mínimo do PMCMV a ser destinado a financiamentos a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, o qual não será inferior a 15%.

O argumento de que o déficit habitacional brasileiro é mais elevado entre famílias de baixa renda foi confirmado por recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), elaborado com base na

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-2012)¹. O estudo em questão mostrou que o déficit de 10% do total dos domicílios brasileiros registrados em 2007 caiu para 8,53% em 2012, o que representava 5,24 milhões de residências. Entretanto, a redução foi menor no estrato mais baixo.

Em 2012, 73,6% do déficit era composto por domicílios habitados por famílias com renda de até três salários mínimos, sendo que, em 2007, o percentual era de 70,7%. Houve, portanto, entre 2007 e 2012, aumento na participação das famílias com até três salários mínimos a despeito da redução do déficit habitacional em números absolutos. As faixas de renda acima de três salários mínimos passaram a responder menos pelo déficit habitacional.

Considerando que o PMCMV conta com recursos do Orçamento Geral da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), as duas principais fontes que o sustentam, merecem especial consideração medidas que ampliem o seu grau de focalização, aumentando o seu impacto social. Tal é o caso do PLS sob análise.

Do ponto de vista formal, nada temos a obstar com relação ao PLS nº 242, de 2014. O texto segue a boa técnica legislativa, sendo dotado de concisão, clareza e objetividade, estando em conformidade com os preceitos de juridicidade e constitucionalidade.

No mérito, a proposição constitui importante instrumento de enfrentamento do problema do déficit habitacional brasileiro. A autora da proposta fixou um limite relativamente baixo, apenas 15%, para que o percentual seja objeto de uma negociação interna no âmbito do Poder Executivo. Se o limite fosse muito elevado, as empresas de construção civil teriam menos interesse em participar dos financiamentos do PMCMV.

III – VOTO

¹ Nota Técnica nº 5 - “Estimativas do Déficit Habitacional Brasileiro (PNAD 2007-2012)” de Vicente Correia Lima Neto, Bernardo Alves Furtado e Cleandro Krause. Brasília: IPEA. Novembro de 2013. http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131125_notatecnicadirur05.pdf.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014.

Sala da Comissão, 09 de Setembro de 2015.

Senador EDISON LOBÃO, Presidente

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN, Relatora



(8)

SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 242, de 2014

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 24ª REUNIÃO, DE 09/09/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
 PRESIDENTE: Edison Lobão Senador Edison Lobão
 RELATOR: Vanessa Grazziotin

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)	
Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT) <i>Paulo</i>	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT) <i>Regina</i>	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela</i>	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP) <i>Ana Amélia</i>	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)	
João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) <i>Waldemir Moka</i>	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (S/Partido) <i>Marta Suplicy</i>
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM) <i>Maria do Carmo Alves</i>	1. Wilder Morais (DEM)
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Dalírio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Lídice da Mata (PSB) <i>Lídice da Mata</i>	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>relatoria: Vanessa Grazziotin</i>
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)	
Marcelo Crivella (PRB) <i>Marcelo Crivella</i>	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC) <i>Eduardo Amorim</i>	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1. VAGO			
PAULO ROCHA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)			
PAULO PAIM (PT)				3. JOSÉ PIMENTEL (PT)			
REGINA SOUSA (PT)				4. WALTER PINHEIRO (PT)			
ANGELA PORTELA (PT)				5. FÁTIMA BEZERRA (PT)			
ANA AMÉLIA (PP)				6. BENEDITO DE LIRA (PP)			
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)			
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)			
WALDEMIRO MOKA (PMDB)				3. ROMERO JUCÁ (PMDB)			
DÁRIO BERGER (PMDB)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)			
EDISON LOBÃO (PMDB)				5. MARTA SUPLICY (SPARTIDO)			
OTTO ALENÇAR (PSD)				6. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				1. WILDER MORAIS (DEM)			
LÚCIA VÂNIA (PSB)				2. VAGO			
DALIRIO BEBER (PSDB)				3. VAGO			
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				4. VAGO			
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PR, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PR, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCDOB)(RELATOR)			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. ROMARIO (PSB)			
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)				1. VICENTINHO ALVES (PR)			
ELMANO FÉRRER (PTB)				2. VAGO			
EDUARDO AMORIM (PSC)				3. VAGO			

Quórum: 14 Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO — ABS —
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 9, EM 09/09/2015

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (R1SF, art. 89, XI)

Senador EDISON LOBÃO
Presidente





SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO N° 42/2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 09 de setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014, que *altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00*, de autoria da Senadora Ana Rita.

Respeitosamente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL

PARECER N° 710, DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015, da Senadora Ana Amélia, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a atualização periódica do rol de anormalidades do metabolismo rastreadas na triagem neonatal.*

Relator: Senador **EDUARDO AMORIM**
Relator “ad hoc” Senador **MARCELO CRIVELLA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 48, de 2015, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros, que, em seu art. 1º, acrescenta os §§ 1º e 2º ao art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) –, para determinar que o Sistema Único de Saúde (SUS) atualize periodicamente o rol de exames para rastreamento de anormalidades do metabolismo em neonatos, tendo, como fundamento, as evidências científicas e os aspectos epidemiológicos, étnicos, sociais, econômicos e éticos que envolvem esse tipo de triagem.

O art. 2º, cláusula de vigência, estabelece que a lei, caso aprovada, entre em vigor na data de sua publicação.

Os autores justificam que a triagem neonatal é muito importante, vez que pode impedir que recém-nascidos aparentemente saudáveis sofram sequelas causadas pela falta de tratamento precoce de algumas doenças metabólicas. No entanto, os proponentes esclarecem que seis grupos de doenças são alvo das políticas brasileiras de rastreamento, enquanto muitos outros países têm modernizado suas diretrizes sanitárias para realizar exames que detectem um número maior de doenças no processo de triagem neonatal.

O projeto, que não foi objeto de emendas, foi distribuído para apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

É atribuição da Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre proposições que digam respeito à proteção e defesa da saúde, temática abrangida pelo projeto sob análise, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Além disso, por se tratar de apreciação em caráter terminativo, cabe também a esta Comissão examinar a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

De acordo com o inciso XII do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde. Ainda em consonância com o art. 61 da Carta Magna, a iniciativa de lei que verse sobre a matéria de que trata o projeto em tela é permitida a parlamentar.

Isso posto, consideramos não haver óbices quanto à constitucionalidade da proposição. Não há reparos, também, quanto à técnica legislativa empregada ou à sua juridicidade.

O inciso III do art. 10 do ECA estabelece que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a proceder a exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como a prestar orientação aos pais. Tal rotina é denominada triagem neonatal.

A triagem neonatal (TN), popularmente conhecida como “Teste do Pezinho”, consiste na realização de exames laboratoriais em recém-nascidos, a fim de que se identifique, de maneira precoce, a ocorrência de doenças genéticas – geralmente erros inatos do metabolismo – ou de doenças infecciosas, antes do período sintomático dessas enfermidades.

A definição de quais doenças devem ser alvo do rastreamento é questão fundamental para a formulação de um programa de TN. Os critérios habitualmente usados têm, como referência, sugestões apresentadas em documento publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), intitulado *Principles and practice of screening for disease*.

Existe hoje grande discussão sobre quantas e quais doenças devem ser abrangidas pelos programas de TN. Alguns defendem a realização do maior número possível de diagnósticos. Outros questionam a estratégia de oferecer resultados sobre um grande número de doenças para as quais há pouca ou nenhuma evidência de benefícios no tratamento dos pacientes. Assim, conforme demonstram os autores da proposta em comento, os programas de triagem neonatal ao redor do mundo variam em relação às doenças que são abrangidas por seu rastreamento.

A melhoria da tecnologia dos laboratórios permitiu a análise, em um único ensaio, de todos os aminoácidos e acilcarnitinas presentes na amostra de sangue do recém-nascido. Com isso, houve uma expansão das condições passíveis de triagem, o que gerou uma corrida pelo aumento de doenças a serem escolhidas pelos programas de TN em todo o planeta.

Enquanto vários países atualizaram seus programas de triagem neonatal, cobrindo um conjunto expandido de doenças, o Brasil tem mantido um número pequeno de afecções entre aquelas rastreadas pelo Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN).

Dessa maneira, entendemos que o PLS sob análise contribui para a modernização periódica do PNTN e mantém a coerência técnica que essa política pública deve ter, ao estabelecer que a elaboração do rol de doenças a serem cobertas pela TN observará as evidências científicas sobre os exames de rastreamento para elas disponíveis, bem como seus aspectos epidemiológicos, étnicos, sociais, econômicos e éticos.

III – VOTO

Em vista do exposto, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015.

Sala da Comissão, 09 de Setembro de 2015

Senador EDISON LOBÃO , Presidente

Senador MARCELO CRIVELLA, Relator “Ad hoc”



SENADO FEDERAL
Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, de 2015

(10)

ASSINAM O PARECER, NA 24^a REUNIÃO, DE 09/09/2015, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
 PRESIDENTE: *Edson Lobão*
 RELATOR: *Ad. h. Senador Manoel Ouvilla*

Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)

Humberto Costa (PT)	1. VAGO
Paulo Rocha (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT) <i>Paulo</i>	3. José Pimentel (PT)
Regina Sousa (PT) <i>Regina</i>	4. Walter Pinheiro (PT)
Angela Portela (PT) <i>Angela</i>	5. Fátima Bezerra (PT)
Ana Amélia (PP) <i>Ana Amélia</i>	6. Benedito de Lira (PP)

Bloco da Maioria(PMDB, PSD)

João Alberto Souza (PMDB)	1. Raimundo Lira (PMDB)
Sérgio Petecão (PSD)	2. Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) <i>Waldemir Moka</i>	3. Romero Jucá (PMDB)
Dário Berger (PMDB)	4. Rose de Freitas (PMDB)
Edison Lobão (PMDB)	5. Marta Suplicy (S/Partido) <i>Marta Suplicy</i>
Otto Alencar (PSD)	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)

Maria do Carmo Alves (DEM) <i>Maria do Carmo Alves</i>	1. Wilder Morais (DEM)
Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO
Dalírio Beber (PSDB)	3. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	4. VAGO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)

Lídice da Mata (PSB) <i>Lídice da Mata</i>	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB) <i>Vanessa Grazziotin</i>
Roberto Rocha (PSB)	2. Romário (PSB) <i>Roberto Rocha</i>

Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)

Marcelo Crivella (PRB) <i>Marcelo Crivella</i>	1. Vicentinho Alves (PR)
Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Eduardo Amorim (PSC)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL – Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015.

TITULARES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
HUMBERTO COSTA (PT)				1. VAGO				
PAULO ROCHA (PT)				2. GLEISI HOFFMANN (PT)				
PAULO PAIM (PT)	X			3. JOSÉ PIMENTEL (PT)				
REGINA SOUSA (PT)	X			4. WALTER PINHEIRO (PT)				
ANGELA PORTELA (PT)	X			5. FÁTIMA BEZERRA (PT)				
ANA AMÉLIA (PP)	X			6. BENEDITO DE LIRA (PP)				
TITULARES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)				1. RAIMUNDO LIRA (PMDB)				
SÉRGIO PETECÃO (PSD)				2. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
WALDEMAR MOKA (PMDB)	X			3. ROMERO JUCÁ (PMDB)				
DÁRIO BERGER (PMDB)				4. ROSE DE FREITAS (PMDB)				
EDISON LOBÃO (PMDB)				5. MARTA SUPlicY (S/PARTIDO)	X			
OTTO ALENÇAR (PSD)				6. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	X			1. WILDER MORAIS (DEM)				
LÚCIA VÂNIA (PSB)				2. VAGO				
DALIRIO BEBER (PSDB)				3. VAGO				
FLEXA RIBEIRO (PSDB)				4. VAGO				
TITULARES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÍDICE DA MATA (PSB)				1. VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)	X			
ROBERTO ROCHA (PSB)				2. ROMÁRIO (PSB)				
TITULARES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES – Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X			1. VICENTINHO ALVES (PR)				
ELMANO FÉRRER (PTB)				2. VAGO				
EDUARDO AMORIM (PSC)(RELATOR)				3. VAGO				

Quórum: 11
 Votação: TOTAL 10 SIM 10 NÃO — ABS —
 * Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO N° 9, EM 09/09/2015

Senador EDISON LOBÃO
Presidente

OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Edison Lobão



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO N° 13/2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 09 de Setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a atualização periódica do rol de anormalidades do metabolismo rastreadas na triagem neonatal*, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Respeitosamente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ENCAMINHAMENTO DE MATÉRIA

O Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2015, vai à Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional, em decisão terminativa, nos termos do Requerimento nº 935, de 2015, aprovado na sessão de 19 de agosto, e do despacho da Presidência.

ABERTURA DE PRAZO

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 242, de 2014; e 48, de 2015, sejam apreciados pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno (Ofícios nºs 72 e 73, de 2015, da CAS).

São os seguintes os Ofícios:

OFÍCIO N° 42/2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 09 de setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 242, de 2014, que altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00, de autoria da Senadora Ana Rita.

Respeitosamente,



Senador EDISON LOBÃO
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais



SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO N° 73/2015 - PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 09 de Setembro de 2015.

Ao Excelentíssimo Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente
Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2015, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a atualização periódica do rol de anormalidades do metabolismo rastreadas na triagem neonatal*, de autoria da Senadora Ana Amélia.

Respeitosamente,

Senador **EDISON LOBÃO**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

REQUERIMENTOS**SENADO FEDERAL
REQUERIMENTO
Nº 1046, DE 2015**

Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento da ex-primeira dama do Amazonas, Sra. Tarcila Negreiro Mendes, esposa do ex-Governador Amazonino Mendes, ocorrido na tarde de hoje, 9 de setembro de 2015, em São Paulo.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE PESAR pelo falecimento da ex-primeira dama do Amazonas, Sra. Tarcila Prado de Negreiro Mendes, esposa do ex-Governador Amazonino Mendes, ocorrido na tarde de hoje, em São Paulo, Capital.

Requeiro, mais, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento do ex-Governador, Sr. Amazonino Mendes e, por seu intermédio, aos filhos do casal.

JUSTIFICATIVA

A população do Amazonas está de luto. Faleceu na tarde de hoje a ex-primeira dama do Amazonas, esposa do ex-Prefeito, ex-Senador e ex-Governador Amazonino Mendes, Dra. Tarcila Negreiro Mendes.

Ela teve papel importante na democratização de nosso País. Foi líder estudantil nos anos 70, advogada, Juíza do Trabalho e Presidente da Legião Brasileira de Assistência.

Dela me despeço com carinho e profundo pesar. Pelo exemplo de vida, como mulher e como mãe, a Dra. Tarcila Mendes faz jus a homenagem póstuma que ora requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2015

Senador **OMAR AZIZ**

(Encaminhe-se)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 1050, DE 2015

Requeiro, nos termos dos artigos 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do **Senhor José Hermes Damaso**, bem como seja encaminhado o referido Voto aos seus familiares e amigos, no seguinte endereço: Quadra 1.407 sul, Avenida NS 15, lote 07, Condomínio Residencial Mirante do Lago, Quadra 12, Lote 09, Palmas/TO, CEP 77.019-870.

JUSTIFICAÇÃO

O ex-vereador de Palmas José Hermes Damaso faleceu no dia 05/09/2015, por volta do meio dia, em Palmas/TO, vítima de infarto fulminante.

José Damaso nasceu em Santa Cruz de Goiás (GO). Em 1965, mudou para Paraíso do Tocantins, onde casou com Rosilene Alves Damaso. Teve dois filhos: Juliângela e Edivam. Em 1990, mudou para Palmas e tornou-se empresário nos segmentos de supermercado e hortifrutigranjeiros.

Damaso foi eleito vereador na Capital nas eleições de 2004 e 2008. Em 2012, ficou como suplente, tendo assumido a vaga no início de 2013.

Neste momento de perda e dor, transmito meus sentimentos a seus familiares e amigos.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2015.

Senador **DONIZETI NOGUEIRA**

Encaminhe-se.

PROJETOS DE LEI DO SENADO**SENADO FEDERAL
PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 605, DE 2015**

(Do Sr. Roberto Rocha)

Amplia os incentivos fiscais para fomentar atividades de caráter desportivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006:

Art. 1º Poderão ser deduzidos do imposto de renda devido, apurado na Declaração de Ajuste Anual pelas pessoas físicas ou em cada período de apuração, trimestral ou anual, pela pessoa jurídica tributada com base no lucro real ou presumido, os valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

§ 1º

I – relativamente à pessoa jurídica, a 2% (dois por cento) do imposto devido, observado o disposto no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, em cada período de apuração;

.....(NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Justamente no ano que precede à realização no País dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão, o final de 2015 será marcado pelo fim de benefícios tributários previstos na Lei nº 11.438, de 2006, a denominada “Lei de Incentivo ao Esporte”. Contudo, o encerramento dessa política de incentivos impactará irremediavelmente o presente e o futuro do esporte nacional.

Segundo o Ministério do Esporte, *a quantidade de empresas que investem no esporte por meio da lei só aumenta: em 2011, foram 1.503, mais que o dobro de 2009 (645). O número de entidades que apresentam projetos e conseguem captar os recursos disponibilizados pela Lei de Incentivo dobrou nos últimos dois anos. Em 2011, foram 349; 172 em 2009; e 12 em 2007. Desde que entrou em vigor, a Lei de Incentivo já destinou R\$ 650 milhões a 1.852 projetos. Só em 2011, foram R\$ 219,5 milhões, 20% a mais que em 2010 (R\$ 191,9 milhões), o dobro de 2009 (R\$ 110,8 milhões) e 331% a mais que o primeiro ano, 2007 (R\$ 50,9 milhões).*

Avaliando a quantidade de projetos protocolados e aprovados, bem como o montante de captação, ano após ano, percebe-se claramente que as entidades desportivas estão evoluindo em seus métodos de planejamento e gestão. Paralelamente, grandes corporações contribuintes do imposto sobre a renda e provenientes de qualquer natureza vêm incorporando o uso da Lei de Incentivo ao Esporte em suas ações de marketing e de responsabilidade social.

Tais dados demonstram que a Lei de Incentivo ao Esporte, em princípio de caráter transitório (válida até o ano-calendário de 2015), deva ser aperfeiçoada e não extinta. Assim, objetiva-se dar nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, de modo a majorar o benefício e perenizar a referida política.

A nosso ver, pois, a Lei de Incentivo ao Esporte merece não apenas ser prorrogada, mas se tornar permanente no ordenamento jurídico brasileiro. Além disso, dados de execução das políticas de esportes recomendam que seja ampliada a possibilidade de dedução pelas empresas – de 1% para 2% do imposto devido. O benefício representa a forma mais ampla e democrática de financiamento público do desporto já viabilizada pelo Governo Federal, seja no âmbito educacional, de participação ou de rendimento (não profissional).

Por fim, não há razão para tão somente se considerar o regime de tributação com base no lucro real, de modo que se propõe abranger também os contribuintes que declaram com base no lucro presumido.

Sala das Sessões,

Senador **ROBERTO ROCHA**

LEGISLAÇÃO CITADA

Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - 9249/95

parágrafo 4º do artigo 3º

Lei nº 11.438, de 29 de Dezembro de 2006 - 11438/06

artigo 1º

*(Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à
última decisão terminativa)*



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 606, DE 2015

Altera a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para revogar o art. 9º que trata dos juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido recebido por pessoas jurídicas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica revogado o art. 9º e respectivos parágrafos da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com a produção de efeitos conforme o disposto no art. 150 da Constituição Federal.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 9º da Lei nº 9.249, de 1995, prevê que a pessoa jurídica poderá deduzir, para efeitos da apuração do lucro real, os juros pagos ou creditados individualmente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

Trata-se de uma despesa fictícia relativa aos chamados “juros sobre capital próprio”, um privilégio fiscal injusto, pois desconsidera que os sócios e acionistas já são renumerados pela apropriação dos lucros e dividendos da atividade empresarial.

O juros sobre o capital próprio não é apenas uma distorção que causa injustiça tributária, tais como as isenções sobre lucros e dividendos recebidos. É uma distorção teórica e pragmática. A boa literatura econômica indica que um detentor de recursos tem várias opções: investir na produção, comprando máquinas e equipamentos, comprar títulos do governo, comprar ações, gastar consumindo ou até mesmo manter o dinheiro “debaixo do colchão”. Esse é o ensinamento básico de uma das maiores obras de economia do século passado, A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda, de John Maynard Keynes. Mas o que estabeleceu a Lei nº 9.249, de 1995 sobre essas possibilidades consagradas na teoria econômica?

Estabeleceu que os mesmos recursos nas mãos de um empresário podem ser simultaneamente, investidos na produção e ficticiamente colocados no mercado financeiro. O mesmo capital pode gerar lucros e juros. É quase mágica. É um truque contábil. A empresa paga impostos sobre o lucro que foi apurado. Então, a Lei nº 9.249, de 1995, inventou uma fórmula para reduzir contabilmente os lucros das empresas para que pagassem menos impostos. Mas o lucro verdadeiro continuaria o mesmo.

Vamos ao truque contábil: o dinheiro do empresário que é colocado na empresa, chamado de capital próprio, é considerado um empréstimo do dono à sua empresa. Então, a empresa tem que pagar juros ao seu dono. Logo, o dono recebe juros da sua empresa sobre o seu próprio capital. Em suma, recebe da empresa juros (pelo empréstimo fictício que fez à sua empresa) e lucros (pelos verdadeiros investimentos que realizou com o seu capital). E isso beneficia demasiadamente a pessoa jurídica, a empresa, porque suas despesas aumentam com o pagamento de juros, o que faz seu lucro cair e, dessa forma, tem que pagar menos impostos (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre Lucro Líquido).

Juros são despesas para a empresa. Se fossem contabilizados como lucro, pagariam em torno de 34% de IRPJ e CSLL. Mas saindo da empresa na forma de juros, o empresário, pessoa física, pagará imposto com a alíquota de 15% sobre os juros recebidos. Em outras palavras, o artifício dos juros sobre o capital próprio troca lucros da pessoa jurídica (que pagaria 34% de imposto) por juros recebidos pela pessoa física, o empresário (que paga apenas 15%).

Vejamos: quando uma empresa toma empréstimos para iniciar um negócio, é correto que possa abater do lucro as despesas de juros porque isso é uma forma de compensar o risco que a pessoa jurídica assumiu para gerar empregos e renda. Mas, quando não há risco junto a terceiros, quando o capital da empresa é o capital do seu próprio dono, a operação de redução fictícia do lucro por meio de juros pagos ao dono da empresa nada mais é do que uma fórmula legal de sonegar impostos. Isso é uma grande distorção, é um contrassenso, é maquiar a realidade transformando o capital próprio do empresário em empréstimo à sua empresa.

Sala da Comissão,

Senador **LINDBERGH FARIAS**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Constituição de 1988 - 1988/88](#)

[artigo 150](#)

[Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995 - 9249/95](#)

[artigo 9º](#)

(À Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 607, DE 2015

Altera a Lei nº 10.779, de 25 de dezembro de 2003, para dispor que somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira, salvo aquelas previstas no art. 12, VII, § 10, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no art. 11, VII, § 9º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.779, de 25 de dezembro de 2003, passa a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 1º.....

.....
§ 4º Somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira, salvo aquelas previstas no art. 12, VII, § 10, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no art. 11, VII, § 9º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

.....
Art. 2º.....

.....
§ 2º.....

.....
III -

.....
c) que não dispõe de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira, salvo aquelas previstas no art. 12, VII, § 10, da Lei nº

8.212, de 24 de julho de 1991, e no art. 11, VII, § 9º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 4º

I – início de atividade remunerada em desconformidade com o disposto nos arts. 1º, § 4º, e 2º, § 2º, III, c, desta Lei.

” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto visa a alterar o § 4º do art. 1º, a letra c do inciso III do § 2º do art. 2º e o inciso I do art. 4º, todos da Lei nº 10.779, de 25 de dezembro de 2003, que determinam que somente terá direito ao seguro-desemprego o segurado especial pescador artesanal que não disponha de outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira.

Essa regra foi incluída na Lei 10.779, de 2003, pela Lei 13.134, de 16 de junho de 2015, oriunda da Medida Provisória (MPV) nº 665, de 30 de dezembro de 2014.

O regramento atual da matéria é perverso, pois obsta o recebimento do benefício em testilha, caso o pescador exerça qualquer atividade remunerada diversa da pesca.

Sabe-se que ao referido pescador é facultado, nos termos do art. 12, VII, § 10, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e do art. 11, VII, § 9º, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a percepção de outras rendas, sem a perda da sua condição de segurado especial. Dessa forma é que se permite ao pescador artesanal, por exemplo, ter a renda complementada por atividades como artesanato, atividades artísticas ou outra atividade remunerada, desde que em período não superior a 120 (cento e vinte) dias no ano civil.

Ciente de que a Lei nº 13.134, de 2015, exige a comprovação do recolhimento das contribuições previdenciárias devidas pela mencionada espécie de segurado especial como condição para o recebimento do seguro-defeso, não se comprehende a razão pela qual se vedou ao trabalhador em comento a percepção das rendas elencadas nas Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991.

Se os requisitos para o enquadramento na condição de segurado especial são os mesmos, tanto para fins previdenciários quanto para fins do seguro-defeso, as respectivas excludentes também devem ser, salvo a existência de motivo que justifique o tratamento diferenciado, o que não se verifica na espécie.

A assimetria imposta pela lei resulta em flagrante injustiça, pois veda aos pescadores artesanais, durante o período de defeso, o exercício de atividades que lhes são permitidas durante o período de pesca. O defeso transforma-se em período no qual o

pescador artesanal não só deixa de pescar como fica obrigado a interromper qualquer atividade que lhe assegure uma renda complementar.

Por essas razões, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação desta proposta.

Sala das Sessões,

Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**

LEGISLAÇÃO CITADA

[Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - 8212/91](#)

[parágrafo 10](#)

[Lei nº 8.213, de 24 de Julho de 1991 - 8213/91](#)

[parágrafo 9º](#)

[Lei nº 10.779, de 25 de Novembro de 2003 - 10779/03](#)

[parágrafo 4º do artigo 1º](#)

[alínea c do inciso III do parágrafo 2º do artigo 2º](#)

[inciso I do artigo 4º](#)

[Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015 - 13134/15](#)

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa)



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 608, DE 2015

Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para estender ao servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão, exonerado por ato discricionário da Administração, o direito à percepção do seguro-desemprego.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 3º.....

.....

§ 4º Para fins de concessão do seguro-desemprego, equipara-se ao trabalhador dispensado sem justa causa o servidor público ocupante exclusivamente de cargo em comissão exonerado por ato discricionário da Administração.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Uma das grandes conquistas dos trabalhadores na nossa Carta Magna foi, sem dúvida, a constitucionalização do seguro-desemprego como um direito contra a demissão involuntária.

Ocorre que, até hoje, esse direito é negado aos servidores públicos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão exonerados por ato discricionário da Administração, cuja situação, do ponto de vista fático, é a mesma do trabalhador dispensado sem justa causa.

Efetivamente, trata-se de um trabalhador, no sentido amplo da expressão, que tem o seu vínculo laboral rompido unilateralmente por aquele que o paga, sem ter dado causa para isso. Ou seja, em condições idênticas à do empregado que perde o seu emprego sem justa causa.

A própria Constituição reconhece esse fato, quando, no § 13 do seu art. 40, determina que se aplica ao servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão o Regime Geral de Previdência Social, disciplinado no seu art. 201. Ora, o inciso III do *caput* desse dispositivo afirma é uma das finalidades do Regime Geral a *proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário*.

Impõe-se, então, inclusive para regulamentar o comando constitucional, alterar a Lei do Seguro-Desemprego, a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para deixar claro que, para fins de concessão do benefício, equiparam-se as duas situações.

Cabe lembrar que sequer se pode argumentar que não há fonte de financiamento destinada a essa concessão, uma vez que, conforme determina a Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998, as pessoas jurídicas de direito público interno – União, Estados, Distrito Federal e Municípios – são contribuintes dos Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) – que são a fonte de financiamento do Programa do Seguro-Desemprego –, com base no valor mensal das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

Trata-se, então, não apenas de cumprir a Constituição, como de fazer justiça tanto com os servidores ocupantes de cargo em comissão, que estão sofrendo discriminação inaceitável, quanto com os entes federados, que têm as suas rendas tributadas para financiar o seguro-desemprego, sem contrapartida.

Sala das Sessões,

Senadora **VANESSA GRAZZIOTIN**

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição de 1988 - 1988/88

Lei nº 7.998, de 11 de Janeiro de 1990 - 7998/90

artigo 3º

Lei nº 9.715, de 25 de Novembro de 1998 - 9715/98

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

COMUNICAÇÕES



Câmara dos Deputados
Gabinete da Liderança do PR

À publicação
Em 10 / 09 /2015

Of. nº 394/2015 – Lid-PR

Brasília, 09 de setembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Renan Calheiros
Presidente da Mesa do Congresso Nacional
Secretaria Legislativa do Congresso Nacional
Senado Federal

Assunto: Indicação de Suplente na Comissão Mista Mudanças Climáticas.

Senhor Presidente,

Solicito especial atenção de Vossa Excelência no sentido de indicar o Deputado João Paulo Papa (PSDB/SP) para membro suplente, na vaga do PR, na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Respeitosamente,

Deputado Maurício Quintella Lessa
Líder do Partido da República - PR



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Publicação
Em 10/09/15

CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DO LÍDER DO PDT

Of. N° 332/2015/Lid PDT

Brasília, 09 de SETEMBRO de 2015.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência o nome da Deputada **ROSÂNGELA CURADO PDT/MA**, para integrar na condição de membro **SUPLENTE**, a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Respeitosamente,

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
Líder do PDT

À Sua Excelência o Senhor
RENAN CALHEIROS
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

Recebi em 10/09/15
Zilá Neves
Mat. 48644

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

OF./ B / 207 / 15.

Faça-se a substituição solicitada
Em <u>10/09/2015</u>

Brasília, 09 de setembro de 2015.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência indicar o Deputado **HEITOR SCHUCH (PSB-RS)**, como suplente, da Medida Provisória 691, de 2015, que “Dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos,” em substituição ao deputado **PAULO FOLETTI (PSB-ES)**.

Respeitosamente,

Deputado **FERNANDO COELHO FILHO**
Líder do PSB

A Sua Excelência o Senhor
Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Congresso Nacional
Nesta

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Há oradores inscritos.

Conforme combinado, de imediato, passo a palavra ao Senador Dário Berger, para que faça seu pronunciamento.

Na sequência, fará uso da palavra o Senador Lindbergh Farias, sem prejuízo da fala do Senador Walter Pinheiro.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Senador Paulo Paim, que mais uma vez preside a nossa sessão aqui, no Senado Federal; Sras Senadoras, Srs. Senadores, dirijo-me a V. Ex^{as}s com espírito lúcido e tranquilo, onde as paixões se amortecem e deixa íntegro o meu senso de justiça e de responsabilidade.

Ocupo mais uma vez esta democrática tribuna para expressar aqui a minha imensa preocupação com a realidade brasileira e também com o cenário de incertezas que mapeiam o nosso País em detalhes, o chamado País do futuro, e também com o seu presente e com o seu futuro.

Sr. Presidente, o Brasil está assistindo a pior crise das últimas três décadas, e o modo como Santa Catarina está atravessando essa turbulência pode inspirar outros Estados da Federação.

Desde a redemocratização do País, no início dos anos 80, não se via um quadro nacional tão sombrio, no qual a fragilidade política e a debilidade econômica estão unidas em um só corpo. Santa Catarina, obviamente, não está alheia a esse cenário e nem imune à crise, mas recomendo a esta Casa, à Câmara Federal, aos governantes, aos formadores de opinião que olhem com mais atenção o que está acontecendo no Sul do Brasil, um lugar onde o Brasil continua sobrevivendo.

Antes de mais nada, Sr. Presidente Paulo Paim, por quem tenho profunda admiração e grande respeito, quero me solidarizar com os nossos vizinhos gaúchos, com o meu correligionário José Ivo Sartori. O Governador herdou uma estrutura arcaica e uma economia pública insolvente, que amarga o indesejado primeiro lugar no ranking nacional de endividamento.

O Rio Grande do Sul sempre foi protagonista da cena brasileira, berço de personalidades políticas como Alberto Pasqualini, Oswaldo Aranha, Getúlio Vargas, Paulo Brossard, Leonel Brizola, Pedro Simon, entre tantos outros, e não pode ser relegado ao ostracismo devido às adversidades econômicas.

Quero aqui emprestar a minha voz e a minha solidariedade para, junto com os colegas Lasier Martins, Ana Amélia Lemos e nosso ilustre Presidente do Senado Federal, que preside a sessão neste momento, Paulo Paim, abrir canais de negociação junto ao Governo Federal, aqui, em Brasília, não apenas ao Rio Grande do Sul, pois, infelizmente, o cenário de incertezas não é exclusividade do povo gaúcho.

Também inserida na crise, mas com um quadro político e econômico diferenciado, Santa Catarina trilha caminhos que podem auxiliar gestores públicos de outras unidades da Federação. Desde o governo Luiz Henrique da Silveira, homem público que tanto honrou esta Casa, foi implantada uma filosofia inovadora de governo, baseada na gestão descentralizada. Sob o slogan “Todos por Santa Catarina”, o inesquecível Luiz Henrique deu início a um estilo novo de governar, a um estilo de administração na qual divergências políticas, partidárias e ideológicas não podem se impor aos interesses do Estado. Uniu todos em torno da negociação da dívida, estimulou ainda mais a diversidade de um Estado marcado pela multiplicidade e tratou adversários e aliados com a mesma cordialidade e respeito.

Felizmente, os mesmos princípios servem de bússola para o Governador Raimundo Colombo. Ex-Senador da República, Colombo imprime também um modelo que permite aos catarinenses do setor público e da iniciativa privada uma turbulência mais suave do que a enfrentada pelos demais Estados brasileiros. A gestão Raimundo Colombo tem se caracterizado pelo estigma da responsabilidade fiscal e da austeridade. É uma administração moderna, focada em metas e avaliada sistematicamente.

O modelo vem gerando resultados expressivos para Santa Catarina. Das dez principais economias brasileiras, Santa Catarina apresenta a melhor relação entre endividamento e receita. Em 2005, o passivo correspondia a 119% da arrecadação. Uma década depois, esse percentual é de apenas 45%.

O Estado é considerado hoje um porto seguro para investimentos. Não se fala em aumento de tributos e nem se descumprem obrigações. A segurança jurídica atrai novas atividades e grandes empresas, como é o caso que se deu recentemente da montadora alemã BMW.

Dono de apenas 1% do Território nacional, o 20º menor Estado do Brasil se firma como a economia superlativa. Na contramão do cenário da recessão, projeta um crescimento de 1,5% em 2015. Maior exportação de frango e carne suína no País, sedia o maior fabricante de motores elétricos no mundo, a WEG, e a maior fundição da América Latina, a Tupy, só para ilustrarmos com alguns exemplos.

Enquanto a desesperança ganha espaço no sentimento nacional, a capital catarinense se consolida como o maior polo de tecnologia e inovação do País, apelidado carinhosamente no exterior como vale do silício brasileiro. Esses indicadores econômicos se refletem diretamente na qualidade de vida dos cidadãos. É, por exem-

plo, o Estado que mais reduziu pobreza entre todos os Estados brasileiros. É o de menor mortalidade infantil e o de maior longevidade. Está em Santa Catarina a maior taxa de alfabetização do País, e é o Estado que mais cresce e que mais gera emprego.

Não por acaso, o Estado de Santa Catarina é o que mais acolhe os imigrantes. Mesmo em meio ao turbilhão de desesperança e de descrença, consegue realizar o maior volume de obras de infraestrutura de toda a sua história. Pode-se dizer também que atravessa a tempestade justamente porque não se acomoda sobre os louros da boa estatística.

Atento ao tsunami econômico que nocauteia Estados irmãos, o Governador Colombo e o seu Vice, Eduardo Moreira, reúnem os gestores das estatais pelo menos uma vez por mês, com um único objetivo: relembrar a todos os mantras da austeridade e da responsabilidade fiscal.

(Soa a campainha.)

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Maioria/PMDB - SC) – Colombo e Pinho Moreira insistem em uma única e simples tecla: as despesas precisam caber dentro das receitas.

Longe de ser ufanista, reitero que Santa Catarina é o Brasil que está dando certo, que longe do cenário de incerteza, de desesperança e de descrença, está conseguindo sobreviver com dificuldades, é verdade, porém, com a esperança de quem enfrenta as dificuldades, as adversidades e está vencendo.

Portanto, Sr. Presidente, é com muita alegria que faço este relato, destacando que Santa Catarina projeta este ano um crescimento de 1,5%, enquanto a projeção do Brasil é de crescimento negativo, que hoje já beira os 3%.

Era o que tinha para relatar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Dário Berger.

Senador Flexa Ribeiro, pela ordem.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, Senador Paulo Paim, eu pediria a V. Ex^a que pudesse fazer a leitura de dois requerimentos de urgência, o PLC 127 e o PLS 155, que estão sobre a mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Temos dois requerimentos sobre a mesa, que já vou ler.

Como tenho que ler antes da Ordem do Dia, já vou ler de imediato, a pedido de V. Ex^a. Depois vamos abrir a Ordem do Dia, vamos fazer a leitura da PEC, segundo orientação que recebi do Presidente, para pôr em votação os projetos.

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Votaremos após a Ordem do Dia o requerimento, para que possamos votar em plenário na terça-feira.

Esse projeto, que foi encaminhado, trata da compensação das exportações feitas pelos Estados. É de 2014, Senador Walter Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vamos fazer a leitura dos dois requerimentos de imediato.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu espero que eles mandem o de 2015 logo também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Então, conforme combinado com o Presidente Renan Calheiros, faço a leitura dos dois requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1.047, DE 2015

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno desta Casa, urgência para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara, PLC 127, de 2015, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro para a União, para os Estados, para o DF e para o Municípios, relativos ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar a exportação do País.

Assinam dezenas de Senadores e Senadoras.

É o seguinte o requerimento na íntegra:



SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

Aprova
em 10/09/15
Well

Recebido
09/09/15
Assinado
10/09/15

REQUERIMENTO Nº 1047/2015

Requeremos, nos termos do inciso II do art. 336 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), **urgência** para a tramitação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 127, de 2015, que "dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País."

SENADO FEDERAL
SF/75300.14551-06

Página: 1/1 09/09/2015 19:16:28

bffbeb7dd69b51cebdad0fad400eebe7a663d578a



Sala das Sessões,

Senador WELLINGTON FAGUNDES

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Segundo requerimento:

REQUERIMENTO N° 1.048, DE 2015

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2015, que dispõe sobre a responsabilidade da sociedade de economia mista e empresas públicas que específica, no âmbito da União, dos Estados, do DF e dos Municípios e sobre seu estatuto jurídico.

Assinam também todos os Líderes da Casa.

É o seguinte o requerimento na íntegra:

REQUERIMENTO N° 1048, DE 2015

Requeremos, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2015, que “Dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas que específica, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e sobre seu estatuto jurídico.”

Sala das Sessões, em _____ de setembro de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Iniciamos agora a:

ORDEM DO DIA

Item 8:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 104, DE 2007

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 104, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marcelo Crivella, que acrescenta um §3º ao art. 42 da Constituição Federal, para estabelecer que a comprovação da efetiva prestação de serviço militar nas Forças Armadas por mais de dois anos constitui título computável para efeito do concurso de acesso aos cargos das Políticas Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Parecer sob nº 793, de 2009, da CCJ, Relator: Senador Romeu Tuma – inesquecível – favorável, com a Emenda nº 1, da CCJ, que apresenta.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas, em face de discussões em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas, assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Primeira sessão de discussão da proposta e da emenda em primeiro turno.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária, para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Segunda proposta.

Item extrapauta:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 83, DE 2015

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 83, de 2015, tendo como primeiro signatário o Senador Renan Calheiros, que acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.

Parecer nº 685, de 2015, da CCJ, Relator: Senador José Serra, favorável à Proposta e às Emendas nºs 1, 7, 8, 11 e 11, apresentadas perante a Comissão, nos termos da Emenda nº 15-CCJ (Substitutivo), que oferece. As demais emendas não serão objeto de deliberação, por não terem sido acatadas, nos termos do art. 124, I, do Regimento Interno.

A matéria constará da Ordem do Dia durante cinco sessões deliberativas, em face de discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

Primeira sessão de discussão da proposta em primeiro turno.

Está encerrada a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Seguindo a orientação do Presidente Renan Calheiros, eu...

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Presidente, pela ordem, Presidente.

Pediria a V. Ex^a que colocasse em votação dois requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Se o senhor deixar, eu já estou fazendo isso.

É preciso que seja depois da Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Exato.

V. Ex^a já encerrou a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já encerrei a Ordem do Dia e estou lendo os dois requerimentos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – E vai colocá-los em votação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Só não os li porque V.Ex^a não deixou.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ... para aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu entendi, Senador Flexa, é claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Desculpe a descontração. V. Ex^a, pela importância do tema, fez questão de reafirmar que fossem agora colocados em votação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conforme orientação que recebi do Presidente Renan Calheiros, nos termos do art. 349, II, do Regimento Interno, passa-se à apreciação do requerimento de urgência lido no Período do Expediente, para o **Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2015. (Requerimento nº 1.047, de 2015)**.

Em votação o requerimento de urgência.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento Interno

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – O outro requerimento, seguindo orientação da Presidência, nos termos do art. 349, II, do Regimento Interno, passa-se à apreciação do requerimento de urgência lido no Período do Expediente, para o **Projeto de Lei do Senado nº 555, de 2015. Interno (Requerimento nº 1.048, de 2015)**.

Em votação o requerimento de urgência.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria constará da Ordem do Dia da segunda sessão ordinária subsequente, nos termos do art. 345, inciso II, do Regimento

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Voltamos à lista dos oradores.

O primeiro orador inscrito é o Senador Walter Pinheiro. Depois do Senador Walter Pinheiro, teremos ainda um Líder e, sem seguida, o Senador Lindbergh.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, antes até deste pronunciamento, dizer que V. Ex^a, Senador Paim, no dia de ontem, participou desse apelo para pautar esta matéria, matéria que trata da questão da anistia dos policiais, bombeiros.

Na terça-feira, nós tínhamos conversado com o Presidente Renan e, no dia de ontem, de novo, com o Secretário da Mesa, o Dr. Bandeira. Portanto, hoje já é possível V. Ex^a, Senador Paim, encontrar na Ordem do Dia a matéria listada na pauta. É óbvio que nós temos um impedimento. V. Ex^a, que comandou a Ordem do Dia de hoje, sabe que não foi possível apreciar essa matéria, porque a pauta está trancada com a medida provisória. A expectativa é de que, na próxima terça, nós tenhamos a apreciação aqui das Medidas Provisórias nº 675 e 674. Consequentemente, nós poderíamos apreciar essa matéria que já consta da pauta, Senador Paulo Paim. Portanto V. Ex^a já poderia dar essa notícia aos vereadores e aos policiais que, no dia de ontem, conversavam com V. Ex^a, alguns, inclusive da Bahia...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conversaram comigo e com V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É o item 11 da pauta.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – E V. Ex^a tem razão. Votando a medida provisória, há o compromisso de votar, de imediato, a matéria solicitada por V. Ex^a.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Já é o item que está na pauta, já entrou na pauta, no dia de hoje, portanto, agora pronto para ser apreciado.

Mas, Senador Paulo Paim, eu quero aproveitar também a presença de V. Ex^a na Presidência para lembrar de um debate que nós provocamos acerca do fator previdenciário.

Naquele momento em que se discutiam as duas Medidas Provisórias, a 664 e a 665, eu participei, com V. Ex^a, de uma cruzada em que buscávamos – não convencer – tentar mostrar os dados ao Governo de que a retirada do fator, ou seja, a modificação na estrutura do fator previdenciário, para esse momento da economia e para a Previdência, se conformaria como uma questão de incidência positiva nas contas. Além, efetivamente, meu caro Paulo Paim, de – esse é um dos nossos maiores pleitos – atender à demanda de milhões de brasileiros ainda penalizados por essa estrutura do fator.

Chegamos a apresentar, Senador Paulo Paim, naquele momento, as contas, até invocando e, ao mesmo tempo, buscando a experiência do Senador José Pimentel, que teve a oportunidade de ser Ministro da Previdência e, como poucos dessas duas Casas, digamos assim, tem a capacidade de trabalhar com esse tema, porque se dedicou, como sempre faz em todas as matérias de que participa, de forma muito competente.

O Senador José Pimentel, Senador Paulo Paim, trabalhou conosco nessa questão do 8.595 – V. Ex^a já estava aqui no Senado, nós estávamos na Câmara –, que foi, inclusive, a matéria que resultou num relatório feito

pelo Ministro, hoje Ministro Pepe Vargas, mas ontem Deputado Federal e Relator dessa matéria na Comissão de Finanças e Tributação na Câmara Federal.

Então, voltamos, Senador Paulo Paim, a essa conversa com o Governo. Fiz essa provocação ao Ministro Levy, há cerca de 15 dias, ontem, voltei a tocar nesse tema com o Ministro Nelson Barbosa, portanto, acho que era uma oportunidade para o Governo tentar apresentar essa matéria solucionando um problema para milhões de trabalhadores, neste País e, ao mesmo tempo, para a Previdência.

Além disso, Senador Paulo Paim, tratamos do tempo de incidência negativa que isso pode apresentar, é algo em torno de quatro, cinco anos para a frente, tempo suficiente para que outras medidas pudessem ser introduzidas e, assim, tratada essa questão da Previdência. Portanto, saímos desse afogadilho.

A mesma coisa, Senador Paulo Paim, uma resposta em relação ao que votamos aqui que tem a ver com os servidores do Judiciário do Brasil.

Também estivemos, tanto eu quanto V. Ex^a nesse embate, buscamos o diálogo, chegamos a contribuir de forma concreta com uma proposta e apresentamos ao Governo e ao Judiciário, meu caro Senador Dário, mostrando que era possível jogar parte desse parcelamento do reajuste dos servidores para 2019, suavizando e reduzindo consideravelmente o impacto nas contas e, ao mesmo tempo, atendendo a uma demanda dos servidores de um importante Poder que, há muitos anos, não tem nenhum tipo de reajuste.

Lamentavelmente, chegamos num momento de impasse. A matéria foi votada aqui, e votada com apoio majoritário do Senado, com veto do Governo, e, agora, estamos nesta batalha da apreciação do veto.

Não vamos poder ficar a vida inteira neste esconde-esconde de tirar quorum, não botar quorum, para não haver sessão do Congresso Nacional e não apreciar o veto do Judiciário, o do Fator, o da questão da correção das aposentadorias, meu caro Paulo Paim, o veto dos terrenos de marinha, enfim, diversos vetos que estão pautados.

Então, é importante que se caminhe para um entendimento.

O Senador Renan acabou de me dizer que manterá a sessão do Congresso do dia 22. Havia um pleito para que esta sessão pudesse ser antecipada para o dia 15 ou 16, na semana seguinte. Inclusive o Presidente Renan, que teria uma viagem na próxima semana, compreendendo o momento e a dificuldade, cancelou a sua viagem para que, aqui, pudéssemos fazer esse debate sobre as alternativas para este momento difícil que atravessamos na economia.

Mas seria importante também, dando respostas pontuais.

Então eu estou colocando muito isso para que tenhamos uma ideia efetiva de como lidar com os problemas daqui para a frente, porque, senão, mais uma vez esses três pontos que eu citei aqui, Paulo Paim, tanto o reajuste do Judiciário quanto a questão do fator e a questão da aposentadoria, mais uma vez as pessoas vão colocar isso agora como pauta-bomba.

Aí eu volto a perguntar: se isso era tão incidente, se esses eram os problemas, por que é que os problemas se agravaram, Paulo Paim, sem a presença desses três itens na economia?

Então, na realidade o que nos foi vendido é que as Medidas Provisórias nº 664 e 665 seriam suficientes para a história do ajuste fiscal e consequentemente para apontar um caminho para o País crescer.

Nós, desde o início – aí é bom fazer justiça, Paulo Paim, quanto a isso – vínhamos avisando que essas medidas, além de insuficientes, na nossa opinião, teriam que apontar efetivamente para a retomada do crescimento, no estímulo à economia e na geração de postos de trabalho.

Aliás, Senador Paulo Paim, ontem eu recebi uma delegação de pescadores que estão agora sofrendo os impactos dos erros naquela questão dos pescadores na medida provisória. Tentaram combater a corrupção e estão combatendo os pescadores. Nós tentamos fazer alterações, em emendas assinadas por mim e por V. Ex^a, em outra medida provisória agora, para tentar resolver essa problemática que incide. Aliás, o Senador Paulo Rocha fez um relatório, alertando o Governo para os erros em relação a essa questão, não foi ouvido e agora nós estamos diante de outro problema.

E agora nós temos um problema maior: é o problema de uma crise brutal na economia. Eu acho que é um erro essa leitura de tentar fazer comparativos com o passado ou minimizar o impacto dessa questão da chamada perda do grau de investimento. Nós tínhamos que olhar para isso agora não fazendo comparativos, se isso aconteceu no governo "a", "b", "c" ou "d", se isso aconteceu no governo de FHC, se aconteceu no governo de Lula. O problema é o seguinte: está acontecendo agora. Aí não é o governo de "a", "b", "c" ou "d"; é o Governo do Brasil. Portanto, nós temos que nos irmanar, mas ao mesmo tempo tomar atitudes.

Nós temos que encontrar saídas. Então, fazer esse bom debate. Essa é a grande ausência. Volto a repetir uma coisa que disse ontem: não tenho medo da crise, tenho medo da falta de atitude diante da crise. Esse é o problema maior. Portanto, buscamos com contribuição, queremos contribuir...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permite um aparte, Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Já lhe concedo o aparte, Senador Flexa Ribeiro.

Então, é importante e fundamental que essa questão seja debatida para que tenhamos a oportunidade, inclusive, de fazer o bom debate e colocar as coisas no seu eixo, para que isso nos permita, sim, o que é uma questão de saída para o Brasil, não se trata de saída para a ou para b...

Agora, não adianta tomar medidas que vão cada vez mais impactar negativamente na economia, impactar na queda da produção. Aumento de impostos agora, Senador Flexa Ribeiro, em minha opinião, só vai agravar as dificuldades que o setor produtivo enfrenta. Portanto, quais são as medidas? Como eleger setores? Como chamar esses setores para o diálogo? Como tomar iniciativas para enfrentar o atual momento e, portanto, buscar uma saída para o Brasil?

Um aparte para o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a trata desse assunto tão grave para o Brasil, e V. Ex^a tem razão quando diz que não é questão partidária, de situação ou de oposição, é uma questão da Nação brasileira. V. Ex^a foi cirúrgico quando disse que é preciso agir, é preciso que as coisas aconteçam. Ontem, assisti ao Jornal da Globo, quase à meia-noite, a uma entrevista do Ministro Levy. Ele estava meio deslocado na entrevista. Tenho absoluta certeza de que era porque não podia falar o que realmente queria falar. Mas uma coisa ele deixou bem claro, exatamente o que V. Ex^a está dizendo: que é preciso que haja ação, que você tenha um foco e as coisas aconteçam. Não adianta você fazer o discurso de que vai fazer os cortes, e as coisas não acontecerem. Cada dia que passa, a crise se aprofunda. Agora, com o rebaixamento do grau de investimentos do Brasil, é mais uma dificuldade que vamos ter de enfrentar, mas todos nós estamos dispostos. É preciso somente que o Executivo, que a Presidente Dilma, passe a agir, reassuma o comando, porque, hoje, ela não está no comando do exercício da Presidência, ela está perdida. O Brasil é hoje uma nau sem comandante, que navega não sei para que destino. Então, V. Ex^a tem razão. E pode contar conosco. Nós vamos ajudar a sair da crise, porque é melhor para todos os brasileiros. Não adianta a gente ficar perdendo emprego e criando despesa com seguro-desemprego a mais ainda.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco Apoio Governo/PT - BA) – Bem, Senador Flexa, esse é o chamamento que estamos fazendo no Congresso. Agora há pouco, por exemplo, eu tomei conhecimento de que o Governo protocolizou na Câmara dos Deputados, que é o local de entrada dos projetos, o projeto que trata da questão de repatriar recursos. Portanto, já foi devidamente apresentado aqui ao Congresso Nacional. Espero que tenhamos a oportunidade de discutir essa matéria. Eu espero que a urgência constitucional sirva para acelerar.

Não me cabe, por exemplo, fazer cobrança, tampouco marcar a data e a hora para a Câmara. A Câmara aprecia no momento, na hora, do jeito avaliar. Eu tenho esta postura: eu não quero cobrança para o lado de cá; então, não quero fazer cobrança do lado de lá. Mas acho que seria importante, porque essa matéria é orientadora. Ou melhor, dela virá exatamente a fonte de recursos para que possamos aqui aprovar uma outra matéria importante: ao invés de aumentar impostos, podemos reduzir, por exemplo, as alíquotas de ICMS, podemos tratar dessa questão da unificação de alíquotas, aprovar aqui os dois fundos, o Fundo de Compensação de Perdas e o Fundo de Desenvolvimento Regional.

Portanto, nós damos um passo significativo, e que a Câmara possa fazer, em consonância com a matéria que acabou de dar entrada hoje, a aprovação do projeto que trata da convalidação dos benefícios concedidos no País inteiro.

Estas matérias, Senador Paulo Paim, compõem, eu diria, um bom início. Se o Governo tiver agora a capacidade de olhar essa problemática do ICMS como sendo uma espécie de disparador de uma busca por caminhos, eu acredito que vai ser possível estabelecer com o Congresso até uma sinergia. Mas, se a posição for em outra direção, eu acredito que nós teremos ainda um longo período de embate aqui.

Com relação ao Congresso Nacional e particularmente a esta Casa, eu não tenho a menor dúvida de que nós estamos dispostos e até ávidos por um processo de cooperação para encontrarmos uma saída. Mas é necessário que essa saída tenha um posicionamento firme e contundente e também outro viés, ou seja, ficou mais do que revelado que o viés adotado para o enfrentamento da crise, que não começou ontem, é um viés errado; se esse viés estivesse dando certo, Senador Paulo Paim, a gente não teria sofrido ontem o rebaixamento do grau de investimento. Isso é um sinalizador de que o caminho que estava sendo apontado não era um caminho correto.

Então, mais do que a crítica, nós estamos entrando numa linha de querer debater. Não quero pedir a cabeça de Ministro nenhum, até porque não fui eleito Presidente da República, e quem nomeia é quem exonera. Eu não fiz nenhuma coisa; portanto, não posso pedir a outra. O que me cabe, neste quadrante da história, como Senador da República, é criticar, mas também apresentar propostas que nos levem a solucionar o grave problema. Agora, a paralisação e a ausência de interlocução, essas coisas podem nos levar a um grau muito pior do que esse grau de investimento que nós perdemos ontem.

Era isso, Srs. Senadores, o que eu tinha a falar na manhã de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem!

Falou o Senador Walter Pinheiro, que enfatizou a importância da apreciação dos vetos no dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Requerimento nº 1.049, de 2015, da Senadora Ana Amélia, que solicita, nos termos do art. 40 do Regimento Interno desta Casa, autorização para participar de missão oficial, no dia 21 de setembro do corrente ano, na condição de Membro Titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, das atividades do Ciclo de Debates sobre a Situação Atual da Indústria de Defesa Brasileira, na cidade de São Paulo, nos termos do Requerimento nº 62, de 2015.

É o requerimento:

REQUERIMENTO N° 1049, DE 2015

Requeiro, nos termos do artigo 13, combinado com o artigo 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como missão política de interesse parlamentar, minha ausência dos trabalhos desta Casa no dia 21 de setembro de 2015, com ônus para o Senado Federal, quando estarei em São Paulo, participando de atividades da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), conforme Requerimento nº 62 (RRE-62/2015) que aprovou a realização de um Ciclo de Debates sobre a situação atual da Indústria de Defesa brasileira.

Sala das Sessões,



Senadora Ana Amélia
(PP – RS)

10/9/2015
Recebido em 10/9/2015
Horá 11:46
Wilder Nascimento - Mat. 266726
SGM - Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Com a palavra, o Senador Valadares, do PSB.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Sras Senadoras, Srs. Senadores, na semana passada, a revista *The Economist* apresentou uma definição lapidar da conjuntura econômica brasileira. Ela afirmou: "Estamos no fundo do buraco, e o Governo continua cavando".

Como todos sabemos, o País encontra-se em um quadro lastimável. Entramos, oficialmente, em recessão. No segundo trimestre deste ano, nossa economia retraiu-se em 1,9% ante o período anterior, segundo o IBGE. É o segundo trimestre consecutivo em que registramos o encolhimento do PIB.

A retração não tem poupado nenhum setor produtivo, nem mesmo o agropecuário, que se destaca pelo dinamismo. Muitos analistas estão revisando suas estimativas para pior. As perspectivas são de que a economia encolha entre 2% e 3% em 2015, segundo edição recente do jornal *O Globo*.

Como se não bastasse, temos outro problema tão grave quanto esse: a inflação tem atingido níveis perigosamente altos. Em julho, o IPCA chegou a 9,56% nos últimos 12 meses. É o maior nível desde novembro de 2003 – 14 anos atrás. Em 2015, esse índice chegou a 6,8% nos sete primeiros meses. Mal passamos da metade do ano, já havíamos estourado o teto da meta do Banco Central para o ano, que era de 6,5%.

E há ainda mais: a taxa de desemprego tem subido vertiginosamente. Em julho, o IBGE registrou uma taxa de 7,5% da população economicamente ativa desempregada. É o maior índice para o mês de julho desde 2009. Apenas para comparar, o desemprego, em julho do ano passado, estava em 4,9%, o que significa que, em um ano, o número de pessoas procurando emprego aumentou em mais de 50%.

Esse problema triplo – queda na atividade econômica, alta nos preços e aumento do desemprego – pode provocar, como já está provocando, imenso dano à sociedade brasileira, sobretudo à classe trabalhadora. A continuarmos assim, o progresso social dos anos recentes pode dar lugar a um amargo retrocesso.

Apesar de todos esses problemas, o Governo Federal flerta com o desastre.

A divulgação de uma peça orçamentária com déficit de R\$30 bilhões é mais um incidente da tragédia que tem sido a condução da economia brasileira.

A projeção de um déficit na ordem de (-) 0,5% do PIB foi muito mal recebida pelos mercados, já que a anterior era de um superávit 0,7% do PIB.

Embora o número represente, corretamente, uma situação mais próxima da realidade, a perspectiva de que agora teremos uma nova meta mantém o clima de desconfiança e, com isso, impede a recuperação da credibilidade política e econômica do Governo.

É por isso e por outros motivos que o Governo precisa colocar os juros lá em cima. Atualmente, a Selic está em 14,25% ao ano, uma das maiores taxas de juros do mundo, inferior apenas à de países em calamidade, guerra ou crise profunda, como Haiti, Ucrânia, Venezuela. E os juros altos, como todos sabem, tornam ainda mais difícil ao País recuperar-se da recessão.

Além disso, o déficit ameaça reverter alguns dos principais avanços que temos feito em favor da solidez de nossa economia.

O alerta vermelho é soado pelo dólar, que bate recordes históricos. Desde a semana passada, a moeda norte-americana vem oscilando no patamar de R\$3,80 e agora já chegou a mais de R\$3,90. Não se via dólar tão caro no Brasil desde 2002. Os níveis atuais refletem a falta de confiança do investidor na nossa economia.

Hoje, um dia após a agência *Standard & Poor's* retirar o grau de investimento do Brasil, então, o dólar atingiu níveis estratosféricos. Nesse contexto, já não é surpresa para ninguém a perda do grau de investimento – que com tanto esforço conquistamos! – com o rebaixamento da nota do Brasil por uma das principais agências internacionais de risco. Essa notícia, infelizmente, deve levar mais investidores a retirarem o dinheiro do País. O risco de uma nova fuga de capital cria uma nova pressão sobre o câmbio e os juros. No médio e longo prazos, isso significa mais desemprego, mais dificuldade para sairmos da recessão e para retomarmos o crescimento.

É uma pena que o Brasil perca seu grau de investimento, quando mais precisava reforçar a confiança dos investidores estrangeiros na economia do País. Agora, para aguentar o tranco, fica mais difícil. Essas agências de avaliação sabem que a divulgação negativa do desempenho econômico de qualquer país afunda ainda mais a perspectiva de recuperação.

Eu faço uma pergunta, muito embora a verdade não possa ser escamoteada: a quem interessa escancarar a quebra de quebra do Brasil, justo a maior economia latino-americana? É uma pergunta que deixo no ar para uma reflexão.

A condução da economia brasileira, temos que reconhecer...

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Valadares, um aparte, por favor.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ...nos últimos anos, teve lá suas peripécias, e elas foram muitas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É comunicação inadiável, mas, se V. Ex^a... Eu vou dar o tempo...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Se V. Ex^a permitir, Presidente, faremos essa concessão ao nobre Senador Donizeti, que é um estudioso dos problemas sociais e econômicos do Brasil e tem a sua opinião a dar, não só sobre o meu discurso, mas sobre a economia nacional.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Valadares. Sobre economia, muito pouco, mas o senhor fez uma pergunta e me senti provocado a respondê-la. (*Risos.*) A quem interessava o afastamento de Getúlio Vargas? A quem interessava derrubar João Goulart? Ao Brasil, não! Ao povo brasileiro, não! A quem interessava que fosse rebaixada a nota da Petrobras há algum tempo? E em seguida a Petrobras reagiu, as ações voltaram a ser valorizadas. Nessa questão do mercado internacional do petróleo, o rebaixamento da nota dos investimentos de todas as maiores petroleiras do mundo é muito maior do que o da Petrobras. Quanto à sua pergunta de hoje – “a quem interessa o rebaixamento da nota do Brasil?” –, eu fico com um pouco do que disse ontem o Senador Requião: isso é chantagem! Estamos enfrentando um ciclo de crise extensa no mundo que começou em 2008, que foi combatida e segurada no Brasil por seis anos. E estamos no sétimo ano do aprofundamento da crise internacional. Interessa que o Brasil vá mal? Interessa dizer que o Brasil está quebrado? O Brasil não está quebrado. O Brasil precisa fazer ajuste da crise, mas não está quebrado. O País tem economia, potenciais e mecanismos a serem adotados que o farão produzir, reagir e voltar a desenvolver com sustentabilidade. Mas interessa o enfraquecimento da integração latino-americana a quem? Enfraquecer o Brasil enfraquece a integração latino-americana, e, certamente, daqui a pouco, vão aparecer alguns defendendo a volta da Alca. A quem interessa o enfraquecimento do Brasil nessa construção do G20, na construção dos BRICS? Certamente não interessa aos brasileiros, não interessa ao País, mas interessa a setores do capital internacional e a países específicos.

(Soa a campainha.)

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – A minha resposta para isso é que não interessa ao Brasil. E eu não sou dos que acreditam na crise como um fim, mas acredito na crise como um meio para promover novas transformações, encontrar novos caminhos e levar o País a um novo ciclo de desenvolvimento, com inclusão social, como foi o dos últimos 12 anos. Obrigado, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Incorporo as palavras de V. Ex^a ao meu discurso, para a continuidade dessa reflexão que submeti com a pergunta que fiz: a quem interessa a divulgação de índices negativos contra o Brasil?

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitisse continuar meu discurso, eu agradeceria.

Tivemos um período de bonança no governo Lula...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Eu lhe assegurei dez minutos e estou assegurando mais dois agora. Qual é o nosso problema? Há uma sessão especial às 15h. Porém, eu vou assegurar seu tempo, como havia combinado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Agradeço a V. Ex^a.

Tivemos um período de bonança no governo Lula e no primeiro mandato de Dilma. O preço das *commodities* estava alto, e o crédito externo, abundante. Dinheiro em caixa, economia em crescimento: uma conjuntura adequada para o Governo Federal empreender as reformas estruturantes de que o Brasil tanto precisa. Reformas para racionalizar a máquina pública, para reduzir os gastos governamentais, para criar as condições de um ciclo sustentável de crescimento e competitividade. Mas Lula e Dilma, premidos por escândalos de corrupção e por conjunturas eleitorais, evitaram as reformas. Em seu lugar, priorizaram políticas expansionistas, insustentáveis, sem uma estratégia de compensação ou de equilíbrio no longo prazo: aumento de gastos públicos, isenções tributárias, ampla oferta de crédito subsidiado, congelamento de preços administrados. Era a chamada Nova Matriz Econômica, do Ministro Guido Mantega.

E claro que reconhecemos que nem só de erros se fez a Nova Matriz Econômica. Consideramos que algumas das medidas implementadas foram, de fato, necessárias para estancar os efeitos da crise internacional e melhorar a renda da população, sobretudo, entre as camadas mais pobres. Um exemplo é o aumento do salá-

rio mínimo real, que manteve o poder de compra dos trabalhadores, quando as expectativas para a economia já se deterioravam. Isso foi essencial para a emergência e o crescimento da nova classe média, a classe C, tão celebrada como nova força econômica.

Não se nega que algumas medidas anticíclicas adotadas pelo Executivo, logo após a crise financeira global em 2008, tenham sido bem-sucedidas. Ocorre que o Governo errou ao acreditar que poderia mantê-las indefinidamente, sem promover um realinhamento dessas medidas para evitar a crise fiscal por que estamos passando.

Nesse período, é verdade que a economia se expandiu; mas foi uma expansão dependente, desacompanhada do necessário aumento de produtividade, que murcharia tão logo a fase de bonança terminasse, e assim foi. A China está desacelerando; os preços das commodities caíram; e o impulso à economia brasileira arrefeceu.

O Estado continuou grande e gastador; continuou expandindo o crédito do BNDES; continuou promovendo desonerações, sem razão ou consequência; continuou com quase 40 Ministérios.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Uma interessante reportagem veiculada no site da Folha de S.Paulo ilustra bem os excessos cometidos pelo Governo. Citando dados de técnicos da Receita Federal, a reportagem conclui que, só por causa das desonerações, o caixa do Tesouro Nacional renunciou a R\$458 bilhões até 2018. São R\$458 bilhões de renúncia fiscal até 2018! Isso equivale a 17 vezes o valor destinado em 2015 ao Bolsa Família, a principal política social do Governo.

O resultado desses desvios todos nós conhecemos: um endividamento alarmante, que ameaça solapar os fundamentos da nossa economia, erigidos a tão duras penas.

A relação dívida/PIB, após uma longa trajetória de queda, voltou a crescer. O Ministério do Planejamento aumentou a estimativa da dívida bruta para este ano, que, de 64,7% do PIB, passa a 65,5%. Em 2016, teremos uma dívida bruta de 68,4% do PIB e, em 2017, 68,8%. Ainda estamos longe de nos tornarmos uma Grécia, mas é preciso que trabalhemos intensamente para que o fantasma do endividamento não volte a nos assombrar.

Agora, para tentar sair da crise, o Governo se desespera: erra, hesita, bate cabeça, revê desonerações, tenta retomar a CPMF e aumentar impostos, manda um orçamento com um déficit monumental de mais de 30 bilhões. O ajuste fiscal é feito de forma atabalhoadas, a toque de caixa. O Governo conduz esse processo de ajuste anunciando uma surpresa – ou seria um susto? – a cada semana. Ele não consegue gerar previsibilidade e equalizar as expectativas e joga o País em uma travessia na qual não vemos quão longe estamos do fim do túnel. Com essa forma de agir, o Governo terá grandes problemas para reaver a confiança do investidor.

Em uma conjuntura de recessão, inflação, desemprego, crise de governabilidade, a condução da economia fica especialmente complicada. Precisamos, acima de tudo, de coordenação institucional, para abordar os problemas de que o nosso País tem padecido.

A própria Presidenta Dilma admitiu, recentemente, que erros foram cometidos. Segundo a Presidenta – abro aspas –: “Errei em ter demorado tanto para perceber que a situação era mais grave do que imaginávamos. Talvez, tivéssemos que ter começado a fazer uma inflexão antes”.

Agora, nós temos que corrigir esses erros, para que possamos construir saídas para a recuperação dos investimentos, a promoção do emprego e da renda e a reconquista da confiança dos investidores. Assim, poderemos evitar mais uma década perdida na economia. Segundo a clássica metáfora, temos que trocar a roda do carro com ele em movimento. Para piorar, agora, com um movimento em marcha a ré! Com a palavra, os condutores da economia brasileira, para apontarem saídas rápidas e coerentes.

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – Eu gostaria de destacar a importância da Agenda Brasil, o conjunto de propostas elaboradas pelo Senado Federal. Trata-se de uma iniciativa de valor estratégico, uma grande oportunidade para contribuirmos para a superação dessa crise e para que ela não volte nunca mais. O que é que podemos fazer com a Agenda Brasil? Aqui nós podemos ajudar o Poder Executivo, avançando propostas de ajuste que mantenham as políticas sociais. Podemos racionalizar a máquina pública; podemos simplificar os procedimentos de abertura de negócios, diminuindo a burocracia; podemos alterar a estrutura dos nossos impostos, fazendo um eventual aumento na carga tributária incidir sobre os mais ricos. Só o que não podemos fazer é penalizar os mais pobres, fazer com que os trabalhadores paguem a conta. Não podemos fazer retroceder direitos históricos...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... como os que constam da CLT, tão importantes para os desfavorecidos no Brasil na crise atual.

O ajuste fiscal precisa ser ponderado, preciso e, ao mesmo tempo, equilibrado e deve poupar os ganhos sociais conquistados nos últimos anos pelo País. As políticas sociais precisam ser preservadas.

Não importando quão fundo seja o buraco, dependemos apenas de nós mesmos para sair dele, para voltarmos à superfície. E precisamos fazê-lo dentro da normalidade institucional. Como mulheres e homens de Estado, devemos trabalhar dia e noite para fazer das nossas instituições democráticas a escada da nossa subida e não do nosso retrocesso.

O Governo Federal errou, deve assumir seus erros e deve, ainda, proceder com humildade para com o Poder Legislativo...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Socialismo e Democracia/PSB - SE) – ... sem escamotear ou transferir suas responsabilidades. E o Poder Legislativo deve ajudar, promovendo uma agenda construtiva, cooperativa, que leve em consideração tão somente os interesses do País e de seus habitantes mais necessitados, dentro de um ambiente de respeito à democracia e às nossas instituições.

Temos, enfim, muito trabalho à frente na recuperação econômica do nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Valadares.

De imediato, como orador inscrito, o Senador Lindbergh Farias...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Pela ordem, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu gostaria de requerer a minha inscrição para falar pela Liderança do PDT, concedida pelo nosso Líder Acir, conforme comunicado já encaminhado por requerimento a esta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Já está assegurado, mediante sua solicitação – o requerimento está aqui –, que V. Ex^a falará pela Liderança do PDT. Na sua frente, há ainda dois Líderes. Depois, será V. Ex^a. Se o Senador Ronaldo Caiado não estiver presente, eu vou fazer uma permuta e coloco V. Ex^a no lugar dele, logo após o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ontem, a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou a nota do Brasil. Para a agência, o Brasil deixou de ter o grau de investimento, passando a ter uma nota que corresponde ao nível especulativo. Contudo, é óbvio que o Governo não deixará de honrar seus compromissos aos credores.

A Standard & Poor's é a agência que avaliou com triplo A, grau máximo de segurança, os títulos *subprimes*, que provocaram a grande crise financeira mundial em 2008. Foi ela – não podemos nos esquecer disto – que atribuiu classificação máxima, nota A, ao Lehman Brothers no mês em que esse banco quebrou.

Pois bem, a pergunta que faço é: qual nota essas agências merecem? Paul Krugman, em 2011, ao comentar a decisão do Standard & Poor's de rebaixar a nota dos Estados Unidos, disse: "Essa agência é a pior instituição a qual alguém deveria recorrer para receber opiniões sobre as perspectivas do nosso país". E o que aconteceu é que essa agência fechou um acordo com o governo dos Estados Unidos, pagando US\$1,5 bilhão, reconhecendo que questões comerciais influenciaram aquela avaliação. Nós estamos falando aqui de uma agência de classificação de risco desmoralizada, responsável por uma das maiores quebradeiras da economia depois da crise de 1929. Então, esse é o primeiro ponto em que quero entrar aqui.

Agora, não dá para deixar de reconhecer que é um paradoxo que o Ministro Joaquim Levy tenha sido nomeado justamente para evitar que o Brasil perdesse o seu grau de investimento. O Ministro da Fazenda dizia que o Brasil tinha que fazer um ajuste fiscal rigoroso para melhorar a situação das contas públicas, porque, em 2014, havíamos fechado o ano com déficit de 6,7% do PIB.

Sr. Presidente, só quero fazer uma pergunta ao pessoal da TV Senado. Sempre fica uma luz vermelha ligada, para sabermos qual é a câmera que nos está filmando, mas não estou conseguindo visualizar isso. Desculpem-me! Isso é importante, para falarmos diretamente para quem está assistindo à sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Segundo informação, é essa central.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Mas está sem a luz vermelha. Eu estava perdido aqui, atrás da câmera.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas, com certeza, está no telão aqui.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, no Senado, votei contra o ajuste, com o argumento de que, em vários países onde foram adotados planos de austeridade semelhantes, o resultado foi o de piorar a situação fiscal e agravar os problemas sociais. Esses ajustes colocam a economia em recessão, diminuem a arrecadação e fazem a dívida pública aumentar. É o que está acontecendo com o Brasil. Nós estamos em recessão, a arrecadação caiu 3%, e o nosso déficit nominal, que tinha sido de 6,7% do PIB em 2014, alcançou 8,8% no acumulado dos últimos 12 meses, até julho.

Esse déficit, Sr. Presidente, é fruto da desaceleração da economia e, principalmente, de uma política monetária esquizofrênica, que coloca o Brasil como campeão mundial de taxa de juros. Essa política tem um enorme impacto fiscal. Cada 1% de aumento da taxa Selic provoca um custo fiscal de R\$15 bilhões a R\$20 bilhões a mais. Só com o aumento da taxa de juros e com o custo das operações de *swaps* cambiais, o Governo Federal desembolsou R\$288 bilhões de janeiro a julho deste ano. Para efeito de comparação, de janeiro a julho do ano passado, o Brasil tinha pagado R\$148 bilhões. Ou seja, houve um crescimento de 95% no pagamento de taxa de juros. Em 2014, os gastos do Governo Federal com juros foram de R\$311 bilhões, o que corresponde a 5,64% do PIB. Agora, no acumulado dos últimos 12 meses, até julho, essa despesa chegou a 7,92% do PIB, o equivalente a R\$452 bilhões. Então, quando vamos olhar de onde veio o déficit, vemos que o déficit veio daqui, desta política monetária, e anulou o esforço fiscal do Governo.

Por outro lado, o Governo cortou, neste ano, R\$19 bilhões de investimentos, que caíram de R\$85 bilhões para R\$66 bilhões. Aprovou ainda duas medidas provisórias que mexeram no seguro-desemprego e no abono salarial para economizar outros R\$18 bilhões. Isso significa uma economia da ordem de R\$35 bilhões.

Isso não tem como dar certo! O Governo corta investimentos e direitos, mas gasta muito mais com aumento de juros e *swaps* cambiais.

Agora, Sr. Presidente, entramos em um momento da conjuntura em que o centro do debate político é a maneira como resolver o problema do déficit do Orçamento de 2016. Nós estamos entre aqueles que defendem que o centro da estratégia deve ser a retomada do crescimento econômico, com a diminuição da taxa Selic, para fechar o ralo da perda de recursos. Assim, será possível ampliar os investimentos e gerar emprego e renda, o que aumentará a arrecadação e preservará os direitos sociais e o Orçamento, tirando a economia desse círculo vicioso que aprofunda a recessão.

Do outro lado estão aqueles que, equivocadamente, advogam que é necessário aprofundar os cortes, aprofundar o ajuste fiscal, com a retirada de mais direitos trabalhistas e previdenciários, com a redução de recursos do Orçamento, o que compromete os investimentos em educação, em saúde e em programas sociais, e com a diminuição dos investimentos públicos.

Acredito que o aprofundamento da política de austeridade agravará a recessão, ampliará a crise social, com o crescimento do desemprego e com a queda da renda, e alimentará a crise política. Foi assim em todos os países que aplicaram esse receituário desastroso. É assim no Brasil, com a política econômica do Ministro Joaquim Levy.

Qual caminho propomos?

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Permita-me um aparte, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Concedo um aparte ao Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ouço atentamente o seu pronunciamento. V. Ex^a, primeiro, desacredita a agência Standard & Poor's, comentando erros que teria cometido no passado. Há pouco, o Senador fez referência ao fato de que o que estamos sofrendo aqui é consequência da crise internacional de 2008 e de que o país que teve o maior impacto foram os Estados Unidos. Com taxa de juros zero e com investimento maciço, hoje eles já crescem a 2,5%. A própria economia europeia está em crescimento. Agora, nós não podemos querer tapar o sol com a peneira e dizer que o que estamos sofrendo aqui é consequência da crise internacional. Não tem nada a ver! Aquilo já passou. V. Ex^a tem razão quando diz que estão cortando conquistas dos trabalhadores que o Partido de V. Ex^a sempre defendeu. Não sei se V. Ex^a, no restante do seu pronunciamento, vai falar em algo que é necessário, que é o corte do custo da máquina brasileira. Não é possível que não haja também por parte do Executivo o esforço de diminuir seus gastos! A máquina brasileira é um paquiderme. É preciso que a transformemos em um animal menor, para que o brasileiro possa suportar. Então, V. Ex^a, em parte, está no caminho certo. Também acho que o crescimento dos juros leva ao gasto, a cada 0,5%, de R\$9 bilhões. Crescer juros para quê, se a inflação não é de demanda? Se a inflação fosse de demanda, tudo bem que se crescessem os juros! Mas não há demanda. A sociedade está endividada. Ainda há pouco, o Senador Valadares comentou o nível de endividamento da Nação brasileira. As famílias brasileiras estão todas endividadas. Então, a economia não anda, a roda está travada. É preciso que haja realmente uma ação no sentido de que voltemos a colocar o Brasil no caminho do crescimento futuro, mas, para isso, é preciso gerar

emprego. A cada emprego perdido, haverá o custo do seguro-desemprego, gerando, então, mais gasto para a União. Concordo em parte com o pronunciamento de V. Ex^a, o que já é para mim...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É um avanço!

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – ...algo que me faz aproximar do pensamento de V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Senador Flexa, agradeço o aparte.

Falo da Standard & Poor's, porque, de fato, essa é uma agência desmoralizada no mundo inteiro. Acho que o impacto na economia já estava um pouco precificado. Acho que a consequência dessa desclassificação se dá mais no mundo da política. Todo mundo sabia que estávamos com déficit em conta, que haveria déficit para o próximo ano.

Na verdade, vale dizer da crise mundial: 80% dos países do mundo estão em déficit no seu orçamento. Os Estados Unidos têm um déficit gigantesco. A França e a Itália têm déficit.

V. Ex^a falou muito bem que os Estados Unidos conseguiram se recuperar baixando taxa de juros...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Zero!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – ...com déficit, porque tinham como centro a recuperação do crescimento econômico.

Tenho falado aqui: o centro da estratégia da política econômica tem de ser o emprego. Temos de colocar a economia para crescer! Não se pode ficar na tecla do ajuste fiscal, que parece um samba de uma nota só.

Lembro-me de que, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, a dívida pública saiu de 40% para 60% do PIB. Sabem por quê? Porque os planos de austeridade de Fernando Henrique ali aprofundaram a recessão e diminuíram a arrecadação, e a política monetária também era extravagante, como é a de hoje. No governo do Presidente Lula, a relação dívida/PIB cai para 34%. Por quê? Porque Lula colocou a economia para crescer.

O que acho hoje? O debate que vamos fazer agora é o seguinte: se temos déficit, o que fazer nesta situação? Estou pronto para o embate, para dizer o seguinte...

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Senador Lindbergh...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Já lhe concedo o aparte. Deixe-me só acabar este assunto.

O caminho não é o que querem alguns: cortar programas sociais e cortar firme no Orçamento, para se chegar a um superávit de 0,7% do PIB. Esse caminho vai aprofundar a recessão. Quem mais vai perder? Os mais pobres e os trabalhadores.

Antes de passar o aparte para o Senador Donizeti, quero dizer que o caminho que estamos propondo para resolver esse problema do déficit é tributar os muito ricos.

Vou apresentar aqui dados, Senador Flexa. V. Ex^a se contorceu na cadeira.

Não consegui entender como é que o PSDB, na Câmara dos Deputados, votou contra o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos. O Governo aumentou de 15% para 20%, e o PSDB votou contra. Como é que pode? Com essa Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, os bancos nunca ganharam tanto!

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Sabe por quê, Senador Lindbergh?

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Eu queria saber. Explique-me, Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Porque isso vai ser transferido para a sociedade. Banco nenhum...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Ah, esse argumento é fraco, Senador! Esse argumento é fraco!

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Não é fraco! É a realidade!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – V. Ex^a fica do lado do sistema financeiro num momento como este.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – É a realidade, é a realidade! Nenhum banqueiro...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Então, tem de ser zero a tributação!

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Mas vamos transferir...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Nenhum banqueiro assume custo.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Vamos transferir...

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Ele vai transferir para os juros.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Isso não é custo.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Vai transferir para o custo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Flexa, dê o aparte ao microfone.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Isso vai impactar na economia.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Pela posição de V. Ex^a, deveria ser zero.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Não.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Os bancos não deveriam pagar tributo algum.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco Oposição/PSDB - PA. *Fora do microfone.*) – Mas o caminho não é esse.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Concedo um aparte ao Senador Donizeti.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Primeiro, Senador Lindbergh, só quero registrar que estou aqui há mais ou menos oito meses e que, desde o dia em que cheguei aqui, a posição do senhor em relação à crítica à política desenvolvida pelo Governo sempre foi essa.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – É.

O Sr. Donizeti Nogueira (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Segundo, quero dizer que negar que existe uma crise mundial é faltar com a verdade ou agir de má-fé. Terceiro, os Estados Unidos, que tinham uma previsão de crescimento de 3,5%, rebaixaram-no para 2,5% e fazem a avaliação de que podem chegar a 1,7% de crescimento. A China reduziu o crescimento. Há uma avaliação do ano passado do FMI e do Bird que diz que a redução do crescimento da China interfere em 30% na crise brasileira e que o problema vivido pelo mundo, pelas grandes economias do mundo, no ano passado refletia em quase 60% na crise de redução do crescimento brasileiro. Essa é uma avaliação do Bird, é uma avaliação do FMI. Apenas em 10%, em pouco mais de 10% as medidas internas estavam interferindo na questão do crescimento brasileiro. A crise mundial, que se alongou de 2008 até agora, é responsável em grande parte pelo que passam o Brasil e outros países. Não é só o Brasil que passa por isso, mas a crise mundial interfere muito aqui. Tenho críticas à política econômica, mas, desde o dia em que cheguei aqui, digo que precisamos definir que País queremos para os próximos 20 anos, 30 anos. Quanto isso custa? Quem paga a conta? Agora, nesta Casa e na Câmara Federal, há setores que não querem tirar de quem ganhou muito. Apresentei um projeto de lei aqui para que subíssemos o piso do Imposto de Renda para a primeira faixa a partir de R\$3,3 mil a 5% e levei para 40% o imposto daqueles que ganham acima de R\$49 mil, para tirarmos ricos, para tirarmos de quem ganhou muito neste momento de expansão da economia. Então, primeiro, parabenizo V. Ex^a pela sua avaliação. Segundo, quero contestar que ignorar que a crise mundial tem reflexos importantes, grandes, na crise que o Brasil está passando é querer tapar o sol com a peneira e faltar com a verdade.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Claro! Agradeço o aparte, Senador Donizeti.

V. Ex^a tem razão. Eu falei aqui que 80% dos países do mundo estão com déficit em seus orçamentos. Essa é uma realidade do mundo. Agora, o grande debate que vamos ter aqui é para saber como superar o déficit. Eu sei que muitos vão defender o aprofundamento dos cortes, dos ajustes. Eu quero propor outro caminho. É isso, Senador Donizeti, que eu queria falar na parte final do meu discurso.

Recentemente, a Receita Federal divulgou dados de declarações de imposto de renda com base nos números de 2013. Isso aconteceu depois que o Piketty, que escreveu esse livro tão badalado, *O Capital no século XXI*, veio ao Brasil e reclamou que os dados do Brasil eram muito frágeis. A Receita Federal, então, divulgou esses números de 2013, apontando que 71 mil brasileiros super-ricos, com renda mensal superior a 160 salários mínimos, o que corresponde a 0,3% dos declarantes do imposto de renda pessoa física, ganharam R\$ 196 bilhões sem pagar nenhum centavo de imposto de renda.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Receberam esse valor por meio da distribuição de lucros e dividendos, que são totalmente isentos de tributos no Brasil. O mais chocante é quando a lupa da Receita se aproxima. Dos 71.440 super-ricos, 51 mil receberam bilhões de reais em lucros e dividendos, mas pagaram impostos, menos de 6% da sua renda. Aqui, no Brasil, os 10% mais pobres pagam 32% dos seus rendimentos em impostos. Os 10% mais ricos pagam 22%. Só que os 0,3% muito ricos pagam apenas 6% de sua renda em tributos. Apesar de a renda média declarada desse pessoal, dos muito ricos, ser de R\$4,5 milhões, R\$3,1 milhões ficaram integralmente isentos por serem lucros e dividendos. Vejam que absurdo! O sócio de uma grande empresa, que recebe R\$350 mil por mês, via distribuição de dividendos, não paga nada de imposto, enquanto um professor universitário ou servidor público que recebe R\$5 mil por mês é taxado em 27,5%.

Além de retomarmos a tributação sobre lucros e dividendos, será necessário acabar com a figura dos juros sobre capital próprio, outra distorção criada no Governo Fernando Henrique Cardoso, no final de 95, que estabeleceu que os mesmos recursos nas mãos de um empresário podem ser simultaneamente investidos na produção e ficticiamente colocados no mercado financeiro. Ou seja, o mesmo capital pode gerar lucros e juros. É quase uma mágica! A Lei nº 9.249 inventou, portanto, uma fórmula para reduzir contabilmente os lucros das empresas para que elas pagassem menos impostos, mas o lucro verdadeiro continuaria o mesmo.

O dinheiro do empresário é colocado na empresa, chamado de “capital próprio”. É considerado um empréstimo do dono à sua empresa. Então, a empresa tem que pagar juros ao seu dono. Logo, o dono recebe ju-

ros da sua empresa sobre o seu próprio capital. Em suma, ele recebe da empresa juros pelo empréstimo fictício que fez à sua empresa e lucros pelos verdadeiros investimentos que realizou com seu capital. Isso beneficia demasiadamente a pessoa jurídica, a empresa, porque suas despesas aumentam com o pagamento de juros, o que faz o lucro cair. Dessa forma, tem que pagar menos impostos.

Isso aqui é uma jabuticaba, só existe no Brasil, juros sobre capital próprio. Não existe invenção essa em qualquer lugar do mundo.

Quanto à distribuição de lucros e dividendos, você sabe que dois países do mundo têm isenção tributária: Brasil e Estônia. Só esses dois países.

Há várias alternativas tributárias para tornar o nosso sistema mais justo e progressivo. É possível criar um imposto sobre grandes fortunas, previsto na Constituição, mas nunca implementado; aumentar a alíquota do imposto sobre herança, de grandes heranças; e até mesmo reformular o Imposto Territorial Rural.

Em 2011, eu apresentei uma PEC que altera o art. 155 da Constituição Federal, para permitir que o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores incida sobre veículos de luxo, como iates, jatinhos e helicópteros, porque aqui no Brasil quem compra um carro zero paga IPVA, quem compra um jatinho ou iate não paga nada.

Agora, nesse momento de crise, nós precisamos aprovar propostas mais eficientes e viáveis para arrecadar mais, fazendo justiça social.

Por isso, acho que a resposta ao problema do déficit no orçamento do próximo ano tem todas essas medidas de tributação progressiva, mas acho que nós temos que nos concentrar na tributação sobre lucros e dividendos, com a alíquota de 15%. Era essa a alíquota que existia até 95, quando houve uma pequena reforma no Governo Henrique Cardoso, que baixou a zero.

Creio que o centro tem que ser a retomada dessa alíquota de 15% de distribuição de lucros e dividendos e a eliminação da figura de juros sobre capital próprio, que passaram a vigorar em 1995, com o argumento de atrair capitais e de estimular investimentos privados.

(Soa a campainha).

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Apesar disso, os investimentos ficaram estagnados, e o sistema tributário brasileiro ficou mais regressivo e destorcido, aumentando a concentração de renda e de riqueza.

O volume de lucros e dividendos, distribuídos e declarados, subiu de R\$108 bilhões, em 2007, para R\$287 bilhões, em 2013. Com a aprovação desses dois projetos, nós poderemos arrecadar, em 2016, algo em torno de R\$60 bilhões; com distribuição de lucros e dividendos, algo em torno de R\$50 bilhões. É mais do que necessário para cobrir nosso déficit.

Sendo assim, nós podemos acabar com nosso déficit orçamentário sem retirar direito dos trabalhadores, sem cortar o Orçamento da União e sacrificar os investimentos públicos necessários para a retomada do crescimento.

(Soa a campainha).

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Com a elevação da arrecadação e a diminuição da taxa Selic, é possível superar essa política de austeridade que não resolve os problemas de nossa economia. Além disso, daremos um passo importantíssimo para reformar nosso sistema tributário, hoje regressivo e injusto.

Sr. Presidente, 30 segundos apenas. Peço até desculpa pelo tempo prolongado em que estou na tribuna. Mas eu quero só falar aqui de uma reivindicação, bem rápido, do Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense. Eles estão reclamando muito da falta de espaço para negociação com a CSN.

O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense entregou à direção da empresa, em março, uma pauta de reivindicações com propostas de reajuste de salários e benefícios sociais. Apenas em maio, após a data base da categoria, a empresa recebeu o sindicato pela primeira vez.

(Soa a campainha).

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Os representantes da CSN, em Volta Redonda pediram duas prorrogações de prazo para apresentar uma resposta, marcando reunião para o dia 5 de agosto.

Com o silêncio da empresa, os trabalhadores realizaram uma assembleia, em 20 de agosto, e decidiram entrar em estado de greve. A partir dessa decisão dos metalúrgicos da CSN, a empresa chamou o sindicato para uma reunião, que ocorreu dia 28 de agosto, em que solicitam, novamente, prazo para apresentar uma proposta, um prazo indeterminado.

A postura da empresa é desrespeitosa, ao tentar ganhar tempo, enquanto trabalhadores e suas famílias perdem poder de compra com a defasagem dos salários.

Faço aqui um apelo para que a direção da Companhia Siderúrgica Nacional receba os trabalhadores, que estão, há seis meses, sem nenhuma proposta de reajuste salarial.

(Soa a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Apoio Governo/PT - RJ) – Agradeço a V. Ex^a e peço desculpa aos nobres Senadores pelo tempo. Acabei extrapolando, mas o tema do dia de hoje é muito importante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senador Lindbergh Farias.

Quero, neste momento, cumprimentar os estudantes do fundamental do Colégio Ateneu Salesiano, Goiânia, Goiás.

Seja bem-vinda, moçada, ao plenário do Senado!

Agora, o Senador Flexa Ribeiro, para uma comunicação inadiável.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Sem revisão do orador.) – Enquanto não chega o Senador Flexa, eu queria fazer um registro breve.

Na sessão de anteontem, eu registrei o falecimento do Sr. José Hermes Damaso, empresário, político e Vereador por dois mandatos na cidade de Palmas. Fiz um requerimento pedindo um voto de pesar para ser encaminhado à família, em especial ao seu irmão, que é o atual Presidente da Assembleia Legislativa. Só para registrar o encaminhamento da nota de pesar do Senado à família de um amigo, político, empresário, homem idôneo, pai e responsável que foi, o Sr. José Hermes Damaso, que faleceu no dia 5 de setembro, com 61 anos, de enfarte.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Após o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com esse Senador, será o Senador Lasier Martins.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside a sessão extraordinária do Senado, Senadora Ana Amélia, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, meus amigos do Pará, antes de fazer o pronunciamento propriamente dito, que tem como objeto o rebaixamento do grau de investimento do Brasil, eu quero fazer só um comentário a respeito dos pronunciamentos que foram feitos, há pouco, e das intervenções feitas ao pronunciamento em especial do Senador Lindbergh.

O jornal *Gazeta do Povo*, do Estado do Paraná, traz um editorial no dia de hoje cujo título é: "A crise mundial não é a culpada".

É exatamente nessa direção que eu gostaria que os Senadores da Situação fizessem a leitura do editorial, para que pudéssemos caminhar juntos, Situação e Oposição, mas buscando uma solução para o nosso País. Porém, que a Situação tenha o reconhecimento das causas da crise séria em que vive a Nação brasileira.

Eu assisti aqui ao pronunciamento do Senador Lindbergh, que falou em aumento da tributação, em crescimento do nível dos impostos, mas, em nenhum momento, apesar de um aparte que fiz a ele, ele tratou do outro lado da moeda, que é a redução dos gastos do Governo. Em nenhum momento a Presidenta Dilma apresentou à Nação brasileira algo palpável que o Governo esteja fazendo, mostrando que o Executivo está fazendo a sua parte. Ela fez um pronunciamento algumas semanas atrás e disse que ia reduzir o número de Ministérios.

Várias propostas já foram feitas aqui, no Congresso Nacional, inclusive propostas limitando os Ministérios a 20. Ela disse que ia diminuir 10 Ministérios. Não disse quais seriam esses Ministérios e não disse, o que é o principal, qual seria a redução de gastos do Executivo que ia diminuir o déficit orçamentário. Ela se propôs a extinguir mil funções de livre provimento, quando só o Governo do PT, Senador Lasier, aumentou em 22,5 mil funções de livre provimento. Só o Governo do PT!

O que ocorreu, e que estamos hoje pagando lamentavelmente, foi a gastança feita na fase de bonança no governo Lula, quando o Brasil se beneficiou das *commodities* que estavam com os preços fora da curva e, ao invés de usar esses recursos para geração de emprego e investimentos, começou a criar gastos, emprestando recursos, via BNDES, para países com juros subsidiados, tomados pelo Governo a juros de mercado. E aqui nós aprovamos no Senado, no Congresso Nacional, algo em torno de R\$400 bilhões, que foram autorizados por nós, somos responsáveis por isso, aqueles que votaram a favor, para o BNDES. Recursos tomados pelo Tesouro no mercado, a taxas de mercado, e emprestados pelo BNDES com juros subsidiados! Quem paga essa diferença de juros? A sociedade, todos nós brasileiros.

Então, é isso que o Governo não quer ver. Abrir o crédito subsidiado endividou todos os brasileiros, todas as famílias brasileiras, abrir o crédito consignado. Quer dizer, hoje, como eu disse há pouco, não adianta elevar

a taxa de juros da Selic, porque cada 0,5% de elevação da taxa de juros custa a nós brasileiros, somos nós quem pagamos, R\$9 bilhões. E a inflação não é pela demanda! A demanda está congelada. A população brasileira não tem hoje mais capacidade de comprar nem à vista, porque não há recursos, nem a prazo, porque o grau de endividamento já extrapolou a sua capacidade, inclusive de poder manter a sua família.

Mas meu pronunciamento de hoje, Senador Paulo Paim, é exatamente o assunto que está na pauta desde ontem à tarde.

A agência de classificação de risco Standard and Poor's rebaixou, lamentavelmente...

Apesar de isso ser uma morte anunciada, porque todos nós, brasileiros, sabíamos que estaria prestes a acontecer, não tão rapidamente, mas, como diz o pronunciamento, muito mais pela falta de ação do Executivo e de entendimento do Executivo com o Legislativo, e é isso que está deixando os investidores preocupados e sem querer correr o risco de fazer investimento no Brasil.

Então, a Standard and Poor's rebaixou a nota do Brasil de BBB- para BB+, fazendo com que o País passasse do grau de países classificados como grau de investimento de qualidade média para um grupo de grau especulativo de qualidade baixa.

Na prática, a agência apontou para o mercado que o Brasil não é mais um bom destino para investimentos financeiros. De acordo com a agência, a perda do grau de investimento é decorrente do cenário político conturbado com a falta de coordenação e entendimento entre ministros, da falta de habilidade política do Executivo na aprovação de medidas pró-ajuste fiscal junto ao Legislativo, da revisão da meta fiscal para 2016, que poderia levar a sucessivos déficits, nos próximos anos, e do rápido crescimento observado na dívida bruta do setor público.

Logo após o anúncio da Standard and Poor's, o Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, concedeu entrevista a um noticiário da maior rede de televisão do País, em uma tentativa de acalmar os ânimos do mercado. Na entrevista, foi reafirmado o compromisso fiscal do Governo Federal.

Também já fiz referência a isso. Assisti, no Jornal da Globo, à entrevista do Ministro Levy. Foi nítido o constrangimento do Ministro Levy, quando questionado pelos dois apresentadores do Jornal da Globo, que fizeram perguntas, que, na realidade, na prática, não foram respondidas pelo Ministro da Fazenda.

Apesar do esforço do Ministro, as consequências da queda do *rating* do Brasil já estão sendo sentidas. Apesar do anúncio do Bacen de que iria intervir no mercado de câmbio, a taxa de câmbio abriu em forte alta hoje, na abertura do mercado. Já está em R\$3,90, lamentavelmente se aproximando dos R\$4,00, para a próxima semana. É o que os analistas comentam.

Ao mesmo tempo, a Bovespa passou a operar em forte baixa. A médio e longos prazos as consequências devem ser bem mais severas do que flutuações diárias dos mercados. O fluxo de recursos internacionais deve se escassear, pressionando ainda mais a taxa de câmbio. Alguns analistas já apontam que o dólar fechará, em 2015, próximo a R\$4,40, quando a expectativa anterior, antes do rebaixamento, era de R\$4,00.

A pressão sobre a taxa de câmbio tem efeitos sensíveis sobre a inflação do País, que pode voltar a se aquecer, justamente no momento em que dava sinais de estabilidade.

Para conter a alta do dólar e dos preços, é provável que o Bacen volte a utilizar a taxa Selic, restringindo ainda mais o mercado monetário. Como já disse, não sou economista, mas acredito que o caminho não seja esse.

Já havia um consenso no mercado de que a Selic se manteria no patamar de 14,25%, ao ano, até o final do ano, tanto pelo arrefecimento da inflação como pela fala dos membros do Copom. Porém, agora o cenário mudou, e não é improvável que essa política mude, e, lamentavelmente, a taxa de juros volte a subir.

Com juros mais elevados, maior será a despesa do setor público. Já disse e repito, a cada 0,5% de aumento da taxa selic, há um gasto do Tesouro de R\$9 bilhões.

Então, se nós estamos querendo diminuir o déficit, a cada aumento na taxa de juros, aumentamos o déficit. Ou seja, é contraditória a ação do Executivo em relação ao que ele propõe para o Congresso.

E ele transfere a tarefa, que é dele, Executivo, para o Congresso, mandando o Orçamento de 2016, com um déficit de R\$30 bilhões, para que o Congresso faça os cortes. Deveria ser devolvido ao Executivo o plano orçamentário para que ele fizesse os cortes e mandasse para cá o Orçamento equilibrado, e não transferir para o Congresso a responsabilidade que é deles.

Como dizia, com juros mais elevados, maior será a despesa do setor público com o pagamento de juros e maior será o esforço fiscal necessário.

Além disso, há ainda a classificação de risco das outras duas grandes agências. São três as agências de classificação de risco, e somente uma – Standard & Poor's – fez o rebaixamento. Em seguida, a Moody's e a Fitch darão também o seu parecer a respeito da nota do Brasil. Deus queira que não haja, também por parte dessas duas agências de risco, a redução do grau de investimento, a perda do grau de investimento do Brasil.

O Senador Lindbergh acabou de desacreditar a Standard & Poor's, e, aí, vai ter que desacreditar as três agências, e o mercado, lamentavelmente, guia-se pelas agências de *rating*.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Senador Flexa, um rápido aparte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Com muita alegria e honra.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Foi justamente a agência Standard & Poor's a primeira agência de classificação que deu grau de investimento ao Brasil, em 2008.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Eu vou me referir aqui a isso. E foi festejado pelo Presidente Lula.

O Sr. Lasier Martins (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – Claro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Oposição/PSDB - PA) – Festejado pelo Presidente Lula.

Nessas duas agências, o Brasil ainda possui o, aspas, “selo de bom pagador” – fecho aspas. Porém, o rebaixamento da nota pela Standard & Poor's pode facilitar e/ou induzir o rebaixamento pelas outras agências, o que aumentaria ainda mais a desconfiança do mercado e a necessidade de aumentarmos o prêmio pelo risco.

Em resumo, se o cenário para os *policy makers* brasileiros já está difícil, agora ficou ainda pior, com a perda do grau de investimento. O esforço para recolocar o País nos trilhos do crescimento, com sustentabilidade das contas públicas e controle da inflação, parece significativamente maior do que antes. A dificuldade de diálogo e a falta de consenso dentro do Governo devem ser contornadas rapidamente, pelo bem do País.

Em outras palavras, a Presidente tem que governar! Ela está terceirizando o seu Governo.

E, aí, uma Nação sem comando, lamentavelmente, vai para a situação em que o Brasil está caminhando.

Entretanto, a questão é mais complexa do que parece. O mercado financeiro não enxerga dessa forma, e os investidores, como disse, seguem claramente a orientação dessas agências.

Como disse o ex-Presidente Lula, Senador Lasier, há sete anos, quando o Brasil ganhou o grau de investimento, aspas – palavras do Presidente Lula, que, para mim, é o grande responsável pela situação que se encontra o Brasil hoje. Ele, Presidente Lula – aspas –: “O Brasil foi declarado um País sério.” – fecha aspas –, disse lá naquela altura.

E agora, Lula, o que podemos dizer do Brasil? O que o Presidente vai dizer? Vai usar aquela frase que nunca mais usou – ele está até sumido –: “Nunca antes na história deste País aconteceu tal coisa.” Era essa a forma que ele usava nos seus discursos.

É o preço dos governos petistas que os brasileiros terão que pagar, e a conta será alta. É uma pena, é lamentável que os brasileiros, todos nós, sejamos os pagadores dos erros cometidos ao longo desses 13 anos de desgoverno do PT.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem.

O Senador Lasier Martins já está convidado a ir à tribuna, só vou explicando aqui como vai funcionar.

Falou o Senador Flexa Ribeiro, como Líder; fala o Senador Lasier Martins, como orador inscrito, no lugar de Ronaldo Caiado; fala Paulo Paim, como Líder. Depois de Paulo Paim, como Líder, fala o Donizeti, no lugar de Rose de Freitas. Em seguida, falam como oradores inscritos, Senadora Ana Amélia e, depois, Senador Marcelo Crivella.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente dos trabalhos, meu prezado conterrâneo Paulo Paim, Srs e Srs. Senadores, telespectadores, ouvintes, quero relembrar que a executiva Sinara Polycarpo Figueiredo já havia avisado aos brasileiros sobre os perigos que a reeleição da Srª Dilma poderia trazer para a nossa economia. E foi demitida. Foi demitida por desnudar a verdade pela qual o País passaria pouco tempo depois. Foi afastada de suas funções de Superintendente de Investimentos do Banco Santander por falar a verdade. Sabíamos que a Srª Sinara estava certa.

Há tempo se alerta e se fala sobre os erros cometidos pela Administração Dilma, que vem fazendo o País retroceder diariamente. O epicentro da crise está no Palácio do Planalto – só não vê quem não quer – e espalha-se pelo mundo político e pela economia de forma triste, danosa e avassaladora.

As contas públicas foram desequilibradas, investimentos foram mal feitos, o tripé macroeconômico do Plano Real foi desprezado e a corrupção espalhou-se como uma doença crescente e incontrolável na Administração Pública.

E ontem, como todos os oradores têm realçado desta tribuna no dia de hoje, fomos rebaixados pela mais importante agência de classificação de risco internacional. Nossa acesso ao crédito estará, a partir de hoje, mais caro. O dólar, que é o responsável por determinar o preço de bens como soja, milho, petróleo, deve disparar. A vida dos brasileiros, lamentavelmente, vai piorar, e estamos em estagnação.

O Brasil não suporta mais decisões equivocadas, uma condução irresponsável da economia, a implementação de políticas insensatas como a malfadada nova matriz econômica, responsável pelo golpe final do

desmonte da estabilização econômica. Desde que o PIB começou a ser medido no Brasil, em 1948, esta é a primeira vez que corremos o risco de emplacarmos dois anos seguidos de recessão.

A Nação não suporta mais a insensibilidade desta Presidência do País, que acredita ter soluções para tudo, mas que somente entrega tristeza, agonia, prejuízos, incertezas, maquiadas por pedaladas e ações de *marketing*.

A Presidente errou, falhou e falseou em sua campanha para milhões e milhões de brasileiros, que foram enganados.

Uma maioria que hoje se mostra indignada toma as ruas, clama por mudanças. Como uma Presidente pode governar protegida do povo por placas de aço, como se viu no Sete de Setembro?

Este Governo já perdeu a legitimidade econômica, política e popular. As agências internacionais não recomendam mais o Brasil, o Governo nada aprova no Congresso, e a desaprovação de Dilma bateu todos os recordes conhecidos. Uma Presidente com 7% de popularidade não possui mais legitimidade para governar, Srs. Senadores.

Boas peças de propaganda ajudam a ganhar eleições, mas não são eficazes para dirigir uma nação como o Brasil. Nossa País precisa de um governo sério, atento e focado em solucionar os problemas que aí estão.

Pergunto: como um Governo que produziu a crise será capaz de resolvê-la? Dentro do próprio Governo, não há mais consenso sobre as medidas que devem ser tomadas. O Ministro Levy não conseguiu levar adiante seu plano de austeridade; o Vice-Presidente também foi sabotado pelo próprio Governo na articulação política; e a Lava Jato, Srs e Srs. Senadores, acerta com golpes de ética os porões da corrupção de uma administração que já perdeu sua razão de existir. Diante da incompetência, propõe novos impostos. Ora, convenhamos, os brasileiros não suportam mais impostos.

Então, o que seria preciso fazer? Um ajuste real das contas públicas. Não adianta cortar verbas da saúde e educação, mas, sim, diminuir o gigantismo de um Estado paquiderme estruturado em pouco mais de uma década para servir aos companheiros. A solução é o fim da farra com dinheiro público: extinção de ministérios, de cargos comissionados, de inúmeras das 140 empresas estatais e seus generosos conselhos que acomodam apadrinhados e altos custos. Caso isso não seja feito, seguiremos com nossa economia golpeada, com empregos sendo perdidos, o aumento da inflação, coroados pela perda de grau de investimento. O primeiro passo foi o triste recado da Standard & Poor's: a perda do grau de investimento. Logo mais virão os recados da Moody's e da Fitch.

Aliás, é oportuno recordar que, em junho de 2011, o então Ministro Mantega elogiava a avaliação da Moody's, porque dizia que o Brasil estava passando a percepção de elevada robustez na economia.

E é bom lembrar ainda, quando se criticam as agências, que a Standard & Poor's foi a primeira agência de classificação que deu o grau de investimento ao Brasil em 2008 e, em 2011, também com a Moody's, elevou a nota do Brasil. Portanto, não se procure agora desqualificá-las, porque elas fazem as constatações sempre no momento.

Por tudo isso e mais um pouco, esse Governo nos transformou em maus pagadores. O brasileiro não pode passar por mais esse duro vexame, agora imposto pela Presidente.

O Plano Real foi a nossa maior conquista desde o retorno da democracia. Precisamos retomar suas bases: a austeridade, políticas macroeconômicas sérias e eficazes. O povo não pode pagar a conta do descaso e do despreparo do Governo. Sinara foi demitida por dizer a verdade. A Presidente deveria repensar a sua continuação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Dário Berger.

Durante o discurso do Sr. Lasier Martins, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu cumprimento V. Ex^a por mais um pronunciamento. V. Ex^a é um dos assíduos frequentadores da tribuna democrática do Senado Federal...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Apoio Governo/PDT - RS) – É porque há muito por dizer, não é, Presidente? Não se disse tudo ainda. E não se lamentou tudo o que se tem a lamentar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Então, agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao eminente Senador Paulo Paim.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Senador Paulo Paim, é que o painel aqui é na mão esquerda. (*Risos.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – É que está tudo moderno aqui agora. Então, devagarzinho a gente vai se adaptando.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Exatamente.

Com a palavra, V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Presidente Senador Dário Berger, eu vou fazer dois registros que acredito não vão levar 20 minutos.

O primeiro deles, Sr. Presidente, é dizer que eu tive a alegria de apresentar nesta Casa o projeto Jovem Senador.

O projeto Jovem Senador é um projeto de resolução de minha autoria, PRS 02/2003, que hoje é uma realidade. É adotado aqui no Senado, é adotado na Câmara esse projeto que foi uma construção coletiva com a Consultoria da Casa. O projeto também é adotado na maioria das assembleias legislativas, com jovens deputados, e também nas câmaras de vereadores. Um vereador veio aqui conhecer o projeto e lançou-o na sua cidade. E os jovens vereadores me mandaram uma carta, e eu venho à tribuna comentar sobre ela. Venho fazer um registro sobre o Projeto Jovem Vereador, no Município de Butiá, Rio Grande do Sul.

Uma semente foi lançada por nós – não somente por mim – aqui no Senado Federal e deu resultado País afora. Espelhado no programa Jovem Senador, projeto que apresentei e aprovamos em fevereiro de 2003, que incentiva a participação da juventude na política, a Câmara de Vereadores de Butiá, região carbonífera do meu Rio Grande do Sul, distante 83 km de Porto Alegre, implantou e realizou a 1ª edição, nos dias 27 e 28 de agosto, do Projeto Jovem Vereador. A iniciativa foi do Vereador Leonardo Montenegro, que veio a Brasília conhecer o projeto. Não vou nem citar o partido dele porque não sei.

Perdoe-me, Leonardo Montenegro, pois sei que estão todos lá assistindo. Leonardo Montenegro, eu sei que você e os jovens estão todos assistindo neste momento. Não citei ainda o partido porque não me lembro, e realmente não é o mais importante. Importante é lembrar aqui o nome do vereador.

Em sua justificativa, o vereador diz:

O sistema político representativo vigente em nosso País muitas vezes distancia o eleitor do eleito, a população de seus representantes, e, por isso, essa iniciativa visa possibilitar que a juventude vivencie na prática o papel de um Vereador [ou de um Senador, de um Deputado], descobrindo, assim, as possibilidades e os limites da sua atuação, estimulando um relacionamento permanente dos jovens cidadãos com a Câmara Municipal [enfim, com a política, que é tão apedrejada, Sr. Presidente, nos dias de hoje.]

Sr. Presidente, nove jovens estudantes do ensino médio de Butiá foram selecionados através de um concurso de redação que recebeu mais de 445 inscritos. Os nove estudantes tiveram, assim, a oportunidade de vivenciar na prática o trabalho de um vereador, inclusive, discutindo e propondo projetos. A ideia é aproximar os jovens do Poder Legislativo, bem como fomentar a participação política desse segmento tão importante para qualquer pátria, além de divulgar o trabalho e as atribuições da Câmara, no caso, de Vereadores.

Desde a primeira edição, os jovens vereadores construíram um projeto de lei que, através do mandato do Vereador Leonardo Montenegro, vai se tornar realidade: a criação da Semana Municipal de Cultura de Butiá. Virou lei.

Srªs Senadoras e Srs. Senadores, chamo a atenção para alguns depoimentos desses jovens vereadores. Comecemos com Vitória Miranda Visnievski, de 17 anos, Instituto Estadual Marechal Rondon. Disse ela:

Quando recebi a informação de que tinha sido selecionada para participar do projeto Jovem Vereador, jamais imaginei a dimensão que essa experiência teria na minha vida como cidadã.

E aqui eu me lembro, Senador, uma Jovem Senadora que aqui esteve de Nova Prata. Quando eu visitei aquela cidade, entreguei a ela um exemplar da Constituição, e ela me disse que estava sendo chamada nas salas de aula da região para falar da importância do Senado. Veja como é importante quando a nossa juventude entende e avalia a importância de saber fazer política. Fazer o bem – como eu diria – usando o instrumento da política, sem olhar a quem.

Surpreendo-me hoje diretamente engajada no contexto político de minha cidade, visto que a vivência do projeto suplantou os dois dias da atividade na Câmara de Vereadores e me proporcionou novos contatos [e uma vida permanente na política, não só durante os dois dias].

Em um Município marcado pela falta de participação da comunidade na política, acabamos criando um pequeno grupo de jovens inspirados e dispostos a fazer a mudança acontecer, comparecemos às sessões da Câmara, nos reunimos para conversar [e discutir política] e estamos trazendo à realidade o nosso sonho: a Semana Municipal de Cultura [que empolga a todos]. Sempre gostei de política, assisto à TV Senado e sonho em ser jornalista. No entanto, desta vez, sou o sujeito ativo dessa transformação [na minha cidade].

Outro depoimento, Sr. Presidente, agora, de Gabriel Martins Machado, 16 anos, do Instituto Marechal Rondon:

Para mim, o Projeto Jovem Vereador foi como um divisor de águas em minha concepção de governo e cidadania. Durante esta oportunidade, foi possível descobrir o verdadeiro papel dos Poderes Legislativo e também Executivo no âmbito municipal [Inclusive, no nosso caso aqui, ele lembra, Legislativo municipal e Executivo municipal] abrangendo as devidas competências e obrigações de nossos representantes, algo que normalmente não acontece na educação escolar, [O que ele aprendeu com o Jovem Vereador não aprendeu na escola.] mas é de enorme importância para a formação de uma sociedade crítica e conhcedora de suas necessidades e diretos de participação política.

Já Helena Azambuja, outra menina, Jovem Vereadora, de 16 anos, da Escola Visconde de Mauá, assim compreendeu o projeto:

O Programa Jovem Vereador foi algo completamente inovador implantado na nossa cidade. Deu a oportunidade para os jovens de conhcerem a política municipal e como ela realmente funciona, fazendo-nos sair da analfabetização política [Deixamos de ser analfabetos políticos.] É um programa que não só deveria como deve ser implantado em todos os Municípios formando assim mais jovens politizados e com opinião própria, para talvez construirmos juntos um país melhor para todos.

Sr. Presidente, quero deixar aqui meus aplausos para a Câmara de Vereadores de Butiá e pela iniciativa do Vereador Leonardo Montenegro, que, quando esteve aqui, em Brasília, empolgado com o Programa Jovem Senador, se comprometeu e realizou essa obra na sua cidade. E ele me disse, na época, lembro-me, que o seu sonho era levar o projeto para o Município, e levou.

Eu quero saudar também os outros Jovens Vereadores: Paola Lopes Rodrigues, do Instituto Marechal Rondon; Vinícius Leal Souza, Eduarda Ferreira Pessel e Felipe da Silva Moraes, do IEC PAC/CNEC; Tatiana Kulmann e Pâmella Calpe Junqueira, da Escola Visconde de Mauá.

Pela comissão julgadora, eu quero cumprimentar aqui e valorizar os Profs. Márcio Igor Amaral Lopes, Elizabeth Gerber Lenzzi, Mônica Pivatto Medeiros e Everton Ribeiro Pereira.

Parabéns a todos os vereadores e à simpática e querida população de Butiá e região. Parabéns ao Rio Grande do Sul.

Seria fantástico, Sr. Presidente – e aqui eu faço um apelo –, se todas as câmaras de vereadores do Brasil dessem aos seus jovens a oportunidade para que eles pudessem ser, por um, dois, três dias, uma semana, em seu Município, jovens vereadores. E as assembleias também, Sr. Presidente. Como é bom nós vermos a nossa juventude politizando-se e preparando-se para dirigir o País no amanhã. Eu sempre digo, Sr. Presidente – e insisto nesta afirmação –, que Pátria, Pátria, Pátria, Pátria mesmo, Pátria somos todos. Por isso, eu agradeço muito a V. Ex^a.

Senador, mais uma vez, eu quero cumprimentar a comissão aqui do Senado que, esta semana, aprovou um projeto, que não é de minha autoria – eu fui só o relator –, um projeto muito importante. O projeto veio da Câmara, do Deputado Pellegrino, da Bahia, que regulamentou a profissão de salva-vidas. Quero juntar-me à categoria dos salva-vidas e festejar com alegria a aprovação por unanimidade do projeto que regulamenta a profissão de salva-vidas. Foi ontem na Comissão de Assuntos Sociais. O PL nº 42, de 2013, veio da Câmara dos Deputados, por ser um projeto de autoria do Deputado Nelson Pellegrino, que trata de salvar vidas nos clubes, na praia, no mar, nas lagoas. O teor do projeto, Sr. Presidente, fixa os requisitos mínimos necessários para o exercício da profissão e estabelece um prazo para a adaptação dos profissionais que ora a exercem.

A relevância social da matéria é indiscutível. Todos conhecemos a importância dos salva-vidas. Muitas vezes, nós os vemos na praia, onde estamos lá com a família, brincando, e não percebemos que aquele cidadão, que está ali naquela guarita, que está ali agarrado talvez a uma boia, observando o mar, ou que está ali num helicóptero sobrevoando a praia, se preparou para aquele momento. Ele tem de ser valorizado, porque quem salva vidas tem de ser valorizado! É o caso do enfermeiro, do médico e, no caso, do salva-vidas.

Por isso, Deputado Pellegrino, da Bahia, ficam aqui os nossos cumprimentos pela sua iniciativa. A relevância da matéria, com certeza, é indiscutível. Todos nós conhecemos a importância dos salva-vidas na proteção à vida e à integridade física dos frequentadores de mares, de piscinas, de lagos e rios.

Foi acrescentada ao texto principal uma emenda. Entre outros pontos, ela garante os seguintes direitos: identificação e uso de uniforme no local de trabalho; jornada máxima, porque eles não tinham limite de jornada, de 40 horas semanais de trabalho; adicional de insalubridade e de periculosidade, conforme o caso, que eles passam a ter, exclusivamente para os salva-vidas pelo desempenho de suas funções, já que se expõem a agentes

nocivos à saúde e colocam em risco a própria vida para salvar a vida daquele que foi nadar; acima do limite de tolerância fixados em razão da natureza e da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos.

Por isso tudo, nós discutimos amplamente, Sr. Presidente. Eu fiz dois, três encontros regionais, no âmbito do País, principalmente no Norte e no Nordeste, mas também na Região Sul.

Ajustamos um piso salarial, junto com o Deputado Pellegrino, de R\$ 2.364,00 por mês, reajustados anualmente pelo menos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou por índice oficial que venha a substituí-lo.

Aproveito, Sr. Presidente, para cumprimentar todos os salva-vidas do País, deste imenso Território nacional, de milhares e milhares e milhares de quilômetros de praias, de clubes, de lagoas, de rios, de piscinas.

Eu quero também dizer a todos que, através da manifestação que recebi hoje da Associação de Salva-Vidas de Ilhéus e do Sul da Bahia (Asvisulba), fica aqui o meu reconhecimento. É com muita alegria que vim à tribuna – eu disse que viria – fazer esse comentário.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Vou passar a palavra a V. Exª logo, pois já estou, efectivamente, terminando.

Por fim, eu acredito que cada profissão tenha a sua importância e o seu valor. E essa, que cuida do nosso bem maior, que é a vida, merece o nosso especial reconhecimento e aplauso.

Ficam aqui os meus cumprimentos ao Deputado Nelson Pellegrino, da Bahia, pela iniciativa que agora vai se tornar lei.

Senadora Ana Amélia – dentro do meu tempo ainda.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senador, o senhor é muito generoso com todo mundo. E o Presidente Dário Berger é também, tanto quanto V. Exª. O Plenário pode ampliar a apresentação de uma exposição dessas...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Mas esses quatro minutos já são seus.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... com esse tema que V. Exª abordou sobre a regulamentação da profissão de salva-vidas. Veja só: até o nome da profissão é bonita, salva-vidas. Eu queria cumprimentar o relatório de V. Exª e as providências tomadas, porque não adianta criar se uma lei se não se regulamenta o exercício, inclusive, em relação à questão salarial. Então, ficou completo: já há a regulamentação e a definição das bases salariais para a categoria. É de grande alcance social. As polícias militares, como no Rio Grande do Sul, trabalham como salva-vidas durante a praia, a chamada Operação Golfinho, mesmo sofrendo dificuldades graves. Daqui a pouco, chega o verão. Eu queria fazer uma homenagem também a eles, que, do ponto de vista do papel que têm na segurança pública, fazem esse trabalho tão exemplar. E os salva-vidas civis operam também com a mesma ambição tão bonita, que é salvar vidas. No Rio Grande do Sul, muitas pessoas morrem, especialmente jovens, na época do verão, afogadas em açudes, em rios, exatamente pela ausência de um profissional dessa área. É claro que não poderão estar todos em todos esses lugares. E, na mesma reunião em que foi aprovado por unanimidade, Senador Paulo Paim, o projeto que V. Exª relatou sobre a regulamentação do salva-vidas, do Deputado que eu conheço, que é o Nelson Pellegrino, que foi, inclusive, Presidente da Comissão de Relações Exteriores, foi aprovada também outra matéria por unanimidade. Eu aproveito para agradecer aos colegas, porque foi um tema muito discutido aqui. Cada vez que viajamos – e V. Exª na CDH sabe disso –, fala-se da questão do direito das pessoas portadoras de doenças raras, da questão de ampliar o rol do chamado teste do pezinho, em que a criança recém-nascida é submetida a essa chamada triagem neonatal. E isso é fundamental na identificação de doenças raras. Quando essas são tratadas no começo, há chance muito grande ou de uma regressão da enfermidade ou de haver uma qualidade de vida para essa criança, quando adolescente ou quando adulto, muito melhor. Então, eu queria agradecer muito aos colegas Senadores por terem também aprovado essa matéria. Foi uma relatoria exemplar do Senador Eduardo Amorim, que é médico. Houve uma relatoria *ad hoc* do Senador Marcelo Crivella, que também fez referência ao projeto relatado por V. Exª sobre os salva-vidas. Então, eu quero aproveitar o gancho para lembrar que, na mesma reunião da nossa Comissão de Assuntos Sociais, outros temas de relevância social também foram aprovados. Muito obrigada, Senador. Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Muito bem, Senadora Ana Amélia, que, com seu pronunciamento, destaca esse projeto tão importante que vai salvar vidas.

Por fim, neste minuto que eu tenho – e que é muito, porque discorri, como queria, na íntegra, sobre os dois projetos que aqui comentei –, eu queria agradecer muito, muito a todos os Senadores e Senadoras, como a Senadora Ana Amélia, o Senador Donizeti, a Senadora Vanessa, o Senador Dário Berger, que estiveram lá, os Senadores e Senadoras da Comissão de Direitos Humanos. Na última reunião, nós limpamos a pauta. Nós votamos todos os projetos, terminativos e não terminativos, e também os requerimentos, colocando em dia,

então, o trabalho dessa Comissão que também trata da vida, que é a Comissão de Direitos Humanos. Então, muito e muito obrigado a todos os Senadores e Senadoras que fazem parte da Comissão de Direitos Humanos.

Eu encerrei, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Aproveito também para cumprimentar, mais uma vez, o Senador Paulo Paim, sobretudo pelo projeto do Jovem Senador, instituído, então, na cidade de Butiá, como Jovem Vereador. O senhor, na verdade, é um protagonista de novos tempos e de novas histórias. Eu quero parabenizá-lo. Eu quero agradecê-lo também pela relatoria de seu projeto em relação à regulamentação da profissão de salva-vidas. Santa Catarina, como o senhor conhece...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Conheço bem, conheço bem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Santa Catarina tem também uma relação muito íntima com essa profissão. Eu aproveito para cumprimentá-lo e cumprimento também o eminente Deputado Federal Nelson Pellegrino, que é um dos mais brilhantes Deputados que nós temos na Câmara dos Deputados. Portanto, estamos de parabéns todos que, de uma forma direta ou indireta, participamos da regulamentação desse importante projeto de lei. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Dando continuidade, eu concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Donizeti Nogueira. V. Ex^a tem a palavra.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Sras Senadoras Ana Amélia e Vanessa Grazziotin, Srs. Senadores, eu quero aproveitar que nós falamos da Comissão de Direitos Humanos e dizer que ela é muito importante.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ou seja, a Comissão de Direitos Humanos, é por onde entram as sugestões de projeto de lei que podem vir de setores organizados ou da sociedade em geral para tramitar aqui, no Senado.

Então, é muito importante essa Comissão, por tratar dos direitos humanos e também por ser uma porta aberta para receber sugestões, de forma institucionalizada, no Senado Federal.

Ao iniciar minha fala aqui hoje, Senador Dário Berger, eu gostaria de apresentar um projeto de lei que encaminhei ao Senado, que é o Projeto de Lei nº 595, de 2015. O texto que proponho dispõe sobre a proteção ambiental e a promoção do ecoturismo em Unidades de Conservação, através da gestão compartilhada entre a União e a iniciativa privada.

O Brasil tem hoje mais de 300 Unidades de Conservação federais, sem mencionar aquelas sob a responsabilidade dos Estados e dos Municípios. A grande maioria dessas áreas tem grande valor na proteção ambiental, e muitas têm imenso potencial turístico. Apesar disso, Sras Senadoras, Srs. Senadores, muito poucas são as Unidades de Conservação que têm esse potencial turístico efetivamente aproveitado. Pior, muitas dessas Unidades de Conservação não foram sequer implementadas.

Por várias razões, o Governo tem encontrado dificuldades para efetivar, no mundo real, as Unidades de Conservação. Criadas por meio de decretos, muitas são chamadas de “parques de papel” por existirem apenas na burocracia e nunca terem sido implantadas. O exemplo mais dramático é o Parque Nacional do Itatiaia, no Rio de Janeiro. Criado em 1937, há 78 anos, quase um século, até hoje nunca foi regularizado.

Parte das dificuldades encontradas para a implantação dessas unidades de proteção ambiental está ligada às restrições de atuação dos órgãos públicos. Todos nós sabemos que o agente público tem restrições para contratar profissionais, para comprar equipamentos e para realizar obras de infraestrutura, por exemplo.

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão do Governo ligado ao Ministério do Meio Ambiente responsável pela gestão das Unidades de Conservação, além das restrições inerentes aos órgãos públicos, tem também limitações orçamentárias para a implementação dessas unidades.

Estou propondo que o Estado brasileiro autorize empreendedores privados a investirem na elaboração e na execução dos Planos de Proteção Ambiental de alguns tipos específicos de Unidades de Conservação.

Ao agente privado caberá a proteção ambiental e a implementação e gestão da Unidade de Conservação, enquanto ao agente público caberá a fiscalização da execução do plano de proteção por parte do parceiro privado.

A solução que proponho no PLS 595, de 2015, é que o ICMBio tenha a prerrogativa de autorizar a operação de hotéis cassino mediante a apresentação e execução do Plano de Proteção Ambiental de uma Unidade de Conservação por parte do agente privado autorizado a operar os hotéis.

Estou propondo, Sras e Srs. Senadores, que esta Casa legislativa rediscuta a autorização para a operação de jogos de apostas no Território nacional. Não estou falando, entretanto, em discutir a autorização para ope-

ração de cassinos no Brasil como um fim em si mesmo, mas como um meio para se alcançar um objetivo maior vinculado à proteção do meio ambiente.

O texto que proponho contém dispositivos que visam a agregar valor turístico às Unidades de Conservação como forma de incentivar a sua efetiva proteção.

O texto dá ao ICMBio a prerrogativa de compartilhar a gestão de alguns tipos de Unidades de Conservação, nas quais é possível a visitação pública, com operadores de hotéis cassino. O instituto trocaria a licença para operação dos hotéis cassino pelo projeto privado de proteção ambiental das Unidades de Conservação. De acordo com o projeto, o ICMBio escolheria as Unidades de Conservação a serem oferecidas para cogestão com hotéis cassino de acordo com os critérios previstos no texto.

Uma vez escolhidas as Unidades de Conservação, os interessados em operar os hotéis cassino apresentariam planos de proteção da Unidade de Conservação, prevendo todas as ações e atividades necessárias à efetiva proteção da biodiversidade.

A contratação de guardas-parques, a elaboração de planos de manejo e proteção de fauna, a avaliação da capacidade de suporte para o ecoturismo, a construção de infraestrutura física, a compra de equipamentos, de barcos, de veículos, de material de expediente etc., tudo ficaria sob a responsabilidade do agente privado autorizado a explorar economicamente as unidades através dos hotéis cassino.

O ICMBio, então, escolheria, a seu critério, o melhor plano de proteção, cujo proponente receberia autorização para operar os hotéis cassino nas imediações da Unidade de Conservação.

Como eu disse, ao empreendedor caberia executar o plano de proteção, e ao ICMBio caberia a fiscalização da aplicação do plano. Em caso de descumprimento, o projeto prevê punições que incluem advertência, suspensão e até o cancelamento da licença.

O projeto traz salvaguardas para evitar que autorizemos o exercício de uma atividade deletéria à sociedade brasileira. O texto que proponho obriga que os hotéis cassino sejam construídos longe dos grandes centros urbanos. Uma vez autorizada a operação do hotel cassino, o empreendimento tem de ser construído necessariamente nas proximidades da Unidade de Conservação a ele vinculada. A intenção é atrelar a nova atividade hoteleira às áreas de proteção ambiental, tornando o ecoturismo uma opção a mais aos hóspedes. Dessa forma, a visitação ao parque receberia o apoio, o conforto e o controle proporcionado pelo empreendimento hoteleiro.

Outro objetivo desse afastamento físico entre os hotéis cassino e os centros urbanos é criar um nicho de demanda pelo jogo de apostas entre as classes de alta renda do País, mas, principalmente, criar demanda de turismo internacional vinculado ao conhecimento de nossas florestas e de seu potencial turístico.

O projeto tem nuances subjacentes. Todos nós sabemos que as florestas brasileiras, sobretudo as florestas da Amazônia, prestam um grande serviço ambiental que é absorvido por toda a população mundial. Ocorre que o Brasil não tem meios de cobrar por esses serviços ambientais de forma que seja possível pagar ao povo da Amazônia pelo seu esforço de proteção da floresta.

Dessa forma, Sr. Presidente, Sras Senadoras, atrair o turismo internacional para o Brasil, taxar a atividade turística e utilizar o valor arrecadado na proteção da floresta, tudo isso é uma forma indireta de promover pagamentos por serviços ambientais prestados ao mundo pelas nossas florestas. Esse também é um dos objetivos do projeto que proponho.

Para tanto, o projeto cria também, Senadora Ana Amélia, uma nova Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, que chamo de Cide Verde, incidente sobre a operação dos hotéis cassino. A arrecadação dessa nova Cide será integralmente destinada à proteção do meio ambiente, através de arranjos de Pagamentos por Serviços Ambientais.

O projeto prevê ainda o treinamento e aproveitamento da mão de obra local e o incentivo à cultura local, por meio de apresentações culturais nos empreendimentos hoteleiros.

Se aprovado como proponho, o texto criará empregos ligados à proteção ambiental perfeitamente capazes de substituir os empregos ligados à velha economia de fronteira na Amazônia e em outras regiões do País.

Dessa forma, as ações de proteção ao meio ambiente deixarão de ser apenas uma política que aniquila a economia de fronteira insustentável e seus empregos igualmente insustentáveis, sem criar alternativas sustentáveis.

A criação de Unidades de Conservação, Sr. Presidente, pode deixar de ser uma atividade vista com maus olhos pelas populações locais, para ser bem vista, uma vez que, se bem conduzida e fiscalizada, poderá criar toda uma nova economia regional fundamentada em bases sustentáveis.

Sei que o projeto é polêmico e receberá críticas de setores, mas considero que é um texto inovador, que tem potencial para mudar de uma vez por todas o paradigma da proteção ambiental em Unidades de Conservação no Brasil, Senador José Medeiros.

Tenho trabalhado para que o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2015, seja apreciado pela Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional, instituída pelo Presidente Renan Calheiros nesta Casa como forma de agilizar os projetos da chamada Agenda Brasil. Convém lembrar, a Agenda prevê justamente o incentivo ao ecoturismo em Unidades de Conservação.

Estou aberto a críticas e a sugestões. Estou disposto a fazer um bom debate, em nome daquilo que acredito ser melhor para o meu País e para o povo brasileiro, sem as amarras do conservadorismo, do preconceito e de possíveis distorções que possam ocorrer, se não for bem fiscalizada, Senador Dário Berger, uma iniciativa econômica dessa natureza.

Mas estou propondo ao meu País, ao Governo, ao povo brasileiro que discutamos isso, para criarmos uma nova cadeia de serviços que venha gerar riqueza para o País, atraindo, sobretudo, os turistas internacionais que visitam nossas florestas e que poderão ter um apoio logístico melhor, para deixarem aqui seus recursos e ajudarem a financiar o nosso País.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Parabéns, Senador Donizeti, pela iniciativa! Muitos poderão discordar de alguns aspectos. Quando se fala em cassino ou na legalização do jogo no Brasil, há muita gente que reage contrariamente. Mas penso que V. Exª dá uma boa contribuição ao debate numa matéria importante. Em vez de aumentar o imposto de outras coisas, o imposto disso ou daquilo, essa seria uma forma, como fazem os Estados Unidos, que dedicam isso para comunidades indígenas... Em Las Vegas, por exemplo, toda a arrecadação dos impostos é destinada à comunidade indígena daquela região. Então, poderíamos ter também uma arrecadação de recursos não só para a preservação de áreas importantes, como a Amazônia ou outras áreas de reservas legais ou ambientais, mas também para a obtenção de uma fonte de recursos financeiros, para ajudar o Brasil neste momento crítico que estamos vivendo, Senador Donizeti. Parabéns pela iniciativa, de qualquer maneira, e por suscitar o debate aqui. Não estou necessariamente dizendo que estou entrando no mérito do seu projeto. Estou dizendo que é uma iniciativa. Todas elas têm de ser bem-vindas e examinadas de acordo com o interesse nacional. Parabéns!

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senadora Ana Amélia. Quero incorporar sua observação ao meu discurso.

Concedo um aparte também ao Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Também quero parabenizá-lo, Senador Donizeti, pela coragem, porque esse tema, no Brasil, por muitos anos, foi um tabu e ainda o é. Dogmas foram sendo criados, de forma que quase ninguém quer se pronunciar sobre esse assunto. V. Exª tem coragem de trazer esse projeto aqui para ser debatido e com muita propriedade, porque vale salientar que boa parte dos empresários brasileiros que atua nessa área está no Paraguai, no Uruguai, ganhando dinheiro. De repente, eles poderiam estar investindo aqui. Hoje, esse negócio ocorre via internet. Não há como dizer: "Se não houver cassinos aqui, as pessoas daqui não vão jogar." Não! Os brasileiros estão jogando, porque hoje é via internet. Com a tecnologia que existe, eles jogam, e os impostos ficam lá no Uruguai, no Paraguai, enquanto o Brasil não arrecada nada com esse setor. Quanto ao setor hoteleiro, parabenizo V. Exª novamente, porque é um setor para o qual o País não olha com o devido carinho, mas ele emprega quase 4 milhões de pessoas. São empregos em uma área para a qual o Brasil tem dificuldade de alocar massa trabalhadora. São pessoas geralmente sem muita qualificação, e falta mão de obra. O setor hoteleiro contrata essas pessoas, e é um emprego também muito barato. Um emprego gerado pelo setor hoteleiro, se fosse para fazer uma planta industrial, seria dez vezes mais caro. Portanto, V. Exª escolheu uma quinta-feira e foi muito feliz ao trazer esse tema. Agora, vou lhe adiantando, como disse a Senadora Ana Amélia: com certeza V. Exª vai apanhar como massa de pão, porque o tema é polêmico. Mas a importância está justamente em trazer a matéria para o debate, e temos que ter a coragem de trazer todos os prós e contras, as Igrejas. Enfim, devemos trazer todo mundo para debater o tema, para podemos chegar a um bom termo. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito agradecido, Senador José Medeiros. Quero incorporar suas considerações ao meu discurso.

Concedo um aparte agora à Senadora Vanessa Grazziotin.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Muito obrigada, Senador Donizeti. Eu vou pelo mesmo caminho dos apartes que V. Exª acaba de receber, tanto da Senadora Ana Amélia quanto do Senador José Medeiros. Entretanto, quero desde já adiantar a minha posição. Eu sou contra a legalização dos jogos, não pelo jogo em si, mas por tudo aquilo que os jogos podem trazer. Não vamos nos esquecer de que, até pouco tempo, no Brasil eram permitidos os bingos, e todas as casas de bingo foram fechadas por conta de problemas que tivemos. Até onde podemos dizer que a legalização do jogo não traz com ela o contrabando, a droga, o dinheiro ilícito? Mas concordo com meus companheiros e com V. Exª, quando diz que é necessário debater. Aliás, dizem que toda crise é importante, porque, a partir dela, nasce um novo ser. No

caso, nasce um novo país, um país reinventado, um país muito melhor para sua gente. Então, não há dúvida nenhuma de que todo debate é crucial, fundamental – e veja –, até necessário, nesse momento, no momento em que o Brasil passa por dificuldades econômicas e que nós precisamos buscar uma saída. Mas a minha opinião, e não tem sido a minha opinião, mas do meu Partido, é contrária, Senador, à legalização do jogo no Brasil.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senadora Vanessa. Quero incorporar o seu contraditório à nossa ideia e esperar que, no debate a ser conduzido nesse processo, a gente possa construir a possibilidade de convencer a senhora, de repente, a reavaliar sua posição.

Por fim, gostaria de dizer que é necessário ousadia para debater alguns temas, como a gente tem debatido; é necessário coragem, sobretudo acerca desses temas que constituíram tabus ao longo dos anos.

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu venho, neste momento, propor uma iniciativa de lei que pode gerar receitas sem gerar despesas. Aliás, diminuindo despesas, porque o fim desse projeto é fortalecermos a preservação ambiental das unidades de conservação estabelecidas no País. Então, nós viemos aqui hoje para propor uma iniciativa de lei que não gera despesa, gera receita e pode contribuir para o desenvolvimento de regiões ainda de muita dificuldade econômica.

Eram essas as minhas palavras. Agradeço ao Presidente Dário Berger pelo tempo conseguir concedido.

Por fim, quero dizer que essa crise – e bem falou a Senadora Vanessa – que estamos vivendo é uma oportunidade.

(Soa a campainha.)

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu fico agoniado comigo, em saber se nós – sejamos nós Parlamentares, sejamos os gestores dos Municípios, os gestores dos Estados e a gestora da União – estamos preparados para dar a resposta de que o País precisa. Mas eu acredito no País, acredito nas pessoas, acredito no povo brasileiro, e acredito que daremos respostas grandes para esse momento, que farão com que o País seja ainda maior perante o mundo, com mais soberania e, sobretudo, com mais inclusão social do nosso povo.

Obrigado. Como não almocei ainda, um bom dia a todos e a todas.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Há um requerimento de minha autoria, uma licença de afastamento para trabalho da Comissão de Relações Exteriores. Se a Mesa puder fazer a apreciação, eu agradeceria.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – A próxima oradora inscrita é a Senadora Ana Amélia, a quem concedo a palavra.

Enquanto a senhora ocupa a tribuna, quero também cumprimentar meu querido companheiro, colega Donizeti Nogueira, pela iniciativa do projeto, que demonstra efetivamente muita coragem e disposição para discutir esse assunto. O projeto é oportuno e audacioso, portanto, bem dentro das características de V. Ex^a, a quem quero cumprimentar por isso.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito agradecido, Senador Dário Berger, pela observação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Muito obrigado também.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia Lemos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Dário Berger, obrigada pela recorrente solidariedade que tem dado ao nosso Estado do Rio Grande do Sul.

Caras colegas Senadoras, Senadores, agora vou conversar com uma pessoa, vou me dirigir a ela, a Dona Maria Angélica Ulhoa Dani.

Dona Maria Angélica tem 78 anos, é mineira de Belo Horizonte, e acompanha, com muita atenção, tudo o que acontece aqui no Senado, especialmente neste plenário. E a Dona Maria Angélica, com a sua experiência de vida – está aposentada hoje –, manda uma mensagem para mim fazendo referência e avaliações bastante judiciosas sobre os colegas Senadores.

Ela me faz uma pergunta: "Senadora, como é que os Senadores e o que os Senadores fazem para dar a nós, brasileiros, nessa crise em que o País está vivendo, uma luz no fim do túnel?" Uma luz no fim do túnel é o que quer a Dona Maria Angélica, de 78 anos, lá de Belo Horizonte, e que manda essa mensagem.

Essa pergunta da Dona Maria Angélica, Senador Dário Berger, é a pergunta que todos os brasileiros, de todas as classes sociais, de todos os níveis, de Norte a Sul do País, se fazem nesse momento.

Eu telefonei para ela para dizer: "Dona Maria Angélica, essa também é a minha angústia, e eu gostaria muito de saber onde está a luz no fim do túnel."

A luz no fim do túnel, Senador Cristovam, se dá com o direcionamento de uma liderança de um país democrático. O País tem uma Presidente eleita democraticamente, tem um Congresso funcionando, um Judiciário funcionando, e o País tem que ser governado, e a governança tem que dar ao cidadão a certeza e a segurança de que está nos levando para o caminho certo. Esse é o papel de um líder, Dona Maria Angélica. É assim que os líderes agem.

Aqui, na América Latina, alguns bons, outros nem tanto, uns mais, outros menos democratas, uns meio déspotas, outros mais abertos, mais plurais, mais respeitosos com os direitos da democracia e da liberdade expressão, respeito ao Judiciário. Mas nós, hoje, estamos numa situação extremamente preocupante, exatamente por não vermos a sinalização da famosa luz no fim do túnel que a Dona Maria Angélica nos pede para dizer a ela.

É exatamente essa, Senador Cristovam, a grande dificuldade que nós temos hoje, porque hoje todos os Senadores que me antecederam falaram da nota de rebaixamento feita por uma agência de análise internacional, a Standard & Poor's, dos Estados Unidos. Eu estou menos preocupada com isso, embora lamentavelmente seja uma declaração de que somos maus pagadores e de que não somos confiáveis do ponto de vista do nosso compromisso de pagar conta. É ruim, claro que é ruim, mas eu não vou me deter nisso. Vou me deter na necessidade de termos clareza para onde estamos indo. Para onde nós estamos indo? Até onde vai essa crise?

Não adianta. Eu gostaria de não falar sobre ela. Sem dúvida, são tantas coisas importantes acontecendo, tantas matérias importantes que estamos aprovando aqui que acabam ficando escondidas, diante do volume de informações que estamos recebendo. Aí, tento entender as dificuldades de compreensão desse processo com essa pergunta que a Dona Maria Angélica me fez.

Li com atenção, no jornal *Valor Econômico* de hoje, uma entrevista longa da Presidente da República, Dilma Rousseff, e uma pergunta – já faço a saudação aos nossos visitantes aqui – que foi feita pela repórter muito competente, que conheço e respeito muito, Claudia Safatle:

Se há anos, a despesa [ou seja, o custo do Governo, o que nós pagamos para custear o Estado funcionando "mal", há muitos anos] a despesa cresce acima do PIB [do Produto Interno Bruto; ou seja, o que nós gastamos é mais do que toda a riqueza produzida no Brasil], como não há o que reduzir? [É a pergunta que a repórter faz. Como não pode reduzir a despesa? Ela faz a pergunta à Presidente].

Eu vou, textualmente, reproduzir a resposta da Senhora Presidente da República.

Abro aspas para a resposta dela a essa pergunta da Claudia Safatle, do *Valor Econômico*:

Pega o que nós já cortamos daquele momento para trás até hoje. Pergunta para os ministérios a quantidade de cortes. Nós fizemos três cortes gordos. Ainda tem toda a reforma administrativa que nós vamos fazer também. [Vamos fazer, isto é futuro]. Mas eu queria [...] falar [uma] [...] coisa. Quais são as três formas de você estabilizar a dívida pública? [A pergunta é da Presidente Dilma, e ela mesma responde]. Porque esse [equilibrar a dívida pública] é o nosso objetivo. Primeiro [diz a Presidente da República], crescimento econômico. Segundo, a incidência do juro sobre a dívida. Terceiro, a administração fiscal. Nós não controlamos nem a primeira [crescimento econômico], nem a segunda [incidência dos juros sobre a dívida]. Nós só controlamos a terceira. É o equilíbrio fiscal. É aí que nós vamos atuar. Só podemos atuar ali [na questão do equilíbrio fiscal]. O que eu estou querendo dizer é o seguinte: para cada uma dessas variáveis, vamos olhar como é que fica.

O Governo, seja ele Federal, Estadual ou Municipal, é uma espécie de eixo que estabelece as regras do jogo de funcionamento da economia, e, quanto mais claras, mais seguras forem essas regras, melhor será para o agente que trabalha: que faz sapato, que faz móvel, que faz roupa, que produz comida, todos; que fazem automóvel, geladeira, tudo que nós consumimos, bens duráveis, bens de consumo, tudo. Esses são os chamados agentes econômicos e são eles que precisam de regras claras.

E o que nós estamos vendendo? Esta Casa recentemente aprovou, primeiro, num momento de dificuldades maiores, para estimular o crescimento – prestem atenção –, para estimular o crescimento, nós desoneramos vários setores de alto emprego de mão de obra, vários setores: construção civil, setor moveleiro, setor calçadista, metal-mecânico e tantos outros. Nós desoneramos esses setores, proposta do Governo, do Poder Executivo, que é quem tem essa responsabilidade. Fizemos isso de bom grado. Entendemos que era o momento.

O que é que nós fizemos agora, há poucos dias aqui? Nós reoneramos, voltamos a aprovar a cobrança daqueles impostos que tiramos há poucos meses! Como é que pode funcionar o setor com esse tal grau de

insegurança? Essa é a economia, e os agentes estão perplexos. Para onde vamos? O empresário que produz, seja no botequim da esquina, no armazém, na quitanda, no verdureiro, como nós lá no Rio Grande do Sul chamamos o verdureiro, ele também faz a pergunta da Dona Maria Angélica, lá de Minas Gerais: "Onde está a luz do fim do túnel?". Esse é o agente econômico.

E a outra questão é sobre os juros. Por que os juros são tão altos? Se o Jânio Quadros fosse vivo, ele traduziria isso de uma maneira muito singela. Diria que existe inflação porque há muita roubalheira no Governo. Era assim como o Jânio Quadros traduzia a inflação.

Na verdade, não vou simplificar a esse nível, mas vou dizer que os juros altos são devidos à gastança do Governo; gasta demais e aí tem que financiar a dívida. Tem que financiar. Isso é uma bola de neve, Senador Dário Berger, é uma bola de neve. E V. Ex^a sabe. Aí, aumentam os juros, aí, aumenta a inflação, porque o Governo não tem controle do gasto.

E até a Dona Maria Angélica, que parece uma professora de economia, disse assim, "os desmandos", isso é desmando, porque uma hora faz uma coisa e outra hora faz outra.

Esses jovens que estão aí a nos assistir devem perceber também isso da mesma forma. Que eles gostariam, sem dúvida, não sei se são estudantes, mas vão fazer o ProUni, vão fazer o Pronatec, uma hora há, outra hora não há esses programas do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – V. Ex^a me permite só anunciar...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Com muito prazer, Senador Dário Berger.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – ... os nossos visitantes que são estudantes do ensino médio do Colégio Cepac, de Barueri – São Paulo.

Sejam bem-vindos.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Pois é, então veja, estou falando para eles, parece que adivinhei que eram estudantes. Tem tudo carinha de gente jovem, parabéns para vocês, continuem estudando.

Mas, veja só, se eles forem buscar o Pronatec ou ProUni vão dar com o rostinho na porta. Era muito bom, em 2014, deixou de existir em 2015. Como é que até esses jovens para planejar sua carreira? Como é que ele vai fazer o planejamento de sua vida? Esperando ter com o Pronatec uma profissionalização e um bom emprego, um programa ótimo, maravilhoso; ProUni, excelente; Fies, uma alternativa. E aqui está um mestre nosso, ex-Reitor, Governador, nosso mestre em educação: Cristovam Buarque, que tanto tem falado sobre isso. E a perspectiva dessa juventude?

Nós estamos aqui tão perplexos quanto a D. Maria Angélica, de 78 anos, que me escreveu, querendo saber onde é que estava a luz no fim do túnel. Eu estou procurando, e não consegui com nenhuma lanterna, com nenhuma luz digital, com nenhum processo de iluminação, mais potente que seja, enxergar a luz no fim do túnel. E olha, Senador, eu sou uma pessoa otimista. Trabalho aqui no Senado pensando que o Brasil é maior que a crise. Eu não tenho dúvida disso, mas também, por favor, nós temos que dar um jeito, nós temos que dar um rumo, nós temos que dar uma segurança, no mínimo, para essa juventude, para os agentes econômicos, para os servidores, para os aposentados que já estão com medo, para os trabalhadores que perderam alguns direitos como o seguro-desemprego.

Então, eu trago, Senador Cristovam, essa preocupação da D. Maria Angélica, lá de Belo Horizonte, querendo saber onde está a luz no fim do túnel. E V. Ex^a, como tem tantas vezes aqui falado, então, eu penso que, de fato, é isso.

Espero que a Presidente Dilma que diz que é uma questão administrativa que ela está por fazer, que isso seja feito. Ainda não vimos agora um corte sobre essa matéria.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco Apoio Governo/PDT - DF) – Senadora, eu quero dizer para a senhora e para a D. Maria Angélica que há luz no fim do túnel, mas exigem medidas corajosas, ousadas que eu não estou vendo a Presidente querer tomar. Por exemplo: É preciso reconhecer que o Ministro Levy fracassou nesses quase nove meses de seu período. E eu daqui defendi muitas vezes que seria um desastre substituir o Ministro Levy. Hoje eu defendo que ele seja substituído, por exemplo, por Henrique Meirelles, que traria credibilidade outra vez para a condução do processo. Eu não acredito que a Presidente, ela em si, vá passar esta credibilidade, ela tem que ter um Ministro que passe. O Lula soube fazer isso com o Meirelles no Banco Central e Palocci, na Fazenda. O Fernando Henrique fez isso com o Malan. Em 98, fui Governador pelo PT, durante a eleição presidencial, e disse: Se o Lula ganhar, deve manter o Malan por 100 dias. E eu dizia por quê. Porque, quando estudei economia, faz muito tempo, eram três os fatores de produção: capital, trabalho e terra. Depois, veio a tecnologia. Hoje, há outra, que é a credibilidade. Uma coisa mágica até. Mas, sem a credibilidade, mesmo um país rico entra em crise. Creio que a Presidente devia ter coragem, hoje, de reconhecer a gravidade da situação e dizer que está na hora de ter um Ministro da Fazenda que traga credibilidade para a condução do processo. E acho que quem está aí hoje, é o ex-Ministro, aliás, ex-Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, que

defendi que fosse Ministro no começo do governo Lula. Mas Lula preferiu colocá-lo no Banco Central, e foi um acerto, colocando o Palocci, um médico, no Ministério da Fazenda, e foi um acerto também. Creio que a Presidenta, e, aí, já estaria me metendo, se ela decidisse escolher outro Ministro, deveria renegociar a dívida. Por que só aumentar impostos, se parte do déficit é para cobrir os juros? Porque a gente pode negociar isso. O Brasil fez uma negociação muito boa nos anos 80 ainda, com os credores externos. Por que não faz com os credores internos, inclusive nós, que temos alguma caderneta, alguma aplicação e somos credores do Governo? Está na hora de fazer isso. Está na hora de ela convocar o Conselho da República. Existe na Constituição a ideia de um conselho que se reúna em momentos de grandes conflagrações, inclusive, guerras, digamos. Estamos vivendo isso. Vai ser muito grave: o dólar subindo, a consequência disto sobre a inflação, a perda de credibilidade que vai fazer com que muitos dólares saiam do Brasil e que outros não venham, e, quando não vierem, não será só para especular, não. Estava começando a abrir-se há alguns meses a possibilidade de investimentos estrangeiros aqui. Não virão com a mesma facilidade. E isso vai exigir mudanças desse tipo. Creio, e volto a insistir, que a Presidente deveria vir aqui, ao Congresso Nacional, fazer um discurso à República, mostrando a situação que estamos vivendo hoje. E a melhor maneira de saber a gravidade é lembrar o que disse o Presidente Lula, em 2008, quando o Brasil adquiriu esse *status* de País com credibilidade. O Presidente Lula disse: "A partir de hoje o Brasil é um País sério." Logo, a partir de hoje, agora deixou de ser um País sério. Porque se ficou sério por causa do grau de investimento, deixou de ficar sério ao perder esse grau. Tem que vir aqui falar para a Nação brasileira, através de nós, Parlamentares, ouvindo. Aqui ela deve reconhecer que houve equívocos na condução, tanto da política econômica – e nós dois fomos dos que mais alertamos isso nesta Casa – e também na condução do processo eleitoral. Tem, sim, que vender patrimônios improdutivos que o Brasil tem, que são altos, em terras espalhadas pelo Brasil. Tem que fazer isso. Ela tem que aqui dizer que não é mais de um partido A, B ou C. Ela tem que dizer: "Meu partido é o Brasil, não é mais o PT." Nem o PMDB, nem PDT, nem nada disso. E tem que convidar todos os brasileiros a ingressar em um tempo de verdadeira guerra que a gente vai enfrentar. Não é guerra de mortes, é guerra de desemprego, é guerra de empobrecimento, é guerra de retrocessos, porque o Orçamento que veio traz grandes retrocessos e traz traições ao que ela prometeu na campanha. Ela tem que vir dizer isso. E se ela disser isso, eu acho, D. Angélica, que está nos ouvindo, nos assistindo, começa a haver uma luz no fim do túnel. Agora, se ela não fizer isso, nos próximos dias, ou algo desse tipo, diferente do que outros pensam, se ela não fizer isso, o Brasil é tão grande, que haverá luz no fim do túnel; mas aí não vai ser mais com a Presidente Dilma. E isso não é bom para o Brasil, porque ela foi eleita, e com um mandato, segundo a Constituição. Então será uma alternativa que a gente vai ter que construir e que não é boa, não é ideal. A ideal – eu continuo insistindo, teimosamente – seria ela assumir as rédeas do processo, mas com outro jeito. É ela ser a "Itamar dela própria". O Itamar era ali, junto com o Collor. Saiu o Collor, ele ressuscitou como uma entidade diferente. A Dilma, daqui para frente, ou ela é uma entidade diferente do que ela foi até aqui, ou ela vai ter muita dificuldade de conduzir o Brasil pelos próximos muitos meses de seu mandato, levando-nos em busca da luz no fim do túnel, D. Angélica. Eu ainda tenho esperança de que a gente possa construir e caminhar para a luz no fim do túnel sem grandes traumas; mas se demorarmos mais algumas semanas, eu creio que a solução será traumática.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Agradeço ao Senador Cristovam. Primeiro, espero e torço, como disse V. Ex^a, que não haja um desfecho traumático nesta crise. Nós precisamos que seja de uma maneira absolutamente dentro da normalidade democrática.

Segundo, chamaram-me muito a atenção duas propostas que V. Ex^a faz. Uma é a questão da convocação do Conselho da República. É um momento importante, do reconhecimento também de uma situação que pensadores, pessoas que integram esse Colegiado de notáveis, possam oferecer ao País. E também a sugestão dada por V. Ex^a – de sua responsabilidade – de trocar o Ministro Levy pelo ex-Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Eu reconheço que, na área econômica, Senador Cristovam, está havendo uma situação muito complicada de divisão de poder. Quem está mandando na política econômica é o Ministro do Planejamento, na verdade, porque ontem coube a ele, ao Ministro Nelson Barbosa, explicar a nota conferida pela Agência Standard & Poor's, Agência dos Estados Unidos que disse que não somos bons pagadores...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... , e não ao Ministro Joaquim Levy.

Então, essa divisão também contamina o cenário da crise econômica e política em alguma medida. Então, essas indicações que V. Ex^a dá são indicações que V. Ex^a entende como razoáveis.

Eu penso que isso faz parte do nosso, digamos, compromisso, da nossa responsabilidade como políticos representantes dos nossos Estados, e o V. Ex^a do Distrito Federal, em oferecimento de algumas das alternativas que têm. Pode usá-las, mas que pelo menos sejam examinadas.

Agradeço muito. Peço que o aparte do Senador Cristovam seja parte do meu pronunciamento. Só pediria a V. Ex^a pelo menos mais dois minutos para um registro, porque já encerramos essa questão da crise.

Nesta semana, Senador Dário Berger, e lembro bem do aparte que V. Ex^a fez, pelo menos no encaminhamento da votação da PEC 71, uma coisa pacificada dentro do Congresso, sobre a demarcação das terras indígenas em áreas ocupadas por colonos por várias gerações. Chamo de colonos os pequenos agricultores.

Houve um entendimento geral aqui, a Bancada do Mato Grosso do Sul, o Senador Moka, a Simone Tebet e o Senador Delcídio do Amaral, trabalharam intensamente na consertação de uma matéria da PEC 71, aprovada em dois turnos, na mesma noite, nesta terça-feira. Eu quero trazer aqui um dado, como já mencionei naquela noite. Vejam só um fato muito ilustrativo dessa questão! A Justiça Federal anulou a Portaria do Ministério da Justiça que declarou como terra de ocupação tradicional indígena 4.200 hectares da área de Mato Preto, que abrange os Municípios de Getúlio Vargas, Erebango e Erechim.

O Governo Federal e a Fundação Nacional do Índio (Funai) podem recorrer da decisão, que, claro, é de primeira instância. Mas vejam: a sentença que anula a portaria foi proferida pelo Juiz Joel Luis Borsuk, da Primeira Vara Federal de Erechim. O magistrado encontrou falhas nos estudos antropológicos que embasaram a portaria do Ministério da Justiça assinada em setembro de 2012. O caso ganhou repercussão há três anos, em protestos dos agricultores familiares que seriam afetados pela demarcação dessa área. Inclusive, vieram aqui, cercaram o Ministério da Justiça com cruzes, mostrando os riscos de uma violência na região.

À época, o Procurador do Estado Rodinei Candeia fundamentou que a antropóloga Flávia de Mello, que chefiou a equipe responsável pelo laudo, teria incluído informações fraudulentas no documento usado pelo Ministério da Justiça. O procurador sustentou também que a antropóloga auxiliou os indígenas na decisão de ocupar a área de Mato Preto. Teria participado até de um ritual indígena, consumindo aquele chá que é usado na seita do Santo Daime.

Numa entrevista dada ao jornal *Zero Hora*, a antropóloga Flávia de Mello, em 2012, contestou a versão apresentada pelo procurador, reforçando que o processo de reivindicação dos indígenas para a demarcação da área de Mato Preto era legítima.

Na verdade, isso realmente é uma coisa importante a ser avaliada, porque foi criado um grupo técnico, que elaborou um laudo que foi apreciado pelo presidente da Funai. O laudo foi publicado por ele no *Diário Oficial* em 2009. O laudo pretendia desalojar – prestem atenção – mais de 300 famílias da região, com o objetivo de assentar 63 índios guaranis em 4.230 hectares. Quatro por cento dessa área situa-se no Município de Erechim; 9%, no Município de Erebango; e 87% dos quatro mil hectares em Getúlio Vargas, que perderia 18% de sua área territorial.

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Além de um conflito existente na questão entre os colonos e os indígenas, a questão...

Nenhum de nós aqui discute, caro Senador, a questão da demarcação da terra indígena. Ninguém discute. Esse é um direito constitucional. A questão é que o laudo deve ser laudo fundamentado, tecnicamente bem embasado, histórica e antropológicamente muito bem fundamentado, para evitar essa insegurança jurídica e também o atropelo da lei e do direito.

Nenhum de nós aqui discute, caro Senador, a questão da demarcação da terra indígena. Ninguém discute. Esse é um direito constitucional. A questão é que o laudo deve ser laudo fundamentado, tecnicamente bem embasado, histórica e antropológicamente muito bem fundamentado, para evitar essa insegurança jurídica e também o atropelo da lei e do direito.

Quero terminar, lendo aqui o que disse Dr. Rodinei Candeia sobre a sentença da Justiça Federal:

A sentença afirma a competência do Judiciário para apreciar o mérito das demarcações. Ela aplica o marco temporal de 1988, dizendo que não havia ocupação tradicional da área pretendida pela Funai. Também reconhece a fragilidade e as inconsistências do laudo antropológico, bem como as falhas na atuação da antropóloga, conforme foi dito pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Diz a sentença que a União pode resolver a situação dos indígenas de outro modo, comprando ou desapropriando áreas, e não pela demarcação na forma do Decreto 1.775/96.

Também afirma que, apesar de registro da presença de guaranis na região entre 1920 e 1930, não há ocupação tradicional e nem renitente esbulho para reconhecer a terra como indígena. Que qualquer

tentativa de insistir na demarcação e na desocupação criaria verdadeira convulsão social. Em função disso, também fixou antecipação de tutela em sentença, proibindo a Funai de continuar com o processo administrativo de demarcação. Pela singularidade do caso e profundidade com que foi analisada a questão indígena e o caso concreto, a sentença será referência no julgamento sobre demarcações.

(Soa a campainha).

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Poderia se dizer que se espera que isso estabeleça também uma súmula vinculante nos próximos episódios.

Portanto, estava muito bem sintonizado o Senado Federal nessa semana, ao tomar uma decisão sábia, que foi a seguinte: quando há demarcação, vai haver a indenização daquele colono que está por gerações ali, seja em dinheiro, seja em títulos da dívida agrária, assim como ele preferir.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu cumprimento, mais uma vez, a Senadora Ana Amélia por seu pronunciamento. Sua palavra sempre eleva a discussão nesta Casa Legislativa.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, lembrando aos Srs. Senadores que se encontram inscritos que está previsto para encerrarmos nossa sessão de hoje, que é uma sessão deliberativa extraordinária, por volta das 15h30. Por quê? Às 15h30, está prevista uma sessão especial no Senado para comemorar o Dia do Administrador, profissão da qual eu faço parte.

Então, concedo a palavra à nossa Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que tem sido comentado no dia de hoje – aliás, em dias anteriores, mas sobretudo no dia de hoje –, a divulgação do rebaixamento da capacidade de investimento do Brasil, eu quero registrar o fato de que, hoje bem cedo, saímos de Brasília e fomos até Goiânia, capital de Goiás, juntamente com a Senadora Lúcia Vânia. Lá realizamos mais um grande evento como parte da Campanha Nacional Mais Mulheres na Política, que as mulheres brasileiras realizam.

Além da anfitriã e organizadora, a Senadora Lúcia Vânia, junto com todas as outras Parlamentares do Estado de Goiás, estivemos eu, a Senadora Marta Suplicy, a Senadora Sandra Braga e o Senador José Medeiros. Foi um ato, Sr. Presidente, extremamente representativo.

Além da Senadora Lúcia Vânia, a Deputada Federal Flávia Morais foi também uma das organizadoras, ao lado das deputadas estaduais. E aqui quero cumprimentar e mandar a minha saudação às deputadas estaduais de Goiás, através da Deputada Isaura Lemos, e a todas as vereadoras que lá estavam presentes, não só da cidade de Goiânia, mas de muitos Municípios de Goiás.

Tivemos a participação da jornalista Eliane Cantanhêde e uma participação muito importante para todas nós: a do Governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo.

Houve muitos debates, pronunciamentos e apelos de todas as mulheres dos movimentos sociais – e aqui cumprimento todas na pessoa da presidente nacional da UBM (União Brasileira de Mulheres), Lúcia Rincon; estavam várias outras mulheres de várias outras entidades. Diante desses pronunciamentos todos, o Governador Marconi Perillo se comprometeu com as mulheres a colaborar no debate da PEC 98, que já foi aprovada aqui no Senado Federal e, brevemente, deverá estar sendo votada na Câmara dos Deputados. Isso porque, em torno da metade da Bancada do Estado de Goiás, na primeira votação na Câmara dos Deputados, através de uma outra proposta que também estabelecia cota, faltaram 15 votos somente para aprovar o projeto de emenda à Constituição. E a metade da Bancada de Goiás deixou de votar.

Então, hoje nós temos a convicção de que boa parte da Bancada de Goiás deverá votar, e votar a favor, assim como Parlamentares do meu Estado, por exemplo, Senador Dário Berger, já têm dito que votarão a favor da PEC da cota das mulheres.

E vejam V. Ex^{as}: é uma proposta de emenda à Constituição que institui um artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e prevê uma cota mínima de mulheres no Parlamento de 10%, 12% e 16%, respectivamente.

É algo ainda muito acanhado diante da realidade do nosso País, diante do protagonismo que a mulher exerce no nosso País. A mulher produz mais de 40% da riqueza nacional. A mulher dirige a sua casa, mas também mantém a sua casa, é provedora das suas famílias. Mais de 38% das famílias brasileiras são providas por mulheres exclusivamente.

Então, o fato de ocuparmos tão poucas cadeiras no Parlamento nos remete a essa análise da necessidade de, através de políticas afirmativas, garantir um maior espaço às mulheres no Parlamento e acelerar esse posi-

cionamento das mulheres no Parlamento brasileiro, porque assim tem acontecido em todos os países. Tanto que os países evoluíram muito mais do que o Brasil.

No ranking de 188 nações, nós somos o nº 158. Nas Américas, perdemos para quase todos os países. Só ganhamos do Haiti, Belize e São Cristóvão. Ou seja, é uma situação extremamente delicada.

Enfim, quero aqui cumprimentar a Senadora Lúcia Vânia e a Deputada Federal Flávia Morais pelo belo evento que organizaram na manhã de hoje, levando, repito, agentes políticos muito importantes para o encaixamento de um bom resultado na votação dessa emenda à Constituição.

E digo isso com muita alegria, porque o Senado fez a sua parte. Nós obtivemos o apoio da grande maioria dos Senadores para que essa PEC fosse aprovada aqui. Na primeira votação, Senador Dário, foram sete votos contrários somente. Na segunda votação, foram somente cinco votos contrários. Isso é bom. Isso é muito importante, e tenho certeza, tenho convicção absoluta de que nos ajudará muito na Câmara dos Deputados.

E quero aqui registrar, mais uma vez, a presença do Senador José Medeiros. O Senador José Medeiros organizou um evento semelhante no Estado do Mato Grosso, e eu faço questão de citar muito o Senador Medeiros como exemplo – e aqui nós temos meninos e meninas estudantes, visitando o Senado Federal. Eu quero dizer que a luta da mulher contra a discriminação, contra a opressão, pela igualdade, não é uma luta só da mulher. É uma luta da mulher e dos homens também, porque nem a mulher é só um ser sensível, nem o homem é só um ser forte. Homens são sensíveis e fortes; mulheres também são sensíveis e fortes. Temos as nossas diferenças biológicas, fisiológicas, mas temos uma capacidade intelectual que tem de ser utilizada para que possamos seguir avançando.

Então, fica aqui o registro. Eu me sinto muito feliz, como Procuradora da Mulher, ao ver a forma unitária de ação das Senadoras da República – e somos todas de partidos diferentes –, das Deputadas Federais. Somos todas de partidos diferentes, temos opiniões diferentes do ponto de vista da política, da ideologia, mas todas nos unimos – não é, Senadora Ana Amélia? – nesta que é uma bandeira da igualdade, uma bandeira da justiça social.

E a nossa alegria é ver que cada vez mais homens ficam ao nosso lado, porque compreendem que a nossa luta não é contra os homens: a nossa luta é ao lado dos homens, por uma sociedade mais igual e por uma sociedade mais justa.

Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Senadora Vanessa, quero cumprimentá-la porque, como Procuradora da Mulher no Senado Federal, V. Exª tem cuidado dessa pauta, junto com várias Senadoras, especialmente Marta Suplicy, Simone Tebet, que fazem parte do grupo de Senadoras, Ângela Portela, Regina Sousa, Lídice da Mata...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Maria do Carmo.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – ... Senadora Maria do Carmo, Senadora Lúcia Vânia – que hoje me convidou para estar em Goiânia, capital de Goiás, para o evento a que V. Exª acaba de se referir sobre o prestigiamento das mulheres.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Senadora Fátima Bezerra.

A Srª Ana Amélia (Bloco Apoio Governo/PP - RS) – Fátima Bezerra, uma líder do Rio Grande do Norte. Trazer esse tema ao debate para o empoderamento das mulheres na política é uma iniciativa importante, Senadora. Hoje mesmo, o meu Partido, o Partido Progressista, através da iniciativa do presidente, trouxe todas as presidentes da mulher progressista de todos os Estados brasileiros para mostrar o que o Partido vai fazer para ajudá-las no empoderamento, já com vistas às eleições do ano que vem – eleições municipais, eleições de vereadoras, prefeitas, vice-prefeitas. É muito bom esse contágio, porque V. Exª tem atuado muito nessa defesa. Então, tenho certeza de que o PDT do Senador Telmário e do Senador Acir, que é o líder do Partido aqui, também tem essa preocupação de empoderar as mulheres e dar mais espaço para elas no campo político. Meus parabéns a V. Exª e à nossa querida Lúcia Vânia. Eu gostaria de ter estado lá, mas presido a Comissão de Agricultura e tínhamos reunião deliberativa hoje. Então, muito sucesso a todo esse esforço e a esse trabalho.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Obrigada, Senadora. Eu incorporo, se V. Exª me permite, seu aparte ao meu pronunciamento, também registrando que o Estado do Rio Grande do Sul, através de sua iniciativa, também já fez um belo ato na Assembleia Legislativa, um ato grandioso, um ato muito participativo. E o Rio Grande do Sul terá na Assembleia uma mulher como a próxima Presidente, pela primeira vez.

Aliás, eu fiquei sabendo hoje que a Senadora Lúcia Vânia foi a primeira Deputada Federal do Estado de Goiás e a primeira Senadora de Goiás. Em Pernambuco, na semana passada, ao lado do Governador, eu também descobri que aquele Estado, com tanta tradição democrática de lutas populares, teve até hoje, em toda a sua história, somente três mulheres Deputadas Federais: Cristina Tavares, uma grande Deputada Federal, Ana

Arraes, que hoje é Ministra do TCU, e Luciana Santos, que é a Presidente Nacional do meu Partido – no Estado de Pernambuco, um Estado daquela dimensão e com aquele papel democrático de vanguarda que sempre cumpriu na história do nosso País.

É assim que é escrita a participação das mulheres na política. É exatamente por isso que nós nos unimos para mudar essa escrita, para fazer com que estejamos presentes em todos os aspectos.

Senador Acir, nós somos extremamente agradecidas ao PDT, que não nos faltou em nenhum momento aqui. Falo no senhor – e eu poderia falar no Telmário –, porque o senhor lidera o Partido aqui, Senador Acir. O PDT tem sido um grande aliado, como o PP, da Senadora Ana Amélia. Enfim, há partidos importantes... E eu tenho certeza de que aqueles que ainda não estão engajados na luta se engajarão – eu não tenho dúvida nenhuma disso –, porque assim a sociedade tem de se conduzir.

E mais: à mulher não pode mais ser imposto esse sofrimento do cotidiano, porque houve um passado em que à mulher só cabia o papel de mãe, de dona de casa. Ela era a cuidadora da família. Hoje, a mulher continua sendo isso, mas trabalha fora e ajuda a produzir a riqueza nacional, Senador Berger. Ela ajuda a produzir a riqueza nacional, mas ainda é tratada como se estivéssemos no século passado. É por isso que, nos países mais desenvolvidos, onde as mulheres estão mais inseridas, a população está envelhecendo, porque também, nesse mundo capitalista, nós somos penalizadas duplamente. Somos penalizadas, porque somos trabalhadoras exploradas, e somos penalizadas, porque somos mulheres e temos a principal, a mais digna e a mais nobre função que é a da procriação, a de manter a nossa espécie. A mulher que trabalha sabe o quanto sofre por isso, o quanto vive este dilema: "Ou engravidou e tenho um filho ou vou seguir a minha carreira". Na hora de dar a promoção funcional, o patrão pode até ver na Maria a funcionária mais eficiente, mais capaz, mas aí percebe que a Maria é jovem e terá filhos, e o José, não. Então, quem recebe a promoção é o José, o João, e não a Maria, Senador Medeiros. É assim que a mulher vive hoje, sofrendo duplamente.

É contra isso que lutamos. Com o empoderamento, com a presença da mulher no Parlamento, com uma presença maior das mulheres aqui, nós seremos capazes de escrever leis mais equilibradas, leis que se preocupem com tudo, mas que também se preocupem com algumas das coisas que a maioria dos homens não observa. A sociedade é bela por isto: homens e mulheres se complementam. E, nas leis, no Parlamento, onde as decisões são tomadas, assim tem que ser também.

Concedo aparte a V. Ex^a, Senador Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Senadora Vanessa, eu agradeço pelo aparte. É simplesmente para parabenizar V. Ex^a, porque a sua atuação tem tornado essa luta muito maior, tem dado visibilidade e respeito ao tema. O preconceito é tão arraigado que passa despercebido. Às vezes, as pessoas até pensam que não têm, mas ele está lá. Ele está nas coisas pequenas, quando acha que lavar os pratos depois do jantar é tarefa da mulher; quando as tarefas de casa ficam só relegadas à mulher ou mesmo quando se acha que certas coisas, como, por exemplo, militar na política, não são coisas de mulher. Vejo, até mesmo no Parlamento, em determinados momentos, que alguns colegas fazem brincadeiras, que vejo não serem por maldade, mas que mostram que isso está arraigado no subconsciente: "A luta da Vanessa para eleger mulheres bônicas". Eu tenho ouvido isso aqui e não é uma verdade. Hoje, no evento em Goiânia, quando a Senadora Lúcia Vânia era entrevistada, o repórter perguntou: "E por que a senhora acha que as mulheres não participam?" Ela respondeu bem: "São tantos os motivos, desde a questão cultural, desde o fato de elas serem extremamente ocupadas com as tarefas do lar". Só quem nunca fez ou quem não observa não sabe o tamanho das tarefas de uma mulher no lar. Às vezes, os homens não percebem as coisas do dia a dia num lar, porque, quando eles chegam está tudo pronto, a cama está arrumada, a roupa está lavada, a comida está feita. Só que não se percebe que ela faz isso todo dia, é como se enxugasse gelo. Então, além de tudo isso e de cuidar dos filhos, ela ainda tem a tarefa, às vezes, de ir lutar dentro das hostes partidárias. Então, isso desestimula, por vezes, a mulher. E é importante essa luta, porque V. Ex^a incentiva e estimula que os homens possam abrir os olhos e facilitar a vida das mulheres nas hostes partidárias para que possam contribuir com seu talento para a atividade política. Muito obrigado.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Eu que agradeço não só o aparte de V. Ex^a, mas toda a sua participação, o seu estímulo e essa sua compreensão em relação a essa luta que consideramos tão importante.

Sr. Presidente, eu já quero me encaminhar para o encerramento e falar do que deveria ser a razão principal do meu pronunciamento, porque, desde ontem à tarde, quando estávamos no plenário, tomamos conhecimento da notícia de que o Brasil baixou de categoria, de acordo com a avaliação da Standard & Poor's, que é uma das três maiores empresas de avaliação mundial.

É bom que se diga que o Brasil, Sr. Presidente, pela Standard & Poor's, passou do grau de investimento de qualidade média, BBB-, para a categoria de especulação, baixa classificação, BB+. Obviamente, a população não entende o que significa isso que estamos falando aqui. Como BB+ pode ser menos do que BBB-? Enfim,

essa categoria do grau de investimento é avaliada por agências de risco – e agências do sistema capitalista, é bom que se diga. E é bom que se diga também que é exatamente essa agência Standard & Poor's que, lá, nos idos de 2007 e 2008, continuava avaliando a situação dos Estados Unidos como uma situação muito boa, Sr. Presidente. Todas elas – a Standard & Poor's e a outras agências de risco que analisam risco de países – estavam aconselhando todos os seus clientes a continuarem investindo nas *securities* ligadas ao mercado imobiliário dos Estados Unidos. Logo na sequência, a crise, que veio e que a Standard & Poor's não viu, provocou perdas imediatas no valor de mais US\$0,5 trilhão, forçando, assim, o governo americano a comprar em torno de US\$700 bilhões das dívidas de instituições financeiras inadimplentes. Então, essa é a agência Standard & Poor's, aquela que disse, lá em 2007 e 2008, que não havia problema algum com o mercado imobiliário americano, sendo que, logo na sequência, houve toda aquela bolha especulativa revelada. Dali começou a crise econômica que se vai até agora.

Enfim, eu quero aqui analisar sob a ótica do sistema capitalista, porque é nele que nós estamos vivendo e quem manda nele é o grande capital, sobretudo o capital mais poderoso, que é o capital especulativo, aquele que vem lá do império norte-americano.

O Brasil, Sr. Presidente, conquistou a categoria de bom investidor no ano de 2008. Foi em 2008 que nós conquistamos essa condição de grau de investimento pela Standard & Poor's e também pela agência Moody's.

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – No ano de 2009, foi a vez de a Fitch considerar o Brasil como grau de investimento. Agora, por conta de uma série de fatores, como a crise econômica e as dificuldades fiscais por que passa o País, o Poder Público principalmente, em todos os níveis, nós temos a nossa nota rebaixada.

Isso, Sr. Presidente, faz com que se pense e se trabalhe numa saída imediata, porque o que se precisa, imediatamente, é de dinheiro – estou concluindo, Senador –, e vamos trabalhando a saída de médio e longo prazo. Está aqui a Agenda Brasil, que é exatamente isso. Inclusive, o Ministro Levy deixou muito claro, ontem, como melhorar o ambiente de investimentos para o Brasil, como melhorar o ambiente para a inovação, para que a inovação se dê no nosso País, mas, imediatamente, precisamos resolver o problema...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Concluo neste minuto.

Eu gostaria de dizer que me pergunto com aqueles que pensam que, de tudo o que devemos fazer – e acho também que o remédio não será doce, mas bastante amargo –, nada mais atinja aquele que menos tem, mesmo quando se fala em tributos. Às vezes, é necessário um tributo, mas um tributo que tribute lá em cima e não tribute o trabalhador, o assalariado que vive com um, dois, três, quatro salários mínimos. Acho que é esta a responsabilidade que temos com o nosso País: fazer com que as contas públicas se equilibrem, sem que esse sofrimento seja voltado para as costas dos trabalhadores

Eu tenho certeza de que nós conseguiremos. Passamos por crises piores e, certamente, passaremos por essa também.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Agradeço a Senadora Vanessa Grazziotin, Embaixadora da Mulher aqui, no Senado. Eu quero me associar a V. Ex^a, porque eu também faço parte desse projeto de valorização...

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Socialismo e Democracia/PCdoB - AM) – Vamos organizar um ato em Santa Catarina, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Exato! Vamos fazer! (Risos.)

Vou me associar ao Senador José Medeiros, que tem sido também um Embaixador da Mulher aqui, no Senado Federal.

Como esta Casa é a Casa do entendimento, eu quero cumprimentar o Senador Donizete Nogueira, porque acabamos de fazer o entendimento de que os próximos oradores que ainda se encontram inscritos vão usar a palavra por, no máximo, dez minutos.

Assim, com a palavra, o Senador Acir Gurgacz. Em seguida, o Senador José Medeiros e, para concluir os nossos trabalhos, o Senador Telmário Mota.

V. Ex^a está com a palavra, Senador Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Sras e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV e Rádio Senado, em meio a tantas notícias ruins, nós temos também que colocar e pontuar algumas coisas boas que acontecem no nosso País, pois nem tudo são coisas ruins ou são notícias ruins.

Nem vamos fazer uma análise do passado para hoje, mas quero colocar que estive ontem à tarde com o Presidente do FNDE, Prof. Idilvan Alencar, que confirmou a liberação da construção de 17 creches para o Estado de Rondônia, especificamente, na nossa capital, em Porto Velho. Esse é um pleito que fizemos já há mais de três anos junto ao Governo Federal com a Prefeitura Municipal de Porto Velho, e, finalmente, conseguimos destravar esse processo de liberação do recurso. Já está autorizada a Prefeitura Municipal de Porto Velho a fazer a licitação, para que possamos atender a essas nossas crianças.

A construção de cada creche custará R\$2,2 milhões, e cada uma terá capacidade de atender a 188 crianças, o que significa mais de 3 mil menores que terão atendimento em tempo integral nessas creches, ou seja, são mais de 3 mil famílias, praticamente, que poderão deixar o seu filho na creche para que os pais possam trabalhar, assim, aumentando a renda de sua família, e trabalhar com segurança, com a certeza de que os seus filhos estão numa creche muito bem assistida pela equipe da prefeitura municipal.

Os recursos para construção das creches já foram liberados pela Prefeitura de Porto Velho, e o processo de licitação já está autorizado. Conversei ontem com o Prefeito Mauro Nazif, que se comprometeu em acelerar as adequações burocráticas diretamente no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação, para que a licitação ocorra o mais rápido possível. A nossa expectativa é a de que as obras de algumas unidades iniciem em, no mínimo, 60 dias. Vamos trabalhar para que a Prefeitura tenha condições de manter essas creches e para que algumas ou todas – eu acredito que sim – já possam estar funcionando ou todas no próximo ano.

É uma ação muito forte e importante do Governo Federal, lincado com a prefeitura municipal, com o nosso trabalho aqui de tentativa de aproximar o Governo Federal das prefeituras, para que possamos ver essas obras tão importantes acontecerem.

Portanto, vamos acompanhar o trabalho da Prefeitura Municipal de Porto Velho, para que as adequações sejam feitas rapidamente.

Nossa capital está se transformando em importante polo logístico da Região Norte, muitas indústrias estão se instalando na capital, e a demanda por creches é muito grande. Para se ter uma ideia, dos cerca de 30 atendimentos que o Conselho Tutelar de Porto Velho faz por dia, dez são de mães à procura de creches, da quais, no máximo, duas conseguem a sua vaga. A demanda por creche em Porto Velho, que já era alta, aumentou 48% entre 2011 e 2014, em razão das obras das hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, que fizeram crescer a população da nossa cidade.

A maioria das mães que precisam do espaço para deixar os filhos ganha de um a dois salários mínimos. Segundo a Secretaria de Educação de Porto Velho, a maior procura é por vagas para crianças de idade entre zero e três anos em tempo integral. Para atender a toda essa demanda pelo sistema público de educação, Porto Velho teria de ter 44 novas creches. Portanto, somando essas 17 unidades com as oito creches que já estão sendo construídas no Município, em breve, teremos 25 novas creches em Porto Velho, e mais da metade da meta será atingida.

Possivelmente, ainda não teremos creches públicas para todas as crianças, mas a maior parte será atendida, principalmente as crianças das famílias de baixa renda, que, realmente, não têm como pagar uma creche particular para deixar seus filhos.

As creches vão oferecer atendimento em tempo integral, o que é um compromisso que assumimos com a população de Porto Velho e de todo o Estado de Rondônia. Elas vão beneficiar famílias inteiras de trabalhadores e mães que ajudam nossa economia a prosperar. Isso, certamente, vai contribuir para o desenvolvimento da nossa capital, do nosso Estado e, com certeza, do nosso País.

A construção dessas creches está prevista no Plano Nacional de Educação. Os recursos são oriundos do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). As unidades construídas são dotadas de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, como salas de aula, salas multiuso, sanitários, fraldários, recreio coberto, parque, refeitório, entre outros ambientes, que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação, além das atividades administrativas e de serviço.

Uma preocupação da Prefeitura de Porto Velho é com o custo de manutenção dessas novas creches, que será elevado. Por isso, estamos conversando com o prefeito para que faça esse planejamento e atualize o cadastro das crianças que possam se matricular nessas creches, para que, no momento em que elas entrarem em

operação, a Prefeitura tenha o custo real de cada aluno matriculado e de todo o sistema. Só assim, o Governo Federal poderá entrar com a contrapartida correspondente.

O recurso destinado pelo Governo Federal para as prefeituras manterem as creches é calculado com base nas informações fornecidas pelo Censo Escolar do ano anterior. Para receber os recursos em 2016, o Município deve preencher corretamente o Censo Escolar 2015, incluindo, quando cabível, o número de novas crianças a serem matriculadas.

Portanto, é necessário que as Secretarias de Educação e de Finanças de Porto Velho façam a revisão dos custos, já com a previsão dessas novas creches, dessas mais de três mil crianças, para que recebam integralmente a contrapartida do Governo Federal já no próximo ano de 2016.

De todo modo, o Governo Municipal tem de arcar com o custo de R\$202,00 mensais por aluno matriculado em creche integral. Ao longo do ano, o custo por aluno é de R\$2.427,00. O Governo Federal complementa o valor nos Municípios que não conseguem atingir essa meta.

De todo modo, entendo que este é o melhor investimento no futuro das crianças e no futuro do nosso País, porque o período de 0 a 6 anos de idade é, comprovadamente, o de maior otimização e resultado no aprendizado, pois 85% do desenvolvimento da capacidade intelectual se dão exatamente até os seis anos de idade. O mesmo ocorre no desenvolvimento do caráter, dos hábitos bons, da higiene, da alimentação, da sinceridade, da obediência e da sociabilidade. Nessa fase, pode ser promovida nas crianças a aquisição de hábitos bons antes que se arraiguem os vícios. Uma eficaz prevenção contra as drogas, por exemplo, começa exatamente nessa fase, em que são criadas as bases para o desenvolvimento da autoestima, da disciplina e da força de vontade.

Por isso, digo da importância de termos à disposição das nossas crianças as nossas creches e da nossa preocupação com a construção dessas creches não só em Porto Velho, mas em todos os Municípios do Estado de Rondônia. Neste momento, comemoramos a construção dessas 17 creches na nossa capital do Estado de Rondônia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado, Senador Acir. Realmente, V. Ex^a cumpriu mais do que rigorosamente o acordo que fizemos para usar a palavra.

Eu só quero contribuir, antes de dar a palavra pela ordem ao Senador Cássio Cunha Lima, dizendo que tive o privilégio de ser prefeito de duas cidades. Em Florianópolis, este assunto mereceu de minha parte especial atenção, não só o ensino infantil, mas a educação como um todo.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Tive a oportunidade de mais do que dobrar a oferta de vagas nas creches no ensino infantil, o que significa dizer que, em oito anos de administração, fizemos mais do que todas as administrações anteriores juntas fizeram. Mesmo assim, ainda deixamos um déficit de aproximadamente 1,5 mil vagas no ensino fundamental.

Mas quero louvar a atitude de V. Ex^a. Posso perceber a alegria e o brilho que isso traz aos seus olhos, porque, de fato, essa é uma das bandeiras fundamentais para o futuro do nosso País.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Sem dúvida!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – É preciso investir em nossas crianças, em nossa juventude e em nossos professores para garantir o futuro do Brasil.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Apoio Governo/PDT - RO) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Obrigado.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cássio Cunha Lima.

Convido o Senador José Medeiros para fazer uso da palavra, já pedindo a máxima compreensão, em função de que nossos administradores já estão a postos. Já quero desejar as boas-vindas a todos, pedindo desculpas pelo atraso. Infelizmente, os Senadores já estavam inscritos.

Antes de passar a palavra para V. Ex^a, concedo a palavra ao Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB no Senado Federal.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Oposição/PSDB - PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradecendo a concessão da palavra, enquanto o Senador José Medeiros se posiciona na tribuna, de forma muito rápida e objetiva, requeiro a inscrição nos *Anais* do Senado do artigo publicado hoje no blogue de Josias de Souza, conceituado e respeitado jornalista de nosso País, intitulado “S&P tirou de Dilma o papel de culpar os outros”. Nesse artigo, o jornalista Josias de Souza faz uma análise perfeita da situação econômica do nosso País e também do quadro político. De forma muito transparente, de maneira lúcida, analisa tudo o que vem acontecendo em nosso País e o que levou a esse grau de rebaixamento da nossa economia. Então, requeiro a inscrição nos *Anais* desta Casa do artigo do jornalista Josias de Souza.

Aproveito, é claro, para, em breves palavras e em nome da Liderança do PSDB, saudar todos os administradores. Dentro de poucos instantes, haverá a sessão especial em homenagem aos administradores do Brasil, profissão essencial em todas as atividades da nossa economia, sejam elas públicas ou privadas. Principalmente agora, diante das dificuldades da nossa realidade econômica e social, os administradores cumprem um papel fundamental, para que possamos retomar o trilho do desenvolvimento, que é o que mais queremos.

Agradeço a V. Ex^a e também ao Senador José Medeiros pela tolerância do tempo.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR CÁSSIO CUNHA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

Matéria referida:

– “S&P tirou de Dilma o papel de culpar os outros”, artigo publicado no blogue do jornalista Josias de Souza.

S&P tirou de Dilma o papel de culpar os outros

Josias de Souza 10/09/2015 04:48



<http://imguol.com/blogs/58/files/2015/09/DilmaCaravaggioMedusaMurtolaSLima.jpg>

Dilma Rousseff já tinha perdido quase tudo. Sem investidores, o Brasil grande do pré-sal transformara-se num ponto perdido no futuro longínquo. Sem crescimento, o país do pleno emprego tornara-se um traço marcante do passado recente. Com Lava Jato, o discurso do 'eu não sabia' convertera-se num mico do presente. Quando parecia não haver mais nada a perder, a Standard & Poor's eliminou o papel que a presidente exercia com mais brilhantismo. Ela não pode mais culpar os outros — nada de FHC, de crise internacional ou de estiagem prolongada. Ao retirar <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1679688-agencia-de-risco-sp-corta-nota-do-brasil-para-grau-especulativo.shtml> do Brasil o selo de bom pagador, a principal agência de classificação de risco sinalizou que a crise brasileira se chama Dilma.

“Nós temos agora menos convicção na política fiscal do gabinete da Presidência”, anotou a S&P em seu relatório. Atribuiu-se a desconfiança às sucessivas revisões das metas de superávit fiscal. A de 2015 caiu de 1,13% para 0,15% do PIB. E o superávit de 2016, fixado inicialmente em 0,7%, virou um déficit de 0,3% do PIB no orçamento enviado por Dilma ao Congresso com um burado oficial de R\$ 30,5 bilhões. “Esta mudança reflete um desacordo com a composição e magnitude das medidas necessárias para reequilibrar as contas públicas”, anotou a agência.

O déficit de prestígio do ministro Joaquim Levy junto ao Planalto também não escapou à percepção da S&P. “Enquanto o Ministério da Fazenda está trabalhando em várias medidas para recuperar a meta de superávit inicial de 0,7% do PIB, elas terão de ser negociadas de forma fragmentada com o Congresso.”

10/09/2015

S&P tirou de Dilma o papel de culpar os outros - Política - Política

A agência reparou também que Dilma desgoverna a economia potencializando as divergências entre Levy e os ministros Nelson Barbosa (Planejamento) e Aloizio Mercadante (Casa Civil). "A série de eventos que leva à proposta de Orçamento [deficitário] nos sugere coesão diminuída dentro do gabinete da presidente Dilma Rousseff", escreveu a S&P. Isso "contribui para a nossa avaliação de um perfil de crédito mais fraco, dada a magnitude dos desafios nas frentes políticas, econômicas e fiscais do Brasil, que precisavam de um apoio firme, a fim de maximizar poder de negociação do Executivo com o Congresso."

Quem quiser pode desqualificar a S&P, como fez o líder de Dilma na Câmara, José Guimaraes (PT-SP), há seis semanas, quando a agência informou que o Brasil entrara em viés de baixa. "Essas agências não têm nada que se meterem no Brasil, deviam estar preocupadas com a vida delas, não com o Brasil", ralhara Guimaraes. "Essa crise, em certa medida é forjada. [...] Essas análises não deveriam nem ser levadas em conta, isso não tem a menor importância."

O diabo é que as críticas à agência foram, por assim dizer, previamente desautorizadas por Lula em abril de 2008, quando a mesma S&P concedeu o grau de investimento ao Brasil. Ainda na pele de presidente, Lula celebrou a novidade à sua maneira, discursando num evento em Teresina (PI).

Dono de um talento iniquitável para simplificar as coisas, Lula valeu-se de uma analogia com dois trabalhadores. Um é bem-posto na vida, paga em dia o aluguel e vive em função da família. "Esse é o investment grade [grau de investimento]", ensinou Lula. O outro trabalhador torra todo o salário na mesa de jogo e no balcão do boteco. "Era assim que o Brasil era", lecionou Lula. "O Brasil estava quebrado, não tinha credibilidade." Quer dizer: tomado pelas palavras de 2008, o criador acredita que o rebaixamento da S&P fez do Brasil da criatura um país bêbado e desacreditado.

Durante todo o seu primeiro mandato, Dilma exagerou nos gastos públicos, deu isenções e subsídios a granel e negligenciou o controle da inflação. Como se fosse pouco, aniquilou a confiança nos dados oficiais com manobras contábeis. Recuou as finanças públicas para algum ponto da década de 90. Reelegida, madame recrutou Joaquim Levy no Bradesco. Parecia decidida a retirar a economia brasileira da mesa de jogo e do balcão do boteco. Era lorota.

A idéia de que a presidente ainda reúne condições políticas para debelar a crise econômica exige uma pré-condição: o discurso oficial não pode agredir a realidade nem desmerecer a inteligência da plateia. Quando um governo fala em aumentar impostos antes de tirar sangue da máquina pública transforma remédio em veneno.

Supondo-se que consiga superar a maldição do vice Michel Temer —"ninguem vai resistir três anos e meio com esse índice baixo" de popularidade—, Dilma terá pela frente um mandato duro de roer. Sempre que cair na tentação de encontrar um demônio para transferir a custódia de suas culpas, basta que a presidente dê uma olhada no espelho.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu é que lhe agradeço.

Solicito à Assessoria do Senado Federal que providencie a solicitação do eminente Senador Cássio Cunha Lima, Líder do PSDB nesta Casa Legislativa.

Com a palavra, o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todos que nos acompanham pela TV Senado, todos os Senadores aqui presentes, todos os administradores que estão nesta Casa – sejam bem-vindos! – e todos que nos acompanham pelas redes sociais, amanhã, dia 11, o Código de Defesa do Consumidor fará 25 anos, duas décadas e meia. São duas décadas de lutas, de desafios, de avanços.

A defesa do consumidor, em que pese ser nova no Brasil, regulamentada como marco regulatório, tem, como eu disse, 25 anos, mas a inquietação pela má prestação de serviços inquieta a humanidade não é de hoje. O Código de Hamurabi, em um de seus artigos, já dizia o seguinte: se um pedreiro construir uma casa e se ela cair em cima da família, esse pedreiro será morto. Era bem mais rígido que o nosso Código. Aquele Código dizia que, se um pedreiro construísse um muro e se esse muro caísse, ele teria de fazer outro para quem o contratou às suas expensas. Para você ver, isso estava escrito no Código de Hamurabi, escrito 200 e tantos anos antes de Cristo.

No Brasil, nesses 25 anos, temos muito que comemorar e também devemos, neste momento, louvar a abnegação de muitos gestores municipais que deram vida a esse Código de Defesa do Consumidor, a essa legislação protetiva do brasileiro.

Aproveito para homenagear o Presidente do Procon da minha cidade de Rondonópolis, em Mato Grosso, José Ferreira Lemos Neto, o histórico Juca Lemos. Apesar de eu ser de um partido de oposição, ele foi histórico no PT. Hoje, ele está no PPS. Foi Vereador em nossa cidade e tem um trabalho magnífico ali.

Aproveito aqui para homenagear Drª Ana Inês, que criou um marco na história do Procon.

O Juquinha, como é conhecido, tem tido uma luta constante no sentido de proteger o direito dos consumidores. A luta é diária. É como se tivesse de enxugar gelo.

Todos que estão aqui e todos que nos ouvem e nos assistem sabem muito bem que, no Brasil, os fornecedores de serviços ainda não criaram aquela cultura, não fizeram evoluir da retórica para a prática aquela história de que o cliente sempre tem razão. É muito bonita a frase, isso é muito louvável, mas a grande verdade é que, desde as operadoras de telefonia e as prestadoras e empresas de tevê, de canal pago... Aqui, cito a dona SKY. Tentem encerrar um serviço da SKY, para vocês verem o quanto isso é difícil! Então, essa é uma luta que os PROCONs têm enfrentado.

Os planos de saúde, o que dizer deles?

Há cerca de oito anos, morria um dos mais célebres membros desta Casa, que se chamava Jonas Pinheiro, Senador Dário Berger. O Senador tinha contratado um seguro. Isso já faz uma década, e, até hoje, a viúva não conseguiu ter acesso a isso.

No meio das filigranas, dos rodapés, o consumidor é ludibriado. E aí são lutas de décadas para se conseguir o benefício. Essa tem sido a luta dos PROCONs nas cidades para fazer valer o direito do consumidor. Por vezes, os PROCONs e os próprios Juizados Especiais são abarrotados com coisas simples. É preciso o quê? Informação, transparência! Se as empresas se preocupassem em dar maior transparência, em informar...

Ontem, alguém falou aqui, na tribuna – se não me engano, foi o Senador Paulo Paim –, acerca da rotulagem. É uma coisa tão simples, mas que, às vezes, causa prejuízo ao consumidor. Às vezes, alguém não pode consumir glúten, por exemplo, e, no produto, não está escrito isso no rótulo. Estou citando isso só como exemplo.

Mas esta Casa, Senador Dário Berger, na semana passada, aprovou, na Comissão de Constituição e Justiça, a modernização do Código do Consumidor.

Existe, inclusive, polêmica sobre o assunto. Alguns juristas entendem que o Código está bom assim e que não precisa ser modernizado.

Mas essa modernização foi amplamente debatida, vai vir para plenário, vai haver mais debates, e isso é importante. A sociedade vai evoluindo, e os problemas vão surgindo também.

Temos agora o advento do comércio eletrônico, que é uma coisa nova. Com isso, vão surgindo demandas que vão consequentemente esbarrar nas portas dos Procons. E a Casa, justamente preocupada com isso, tem procurado dar instrumentos para que os Procons possam ser cada vez mais efetivos, mais eficazes.

Essa modernização do código está pronta para ser votada, talvez esteja dependendo do Senador Renan para ser votada até na próxima semana. O assunto já está maduro e vai vir para o plenário. Inclusive estamos abertos para receber sugestões dos Procons de todo o Brasil, para que possa sair daqui a melhor legislação possível, a melhor modernização possível, a fim de que os Procons possam prestar um bom serviço.

A grande dificuldade que temos, Sr. Presidente, no Brasil, é na parte da fiscalização. E aqui, sem confete algum, nessa parte, os Procons do Brasil estão de parabéns. Quiçá as agências reguladoras, os outros órgãos fiscalizadores possam acompanhar esse mesmo ritmo.

Hoje temos grandes problemas, problemas inclusive que foram diagnosticados agora nessa crise, e uma das medidas veio a plenário, quando foi mandado o ajuste fiscal, a respeito do seguro-defeso. Uma boa medida, implementada para ajudar aqueles pescadores a receber, no período da piracema, período em que fica proibida a pesca. Porém, por falta de fiscalização, há cidades que ficam a mais de 100Km do rio mais próximo, que não têm um rio passando ali por perto, e a cidade quase toda é de pescadores.

Falta o quê? Falta fiscalização. Só estou dando esse exemplo e fazendo essa analogia com os Procons para mostrar o quanto que a fiscalização é importante para a vida em sociedade, pois sempre vai haver um mais esperto, querendo se dar bem em cima do outro.

Podemos não dar muita importância ao tema, mas, quer ver você começar a pensar no Procon? Quando você chega de uma viagem, por exemplo, e vai procurar sua mala. Cadê sua mala? Você está vindo dos Estados Unidos para cá, você chegou ao Brasil, e sua mala foi para a Itália; ou você está vindo do Nordeste para Brasília, quando chega aqui, sua mala foi para o Rio Grande do Sul. Aí você vê o quanto é importante, porque, de repente, você se vê perdido. Quando a empresa ainda dá todo o atendimento, vá lá, mas, por vezes, você tem que recorrer a quem? Ao Procon, o que antigamente não tínhamos.

Então, esta simples homenagem é justamente para lembrar esses profissionais que nem fazem parte, vamos dizer assim, do topo da cadeia alimentar das administrações municipais. Geralmente é assim: "põe fulano aí." E, por incrível que pareça, todos têm se saído bem.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Socialismo e Democracia/PPS - MT) – Do Oiapoque ao Chuí, se houver uma pesquisa para saber se o cidadão confia no Procon, não tenho dúvida de que, com certeza, o Procon vai estar entre os órgãos de maior confiabilidade.

Agradeço, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Eu também agradeço ao Senador José Medeiros, que cumpriu rigorosamente seu tempo.

Aproveito, Senador José Medeiros, para cumprimentar todos os administradores do Brasil, entre os quais eu me incluo, na pessoa do Sebastião Nunes, representante de Santa Catarina, que aqui se faz presente e que vai fazer parte da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/PMDB - SC) – Cumprindo o acordo com os Srs. Parlamentares, Senadoras e Senadores, agradeço a compreensão e declaro encerrada a presente sessão deliberativa extraordinária, que se iniciou às 11h30 da manhã. Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 4 minutos.)

Ata da 156ª Sessão, Especial, em 10 de setembro de 2015

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência do Sr. Donizeti Nogueira.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 7 minutos encerra-se às 17 horas e 49 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Srs. Senadores, Sras Senadoras, colegas administradores, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o Dia do Administrador, nos termos do **Requerimento nº 739, de 2015**, do Senador Donizeti Nogueira e de outros Senadores.

Vamos passar à composição da Mesa.

Quero convidar o ilustre Presidente do Conselho Federal de Administração, o administrador Sebastião Luiz de Mello, para vir fazer parte da Mesa conosco.

Podem bater palmas. Esse administrador merece. (*Palmas.*)

Convido também o Vice-Presidente do Conselho Federal de Administração, o administrador Sérgio Pereira Lobo. (*Palmas.*)

Convido o Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Acre, o administrador Marcos Clay Lucio da Silva. (*Palmas.*)

Convido o Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Distrito Federal, o administrador Carlos Alberto Ferreira Junior. (*Palmas.*)

A Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Rio Grande do Norte, a administradora Ione Macêdo de Medeiros Salem. (*Palmas.*)

Por fim, o Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Tocantins, o meu Estado de coração, o administrador Rogerio Ramos. (*Palmas.*)

Convido para ouvirmos o Hino Nacional, em posição de respeito.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Antes de iniciar minha fala, quero dirigir um agradecimento a três pessoas muito especialmente: ao meu amigo Renato Jaime – não sei se está por aqui –, lá do Tocantins; ao Rogerio Ramos, que foram as duas pessoas que primeiro me procuraram para fazer parte de um processo maravilhoso como este que nós estamos vivendo aqui nesta tarde. E agradeço também ao Presidente Sebastião, que me acolheu e que tem colaborado muito, com o processo de andamento, para o nosso projeto de lei.

Em nome de todos os administradores do Brasil, quero agradecer aos colaboradores do Senado, nossos assessores e assessoras, que são de uma prestatividade muito grande. Está aqui o Senador Valdir Raupp, a quem quero agradecer a presença nesta sessão, que sabe que a assessoria do Senado presta um serviço muito bom para o País para que possamos desenvolver nosso trabalho.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, embora já se tenha realizado, neste plenário, em anos anteriores, outras comemorações alusivas ao Dia Nacional do Administrador, a sessão especial que ora realizamos se reveste de extraordinário significado. Afinal, é a primeira vez que a data está sendo celebrada na condição de integrante do calendário de datas oficiais do País após a instituição pela Lei nº 12.967, sancionada no dia 06 de maio do ano passado.

Mais ainda: a comemoração deste ano corresponde ao Jubileu de Ouro da Administração, haja vista que, ontem, completaram-se 50 anos de vigência da Lei nº 4.769, que dispõe sobre o exercício da profissão de técnico de Administração e criou o Conselho Federal de Administração e os Conselhos Regionais de Administração, todos aqui hoje representados.

Foi exatamente a data de sanção dessa lei que o Conselho Federal de Administração (CFA) tomou por base para editar a sua Resolução nº 65, de 9 de dezembro de 1968, definindo o dia 9 de setembro como o Dia do Administrador.

Para mim, que tanto me orgulho de minha formação acadêmica de Administração, é motivo de muita satisfação receber aqui no Senado Federal representantes da minha categoria profissional para celebração de nossa data comemorativa.

Aliás, faço questão de reiterar meus agradecimentos a todos os ilustres pares da Casa que aprovaram o requerimento, do qual fui o primeiro signatário, para realização desta sessão especial. Todos compreenderam que o Senado não poderia deixar de comemorar, de forma honrosa, o Jubileu de Ouro da Administração.

A importância da administração profissional para o processo dos empreendimentos já é reconhecida há séculos. A história nos conta que, nos anos de 1600, as companhias inglesas de navegação já tinham em seus quadros administradores profissionais com perfil e forma de atuação semelhantes, sob certos aspectos, aos dos administradores atuais.

E o reconhecimento da Administração como disciplina acadêmica já conta mais de um século, desde que Fayol elaborou, na França, a Teoria Clássica da Administração e Taylor lançou, nos Estados Unidos, as bases da Administração Científica.

Foi nessa mesa época, precisamente em 1881, que foi criado nos Estados Unidos a *Wharton School*, primeira instituição de ensino da área.

No Brasil, a história da ciência da Administração é muito mais recente, haja vista que foi somente em 1952 que a Fundação Getúlio Vargas criou a primeira instituição dedicada ao ensino da matéria em Território nacional, a Escola Brasileira de Administração Pública.

Nos 63 anos, desde então decorridos, contudo, recuperamos o atraso, pois até mesmo em virtude do processo de industrialização ocorrido no País, a importância da Administração ganhou reconhecimento rapidamente e os profissionais do setor se tornaram cada vez mais requisitados.

Fomos capazes de produzir teóricos de influência internacional, como o Professor Idalberto Chiavenato, autor de textos sobre a Teoria da Administração que circula o mundo, como o nosso saudoso Belmiro Siqueira, patrono dos administradores, Alberto Guerreiro e tantos outros, que eu não vou citar, porque seria alongar muito a nossa fala aqui nesta tarde.

Com efeito, hoje, ninguém pode desconhecer a relevância dos administradores para as empresas privadas e para os órgãos públicos. Sem bons administradores, as empresas não prosperam e os governos não conseguem atender às demandas da sociedade.

O sucesso das empresas e a eficácia da ação governamental dependem de administradores competentes e comprometidos, capazes de antever cenários e de traçar diretrizes necessárias para a gestão de resultados.

Momento no contexto da economia globalizada, a figura do administrador, sintonizado com a marcha da economia e com as tendências do mercado, é imprescindível para que as empresas se mantenham sólidas e prósperas e para que os governos conservem suas contas equilibradas e assegurem a prestação adequada dos serviços públicos.

O profissional da Administração deve aliar o pleno domínio das habilidades técnicas, ou seja, o conhecimento dos princípios, das teorias, dos métodos, instrumentos e ferramentas da Administração, a um domínio igualmente amplo de habilidades relacionalis, como a capacidade de lidar com pessoas, comunicar-se com desembaraço, negociar com sabedoria e solucionar conflitos.

E os cursos de Administração em funcionamento no País têm se esforçado cada vez mais para formar profissionais que ostentem esses atributos. Mais do que isso, os nossos cursos de Administração têm adotado as providências necessárias para se adaptar às complexidades do mundo atual. Com esse objetivo, vêm sendo criadas as mais diversas especializações, de modo a atender às crescentes exigências do mercado.

A Lei nº 4.769, de 1965, representará sempre para nós administradores um marco histórico da maior importância, por haver estabelecido, pela primeira vez, a regulamentação da nossa profissão.

No entanto, nas cinco décadas decorridas desde sua aprovação, o mundo e o Brasil passaram por profundas transformações econômicas, políticas e sociais. No âmbito do nosso ordenamento político-jurídico, tivemos, em 1988, a promulgação da nova Constituição da República. Merece também destaque a entrada em vigor do novo Código Civil, que introduziu significativas mudanças no direito empresarial.

No âmbito da economia, não foram menores as mudanças ocorridas nesses 50 anos. O crescimento de nossa produção elevou o Brasil à condição de uma das maiores economias do mundo, multiplicou-se o número de profissões exercidas pelos brasileiros. No contexto da globalização, intensificou-se enormemente o nosso relacionamento com as demais nações, tanto no que se refere às trocas comerciais, como no que concerne ao intercâmbio profissional.

A despeito de todas essas mudanças, a categoria profissional dos administradores permaneceu estagnada no que tange a sua organização e à legislação regulamentadora. Hoje é evidente a necessidade de se promover uma atualização.

É por isso que tomei a iniciativa, com o apoio e o auxílio do Conselho Federal de Administração, de submeter à apreciação do Senado Federal um projeto de lei que dispõe sobre o exercício de atividades no campo da Administração.

A proposta que apresentei não trata da regulamentação de mais uma profissão, mas apenas da adequação da ciência da Administração aos novos tempos e às novas necessidades, tanto no setor público, como no setor privado, inclusive no das organizações não governamentais.

Não estou buscando, com a iniciativa, conquistar ou reservar mercados para os profissionais da Administração, mas, sim, aperfeiçoar os mecanismos de controle e de fiscalização pelos órgãos competentes, bem como melhorar a qualidade do ensino na área. Assim é que proponho mudanças na especificação das atribuições dos administradores, nas exigências para o exercício profissional e nas regras referentes ao funcionamento dos órgãos fiscalizadores da profissão.

Faço questão de destacar que o projeto de lei que apresentei representa uma proposta coletiva, sendo fruto de exaustivos debates junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Administração. Por isso, o projeto contempla os anseios da categoria, seja na busca de melhor estruturação, seja na defesa do mercado profissional ou para a melhoria da qualidade de atendimento das demandas da sociedade brasileira ou ainda para a melhoria da qualidade do ensino da Administração em nosso País.

Aliás, o projeto está em consonância não apenas com os anseios de aproximadamente 400 mil profissionais de Administração registrados nos Conselhos Regionais de Administração, mas corresponde também aos desejos de mais de um milhão de acadêmicos de Administração matriculados nos quase dois mil cursos de bacharelado ofertados no País, da Federação Brasileira dos Administradores (Frebrad), e da Federação Nacional dos Administradores (Fenad), bem como dos diversos sindicatos que congregam os profissionais da Administração.

Minha expectativa é, portanto, de que a comemoração que hoje realizamos do Jubileu de Ouro da Administração sirva para dar impulso à tramitação desse projeto de fundamental importância para a nossa categoria.

Sr. Presidente, Sras Senadoras, Srs. Senadores e senhores convidados, na oportunidade em que comemoramos o Dia do Administrador, é oportuno lembrar que não há mais lugar para o empirismo na administração, seja no setor privado, seja no setor público.

Exige-se, no contexto extremamente competitivo em que hoje vivemos, um processamento técnico e científico para conduzir as empresas e os órgãos públicos, para definir os seus objetivos, para traçar as suas metas e seu planejamento de futuro.

Para lidar adequadamente com as complexidades do mundo contemporâneo, o profissional da Administração precisa dispor de várias habilidades. A uma formação abrangente e aprofundada, deve associar argúcia e a sensibilidade necessária para perseguir os objetivos maiores da organização que gerencia, sem perder de vista o bem-estar dos indivíduos que são seus colaboradores.

Neste mundo cada vez mais complexo, a atuação altamente profissionalizada do administrador é imprescindível tanto na esfera pública como na privada.

Aliás, é interessante observar que o talento próprio dos administradores se revela especialmente valioso nos momentos de crise. Tornou-se chavão identificar crise com oportunidade. No entanto, só o bom administrador é, de fato, capaz de transformar a crise em oportunidade. Só ele tem a aptidão de seguir vislumbrando o horizonte além das nuvens carregadas da tempestade. É ele que, desse modo, consegue manter a solidez da organização em que atua, resistindo aos influxos desagregadores desencadeados por todas as crises.

Atualmente, o sucesso e até mesmo a sobrevida dos empreendimentos dependem da criatividade e da capacidade rápida de adaptação. Neste contexto, a atuação do administrador é indispensável para a garantia não só da competitividade das organizações, mas também de sua estabilidade, estejam elas no âmbito público ou privado.

Por isso, Srs. Senadores, Sras Senadoras, faço questão de manifestar no transcurso de mais um dia do administrador minhas efusivas congratulações a todos os colegas que, com seu digno labor, tanto contribuem para o desenvolvimento social e econômico do nosso País.

Muito obrigado.

Eram essas as minhas palavras para homenagear esse dia tão importante para a nossa categoria. (Palmas.)
Passo a palavra ao Senador Valdir Raupp, para o seu pronunciamento.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco Maioria/PMDB - RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão e signatário também desta homenagem, Senador e administrador Donizeti Nogueira; Presidente do Conselho Federal de Administração, Sr. Sebastião Luiz de Mello; Vice-Presidente do

Conselho Federal de Administração, Sr. Sérgio Pereira Lobo; Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Acre, Sr. Marcos Clay Lúcio da Silva; Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Distrito Federal, Sr. Carlos Alberto Ferreira Júnior; Conselheira Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Rio Grande do Norte, Srª Ione Macedo de Medeiros Salem; Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado de Tocantins, Sr. Rogério Ramos de Souza, e o Conselheiro Federal do meu Estado de Rondônia, Sr. César Durand, que também está aqui presente, cumprimento a todos.

Cumprimento ainda as Sras Senadoras e os Srs. Senadores, Deputadas e Deputados, senhoras e senhores conselheiros federais do Conselho Federal de Administração, Sras e Srs. Conselheiros Regionais de Administração dos Estados, senhoras e senhores membros do Corpo Diplomático, senhoras administradoras e senhores administradores, senhoras e senhores ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, minhas senhoras e meus senhores, hoje estamos aqui reunidos nesta sessão solene para homenagear os profissionais de Administração do Brasil pelo transcurso do seu dia, ocorrido ontem, 9 de setembro.

Esta data, Sr. Presidente, foi instituída pela Resolução CFA nº 65, de 9 de dezembro de 1968, para lembrar que a profissão de administrador obteve o seu reconhecimento definitivo pelo Poder Público por meio da Lei nº 4.769/65. Foi uma conquista importante para todos esses profissionais que tantos benefícios trazem para o País.

É o administrador quem estuda e sistematiza as práticas e técnicas utilizadas para poder administrar um projeto ou empreendimento.

Sem esse profissional, seria praticamente impossível levar o progresso e o desenvolvimento ao nosso povo, sobretudo no mundo atual, onde a regra de ouro é a competitividade. Hoje já não há lugar para amadramismos no mundo empresarial. É preciso contar com um profissional capacitado e habilitado em conhecimentos do mundo dos negócios para poder alavancar o empreendimento e gerar lucros. Esse é o papel fundamental do administrador.

Os administradores brasileiros têm o profissional Belmiro Siqueira como seu patrono. Nascido em 22 de outubro de 1921, Belmiro atuou grande parte de sua vida no serviço público, onde era servidor de carreira, e ocupou diversos cargos importantes, entre eles, o de Diretor da Escola de Serviço Público do antigo Estado da Guanabara.

Como Presidente do Conselho Federal de Administração, Belmiro Siqueira trabalhou incansavelmente pela consolidação da profissão de administrador, participando da criação dos Conselhos Regionais nas diversas capitais do País. Por isso, foi-lhe concedido, *post mortem*, o título de Patrono dos Administradores.

O trabalho de Belmiro Siqueira foi tão importante e deu tantos frutos, que, em 2015, estamos celebrando o Jubileu de Ouro da criação do sistema CFA/CRA. São 50 anos de muito trabalho, lutas e realizações em prol da categoria dos administradores e do Brasil.

Nesses 50 anos, o sistema CFA/CRA tem trabalhado para proteger o País dos profissionais mal habilitados e dos leigos, sem formação na área. Apesar disso, muitos serviços públicos e privados ainda não funcionam adequadamente. De certa forma, isso se deve à carência de administradores em postos gerenciais, não por falta de profissionais – nós temos formado muitos, milhares e milhares –, mas talvez por falta de sensibilidade dos patrões e das empresas para chamar esses profissionais para ocupar esses postos.

Por isso é importante avançar na conscientização da sociedade, sobretudo dos empregadores, para a imperiosa necessidade de se contratar profissionais habilitados para administrar o empreendimento.

Talvez esteja aí um pouco do sucesso, Presidente Donizeti, da minha carreira. Eu tenho, há quase 30 anos, um administrador ao meu lado. Foi chefe de gabinete quando eu fui governador, já há mais de 20 anos, e hoje está aqui. Nos 12 anos em que eu estou – vai fazer 13 anos – no Senado Federal, ele está no meu gabinete, ajudando a organizá-lo: Dr. Ivan Leitão e Silva, que é também professor universitário. (Palmas.)

A luta por uma boa e eficiente administração deve ser de todos e de toda a sociedade. Nesse sentido, é importante que o Congresso Nacional, como caixa de ressonância da sociedade, fortaleça os laços e a parceria com o sistema CFA/CRA – parabéns a V. Exª pelo projeto iniciado aqui no Senado Federal –, para que o profissional de Administração possa ser mais valorizado no Brasil.

Antes de encerrar, Sr. Presidente, senhoras e senhores, quero lembrar que, também em Rondônia, foi instituído o Dia do Administrador, por lei estadual de iniciativa do Deputado Flávio Lemos, data que passa a fazer parte do calendário oficial de comemorações do Estado, reconhecendo o valor dessa categoria, que hoje conta com aproximadamente 6.900 profissionais em Rondônia. Lembro ainda que, no Brasil, em 2012, foram registradas 833.042 matrículas em cursos de Administração em todo o País, de acordo com dados do Censo da Educação Superior. Portanto, Administração é o curso superior com mais estudantes no País, já dito aqui pelo Presidente, Senador Donizeti.

Ontem, em solenidade de homenagem aos vultos da Administração, na Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, tive a honra de ser homenageado pelo Conselho de Administração (CRA-RO), porque também sou administrador.

Sáudo, enfim, a todos os administradores do Brasil, nas figuras do Presidente do CFA, o Administrador Sebastião de Mello, e do Presidente do CRA-Rondônia, o Administrador André Luís Saoncela da Costa, hoje aqui representado pelo Conselheiro Federal, nesta solenidade, César Durand. Amanhã, o Presidente no meu Estado estará também aqui em Brasília. Essas personalidades seguem o memorável exemplo de Belmiro Siqueira na laboriosa tarefa de promover, valorizar e fiscalizar o trabalho dos administradores do Brasil.

A todos, meus parabéns!

Era o que tinha para o momento, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos as suas honrosas palavras, Senador Valdir Raupp, combativo Senador aqui, nesta Casa, sempre presente. Todos os administradores aqui presentes agradecem as suas honrosas palavras.

Vamos dar continuidade. Agora eu vou chamar meu concidadão, conterrâneo, o Conselheiro Federal de Administração pelo Estado do Tocantins, o administrador Rogério Ramos de Souza, para o uso da palavra aqui nesta tarde.

O SR. ROGÉRIO RAMOS DE SOUZA – Uma boa tarde a todos. Eu, de forma especial, queria cumprimentar o Senador Donizeti, Senador pelo Estado do Tocantins, proposito da lei que efetivamente vai dar melhores condições ao administrador de todo o País para que o valor à profissão, a intensidade nas suas ações possam ser aperfeiçoados e nós tenhamos um melhor desempenho perante a sociedade.

Também, de forma muito especial, quero cumprimentar o nosso representante maior da Administração, nosso Presidente Sebastião, que, de forma aguerrida, de forma trabalhadora, de forma também muito tranquila e muito bem conduzida, vem dando rumos e dando formas ao trabalho junto aos administradores para o engrandecimento dessa profissão que é tão importante para a sociedade.

Queria cumprimentar o Senador Valdir Raupp, administrador Valdir Raupp, cumprimentar os nossos conselheiros federais. Cada Estado do Brasil tem um representante no Conselho Federal de Administração, todos os Estados estão representados e aqui estão todos presentes, porque o Brasil caminha unido na forma de os administradores pensarem. Sabemos que, para enfrentar crises, enfrentar problemas sociais, é preciso uma cabeça pensante, uma boa ideia, a criatividade e o empenho de um trabalho bem pensado, que são expertise, são *know-how*, são habilidades do administrador, e assim a gente vai conseguir efetivamente ter um espaço melhor junto à sociedade.

Queria cumprimentar os presidentes dos Regionais, aqui na pessoa do amigo Eloi, do amigo Antônio Jorge, que representam os nossos presidentes e que também fazem um trabalho magnífico na ampliação deste contingente brasileiro de administradores. Somos uma profissão atrativa, sob o ponto de vista de termos mais de 400.000 registrados. E podemos ter mais, uma vez que essa lei que tramita nesta Casa e que, tenho certeza, logrará êxito, dará a condição de mais importância no mercado de trabalho aos nossos administradores, para podermos concretizar o nosso grande sonho, que é o de uma profissão valorizada e, assim, podendo cada vez mais contribuir para o desenvolvimento deste País.

Quero agradecer e parabenizar a todos os administradores do País pelos 50 anos. Temos aqui, entre os nossos conselheiros, e até pessoas que estão aqui representando federações, como o Itamar, e outras entidades e associações da área da Administração, pessoas que já conviveram por mais de 30 anos na luta por essa profissão. Elas estão aqui neste plenário e têm dado a sua parcela de contribuição com muita seriedade, com muito afinco e tenho certeza de que eles, nós, que, às vezes, somos neófitos – estamos chegando agora ao sistema –, temos o mesmo sentimento de que as coisas estão evoluindo e de que precisam evoluir.

Então, Senador Donizeti, em nome do nosso Estado do Tocantins, em nome do Conselho Federal, queria agradecer o seu empenho e o seu apoio em comemorarmos com tanta ênfase esse dia tão importante para nós, que é o Dia do Administrador.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Rogério, pela sua manifestação.

Agradeço a presença do Senador Elmano Férrer, do nosso Piauí.

Obrigado pela sua presença, nesta tarde, conosco, Senador. Quando o senhor quiser, poderá fazer uso da palavra. Vamos esperar.

Então, dando continuidade à sessão especial em homenagem ao Dia do Administrador, em comemoração ao nosso Jubileu de Ouro da Administração, sessão que está sendo transmitida ao vivo pela TV Senado e

pela Rádio Senado para todo o Brasil nesta tarde, quero convidar para fazer uso da palavra o Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Distrito Federal e Coordenador das Comemorações do Ano do Jubileu de Ouro, o administrador Carlos Alberto Ferreira Júnior.

O SR. CARLOS ALBERTO FERREIRA JÚNIOR – Boa tarde a todos e a todas.

Um agradecimento especial aos que estão nos assistindo agora, que estão nos ouvindo na rádio, que nos assistem em casa agora, prestigiando este evento tão importante da nossa profissão.

Ao agradecer a Deus, em primeiro lugar, e acima de todas as coisas, agradeço a presença de todos os colegas que estão aqui hoje, membros, profissionais, Senadores, políticos e demais autoridades presentes.

Gostaria de dizer que me coube a grata e honrosa missão de coordenar os trabalhos do Jubileu de Ouro da profissão.

Espero estar representando bem a categoria e levando a importância e a valorização da administração para a sociedade e para os profissionais que compõem a nossa classe.

Estamos realizando bastantes eventos. Temos com sessões solenes já agendadas e acontecendo, eventos nacionais e internacionais, cartilhas, trabalho social, uma infinidade de acontecimentos durante todo este ano para celebrar em grande estilo a nossa profissão. E este é o momento de fazer a convocação. Eu cunhei o termo de nação administração. Nós somos o maior curso de nível superior do País, somos um número de profissionais em grande quantidade, mas precisamos mostrar essa força para a sociedade.

Faço minhas as palavras do Senador Valdir Raupp ao dizer que o que a sociedade espera de nós não é nada complicado. Nós tendemos a complicar as coisas, e o que eles esperam de nós é simples: que as coisas funcionem. Na seara pública, e não só na seara pública, na seara privada também, as coisas não estão funcionando, literalmente não funcionam.

Nós estamos insatisfeitos com os serviços públicos e com os serviços privados. Alguém, agora há pouco, antes de começar a sessão, falou da Sky, por exemplo, uma operadora de telefonia ou uma operadora de TV por assinatura que você precisa cancelar e demora meses para conseguir o cancelamento de um serviço por que pagamos caro. A sociedade brasileira, por características próprias, aceita pagar caro. Nós não temos problemas em pagar, mas queremos o mínimo, que as coisas funcionem. Para que as coisas funcionem, nós precisamos de algo básico. Respeitamos todas as profissões existentes no mercado, mas se tem alguém que pode garantir neste País que as coisas funcionem são os profissionais de administração, administradores e tecnólogos.

Viva o nosso dia. Parabéns. Vamos comemorar.

Muito obrigado. (*Palmas*.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Quero agradecer a presença dos estudantes da Escola Classe 305 Sul de ensino fundamental aqui de Brasília.

Obrigado pela presença de vocês, na visita ao Senado Federal. Esperamos, todos nós, que aí estejam grandes administradores e grande políticos para conduzir o nosso País num futuro próspero.

Nós vamos agora ouvir o Presidente do Conselho Federal de Administração, o Administrador Sebastião Luiz de Mello.

Com a palavra o nosso Presidente, que tem a tarefa de coordenar e defender os nossos direitos perante a sociedade brasileiras e os poderes constituídos.

O SR. SEBASTIÃO LUIZ DE MELLO – Boa tarde a todos.

Eu queria inicialmente saudar o Exmo. Senador Donizeti Nogueira, por Tocantins, dizer da alegria de poder estar aqui e dizer que superamos as dificuldades apresentadas, Senador, graças à sua pessoa, à sua luta para superar os obstáculos.

Queria saudar o Senador Valdir Raupp, por Rondônia, colega valoroso. Outras vezes pudemos discutir a Constituição juntos, seja no CFA, quando o Dr. Ruben era o Presidente, seja em Rondônia, numa visita minha, e também uma vez no avião. Não sei se ele se lembra, mas chegamos a confabular sobre algumas questões, de sorte que muito me alegra e a todos os presidentes de conselhos federais a sua presença aqui, numa demonstração inequívoca do seu apreço pela nossa profissão, da qual o senhor também é militante e tem representado condignamente no Estado de Rondônia.

Queria saudar o Exmo. Senador Elmano Férrer, pelo Piauí, que nos dá a alegria da sua presença. O senhor é muito bem-vindo a todos os encontros onde houver administradores, porque a sua demonstração de estar conosco realmente nos encanta e nos alegra.

Queria saudar o meu Vice-Presidente Sérgio Lobo, Conselheiro pelo Paraná, e dizer, Sérgio, que no seu silêncio muitas vezes você me ensina, você me dá realmente condição de refletir e amadurecer muito mais.

Queria saudar o Carlos Alberto, nosso Carlão, Conselheiro Senador por Brasília. Costumo brincar com ele.

Carlos, muito obrigado pelo seu trabalho, começado pelo Sérgio à frente da Comissão do Jubileu. Ao saudá-lo, cumprimento também todos os membros da Comissão Jubileu de Ouro, porque graças a ela chegamos a esta data magnífica com esse grande apoio de todos os integrantes da comissão.

Queria saudar a minha amiga Ione, Conselheira pelo Rio Grande do Norte, e deixar clara a importância do trabalho que você faz e lidera na gestão pública deste País. Não poderia neste momento me esquecer desses préstimos. Saudando-a, saúdo toda a Câmara, dizendo que realmente é um lugar em que nós temos que avançar numa situação que você sabe que não é fácil.

Com um pouquinho de coragem e de ousadia, vimos vencendo os obstáculos. São 5.570 prefeituras neste País que carecem de uma gestão melhor. E não é um pensamento meu, mas da população que habita aquele Município.

Quero saudar o Presidente da CRIE, que tem, junto com a CDI e com a Comissão Jubileu, prestado seus préstimos com a sua equipe. Graças a vocês, chegaremos amanhã às comemorações, pelos préstimos que vocês nos deram.

Queria saudar o Rogério. Na verdade, quem preside é o Jorge Humberto, mas é ele quem, ultimamente, tem feito os contatos com a Comissão Parlamentar. Graças a ele, tivemos a felicidade, Senador, de conhecê-lo no Tocantins. Para quem não sabe, tive a honra de entregar a carteira de administrador para o Senador Donizeti. Foi realmente um momento muito interessante, enigmático, místico conhecer esta figura que é o Senador. Naquele dia, ele me deu a certeza de que era o rumo certo, de que era o porto seguro em quem nós deveríamos depositar essa esperança, essa confiança. Não o conhecia muito, mas a fala dele naquele dia me deu realmente essa impressão. E, graças a Deus, Senador, até o momento, só tenho que agradecê-lo sempre pela sua altivez, pela sua dedicação e pelo privilégio de nos representar com coragem, o que sabemos que não é tarefa muito fácil.

Queria ainda dizer que o Senador Donizeti propôs esta sessão solene que parecia, no primeiro momento, impossível. No processo de negociação, de respeito e de conversas, ele transpôs também esse obstáculo. Por isso estamos aqui hoje, para poder celebrar o dia de ontem e os futuros dias que virão.

Para quem ainda não sabe, Donizeti é operador, como ele disse, do anteprojeto de lei de que a gente tem uma esperança, porque isso não é o que pensa o Presidente do CFA, é o que pensam os administradores brasileiros. Das queixas que nos chegam, a maioria delas diz que há um desrespeito – e o Senador Valdir Raupp falou muito bem – em se colocarem intrusos, em se colocarem pessoas mal preparadas em cargos que por lei nos pertencem, mas que, muitas vezes, por falta de sensibilidade, não nos são oportunizados.

Esses cinquenta anos servem para muita coisa, inclusive para isto: marcar uma posição, uma postura ousada de todos nós, dos 27 conselhos regionais, essa postura heroica de que realmente, no decorrer do tempo, com um processo de sensibilização, de cultura, nós possamos, de fato, exercer esses pontos que ainda algumas pessoas teimam em descumprir.

Eu queria saudar ainda os meus irmãos, os meus colegas conselheiros federais. Se estou aqui hoje é porque cada um dos senhores me confiou essa missão. E todos os dias eu tenho agradecido a Deus por me dar essa incumbência, tentando levá-la a cabo com a melhor boa vontade, dispondo de todo o meu tempo, porque já sou um servidor aposentado pela Universidade Federal. E, para realmente me dedicar a essa causa, tive de assim proceder. Chegou o momento em que percebi que não era mais possível ser Presidente do Conselho Federal se não tivesse as 24 horas disponíveis diariamente em prol dessa profissão.

Eu queria saudar os presidentes de regionais, dos quais boa parte se faz presente aqui, e dizer que eles são o sustentáculo do sistema. É lá que se processam as questões operacionais, é lá que se vivenciam as dificuldades e é lá, com o trabalho heroico desses presidentes, que temos avançado e continuamos avançando muito mais vezes e com muito mais velocidade do que esperaríamos.

Eu queria saudar os convidados, as autoridades e algum outro Senador, caso não me tenha chegado a informação da sua presença. Saúdo os funcionários do CFA, esses heroicos funcionários que têm nos prestado tempo precioso da sua vida, muitas vezes fora de hora, para que pudéssemos chegar a esta data tão robustos e tão certos do rumo dessa entidade, do Conselho Federal Sistema CFA/CRS.

Eu queria saudar os acadêmicos da escola que o Senador citou. Eu queria saudar os convidados e dizer que todos são muito bem-vindos.

Eu preparei um discurso com a minha assessoria, mas peço vênia ao Senador Donizeti para quebrar um pouco o protocolo, porque queria falar com o coração e com a emoção do momento.

Quando idealizamos esses 50 anos, nós precisávamos realmente de pessoas que pensassem como seriam esses 50 anos. Constituímos um fundo e constituímos uma comissão. De lá para cá, há mais de dois anos, assim se trabalhou. E se trabalhou muito!

Na minha cabeça, na cabeça dos senhores, como seriam esses 50 anos? Eu não pensei duas vezes.

Quando você organiza uma comemoração, uma festa para partilhar coisas boas com alguém, você precisa de convidados. Ninguém faz uma festa sozinho. Para fazer uma festa, você precisa de convidados, de pessoas.

Então, os 50 anos da nossa profissão estão sendo comemorados em todo o País, cada regional, a seu modo, como desejou, apenas com algumas diretrizes: ora no Rio, com o FIA; ora em Porto Alegre, com o Enbra; ora em outro lugar, com a corrida; ora em outro, com o Dia da Árvore; ora em outro, com o Dia da Mulher, quando fizemos palestras, preocupados com a saúde da mulher e com a questão da violência que vive a mulher.

Os 50 anos foram pensados assim: que se comemore o ano todo, que se comemore com toda a sociedade, para demonstrar a nossa preocupação com o povo, com as reivindicações populares, porque uma categoria não chega ao seio da população, ao coração de cada brasileiro que reside nos Municípios, sem demonstrar a sua preocupação, seja de gestão, seja de vivência no Município, sem, de fato, as pessoas entenderem qual seria o papel desse profissional.

Demos demonstrações sobre, nesses últimos dias, dessa preocupação. Vou citar algumas como exemplo.

Instigado por uma presidência, nós recentemente ousamos fazer uma crítica ao reajuste dos planos de saúde, Senador, porque o que foi colocado de índice de reajuste, desculpem-me, é uma excrescência. Quanto a isso, nós não podíamos silenciar. Logo depois, o nosso colega da Febraban resolveu tirar a cobrança não registrada, porque se paga um percentual muito menor daqueles valores.

E, permanecendo, continuar-se-ia. Só que, na verdade, eles resolveram tirar esse tipo de cobrança para deixar só a registrada, que onera, e muito, as entidades e as organizações deste País, que precisam dos serviços bancários. Escrevemos ao Banco Central, pedindo a ele que intervisse, e, de alguma maneira, procurasse restaurar essa cobrança não registrada, para que se minimizasse o custo Brasil.

Mais recentemente, nos insurgimos contra à corrupção deste País, pegando carona com o Ministério Público deste País, no sentido de debelar essa erva daninha que assola todos os rincões brasileiros. É assim, meus colegas, presidentes, conselheiros, amigos, que essa classe quer ser lembrada pela sociedade, uma classe que não só foi preparada em bancos escolares, como também capaz de fazer uma gestão muito melhor do que a gestão pública deste País – não avaliada por mim, avaliada pela sociedade –, que não vem fazendo. Sem querer criticar ninguém, é preciso que a gente dê um novo rumo, uma nova ordem, para que a gente possa exercer isso de maneira alta, preocupados, porque o que vemos aí não nos dá a certeza de que o País possa, de uma hora para outra, mudar e dar mais esperança e mais sonhos para os brasileiros.

O País precisa não só dos administradores, mas do povo todo, no sentido de a gente coibir práticas que não tornam esse povo melhor ou mais feliz. Os processos de segurança, de educação, de saúde infelizmente não retratam que eles sejam bons, eles não retratam que o povo está contente. As manifestações nas ruas, as manifestações do dia a dia, as conversas de corredor nos indicam, Srs. Senadores, que a gente realmente possa antever ou vislumbrar que essas práticas perversas sejam debeladas.

Quero, com muita humildade, colocar-me, Senador Donizeti, Senador Valdir Raupp, Senador Elmano, Senador pelo Piauí, colocar-nos à disposição para debates qualificados neste Senado, para nos preocuparmos com questões sejam tributárias, sejam hospitalares. Aqui estão representantes dos Estados, e sentem, nos seus Estados, nos seus Municípios, o quanto isso é relegado.

É preciso que a gente dê um basta, se queremos um país melhor. É preciso que a gente, de alguma maneira, sensibilize os governantes, para que a gente de fato ocupe esses lugares, para que a gente de fato possa ser a diferença competitiva.

Temos zelado muito para que o ensino de administração possa de fato se traduzir em empregabilidade quando os bacharéis e os tecnólogos saem das suas escolas e das suas faculdades. Essa é uma prática comum, corriqueira, do dia a dia. E, como exemplo, falo até que estive, do dia 8 para o dia 9, de maneira inequívoca, mostrando a preocupação da Presidência com os menos favorecidos, os acadêmicos de Corumbá, não sei se conhecem, na fronteira com a Bolívia, e fomos lá dar uma palestra.

Quero deixar clara a nossa predileção pelos menos favorecidos. E nós estamos para servir, o administrador, o tecnólogo e os acadêmicos, futuros profissionais. Poderia estar no *glamour* de São Paulo, na Câmara de Vereadores ou em qualquer outra Assembleia Legislativa, mas fiz questão de estar em Corumbá, fronteira com a Bolívia, quase o fim do mundo, vamos dizer assim, para mostrar que nós temos muito a fazer pelo ensino da administração e muito pelos administradores de chão de fábrica.

Seja essa a primeira reflexão ao chegarmos a esses 50 anos. Muito mais posturas nossas ousadas terão que ser despertadas e fomentadas, porque o que o povo realmente quer é uma profissão atuante capaz de sugerir, capaz de repartir com ele esses sonhos. E tenho falado muito que esse sonho se processa em cada um brasileiro, no seu Município, lá onde ele reside e escolheu para ser feliz.

Falei esses dias no Cariri, meu amigo Leonardo, exatamente isso, que o sonho para os brasileiros é imposto de uma maneira muito medíocre, de uma maneira muito pequena. Dizer que é só uma casa para morar,

ou que tem galinha no prato ou que tem não sei o que lá, isso, perdoem-me, é uma afronta ao povo brasileiro. Ninguém vem para este mundo, um templo de Deus, para que só sinalizem para ele que ter uma casinha para morar e um franguinho no prato é o suficiente – eu acho esse um horizonte tão pobre, mas tão pobre, que me nego a partilhar esse tipo de colocação com os meus irmãos brasileiros.

Transpusemos até aqui barreiras, transpusemos caminhos espinhosos e chegamos. Chegamos talvez melhor ou pior do que idealizávamos, mas acho que chegamos melhores.

Chegamos ávidos por conhecimentos e ávidos por participação.

Que nós possamos dar continuidade a esses 50 anos! Eu sou passageiro e, no ano que vem, vou embara, mas com a missão clara de que este País bem administrado é melhor para todos nós; que este País bem administrado é o sonho de todos os brasileiros. Que haja gestão privada e pública de boa qualidade e de boa governança é o que um país quer. Que possamos contribuir para que essas ameaças e essas crises sejam as mais passageiras possíveis!

É isso que sonho para cada um dos senhores e para cada um componente da sociedade brasileira. Que esses 50 anos nos marquem, mas que também estabeleçamos propósitos de altivez, de orgulho e de participação! E que, juntos, possamos realmente, ser um sistema – unidos, nós somos muito fortes, mas, desunidos, não o somos.

Esqueçam a antipatia, muitas vezes, deste Presidente; esqueçam alguma imaturidade minha, muitas vezes, por, talvez, não ter conduzido para tudo aquilo que esperaríamos; mas pensem na profissão! Pensem nos 400 mil registros e em mais de 1 milhão de bacharéis; pensem nos 850 mil alunos; pensem nos outros tantos tecnólogos!

Pensem, gente! Reflitam: o que nós fizemos que não foi muito bom, poderíamos melhorar, nesse próximo século, ou nesses próximos 50 anos? Que missão, que propósito perseguir? Tenho certeza de que cada um dos senhores, pela inteligência, pela postura, pela abnegação, pelo voluntarismo com que exercem o cargo, saberão nos indicar o rumo; saberão, de maneira muito humilde, indicar a este Presidente qual é o melhor caminho para a profissão.

Ao encerrar, já falei muito, Senador Donizeti, queria, mais uma vez, agradecê-lo e dizer que o senhor nos honra muito. O senhor é administrador, com pouco tempo de carteira, mas, quem sabe, de propósito, não é? Aqui e com o seu coração, que possa nos ajudar muito na condução dessa lei!

Aos meus irmãos sindicalistas – sei que há alguns aqui; está lá o Eustáquio, o Itamar, o Matoso – gostaria de dizer que é hora de a gente unir forças; é hora de a gente se abraçar; é hora de a gente caminhar no rumo se não único, cheio de alternativas, como um rio que, muitas vezes, abre e, depois, lá na frente, vai para um córrego com outros rios, em uma condução rumo ao oceano.

Que este momento, meus colegas, seja um momento de reflexão e propósito, para que a gente realmente transforme este País! E que nos consideremos como agentes de transformação e de gestão deste País! Saímos daqui melhores do que chegamos! E amanhã teremos dose dupla na Câmara dos Deputados.

Pedi ao meu Estado que assistisse à TV Senado. E, ao falar da TV Senado, eu queria compartilhar e agradecer aos funcionários desta Casa, agradecer a todos os Senadores. Senador Donizeti, transmita ao Presidente Renan o nosso apreço.

Em que pese, muitas vezes, falarem de Parlamentares, a gente sabe que não é bem assim. Todo mundo, toda profissão, toda carreira tem as suas exceções, mas é, nesta Casa, que se respira a democracia. Nesta Casa e lá na nossa Câmara dos Deputados, é que a democracia deste País é construída, e vocês, nossos representantes, têm essa missão.

Então, não vou me somar a muitos que criticam, e que, muitas vezes, não oferecem alternativas de solução. Eu prefiro me colocar com os meus pares, sob a égide daqueles que, muitas vezes, fazem sugestões, otimizam, dão conselhos e partilham com vocês as dificuldades.

Estamos prestes a soltar um artigo sobre a questão do orçamento deficitário, porque entendemos que, a partir de agora, todos nós, a qualquer suspiro, a qualquer vento frio lá do Sul – não é, Valter? –, precisamos estar atentos, para que isso não prolifere. Que haja uma voz não só dos senhores, mas do povo brasileiro, que quer um país melhor, respira isso e sonha com isso! Que a gente possa se orgulhar com a nossa ida, mas os nossos filhos e os nossos netos possam absorver essa corrente da sustentabilidade e do desejo de fazermos um país mais decente!

Ao encerrar, mais uma vez, de maneira muito humilde, quero agradecer a todos os conselhos federais, meus irmãos, meus pares, todos os presidentes, todos os colaboradores, todos, enfim, que se entusiasmam e partilham da nossa causa. Que, realmente, a partir deste momento, possamos idealizar e construir outros 50 anos de mais trabalho, de mais dedicação e, realmente, de mais fundamentação e consistência, para que o administrador possa desempenhar com altivez o seu trabalho!

Queria agradecer, primeiramente, a Deus; agradecer aos senhores que estão aqui conosco; ao pessoal da Mesa; e, particularmente, ao Senador Donizete por esta sessão solene. Que Deus nos inspire e nos abençoe, para que, de fato, possamos exercer a profissão, defendendo os ideais de conquista, os sonhos dos administradores e o sonho do povo brasileiro! Sejam todos muito felizes e tenham uma ótima tarde!

Até o dia de amanhã. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Eu, pessoalmente, Presidente Sebastião, quero agradecer a oportunidade que tenho de estar nesta Mesa hoje. Quando fui convidado, só procurei indagar a mim se eu estava à altura de representar a categoria nesse processo. Ao compreender que, se não estava, eu me prepararia durante o processo, resolvi assumir. Então, eu tenho muito a agradecer ao Conselho Federal de Administração; a agradecer às pessoas; e, no seu nome, quero agradecer a todos os dirigentes, por essa oportunidade de estar aqui hoje.

Nós também temos a presença aqui do Senador Hélio José, pelo Distrito Federal, a quem agradeço a presença.

Pergunto ao Senador Elmano Férrer se ele quer fazer uso da palavra.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Com a palavra, Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco União e Força/PTB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu Presidente, Donizeti Nogueira, eu queria parabenizá-lo inicialmente pela oportunidade que facultou a todos nós, principalmente aos administradores do Brasil, de estarmos presentes aqui, no Senado, no momento em que celebram 50 anos, creio que de regulamentação da profissão de administrador.

Queria cumprimentar a todos, na pessoa do Sebastião Luiz de Mello, Presidente do Conselho Federal de Administração; cumprimentar também o Carlos Henrique, que é nosso conterrâneo, tenho uma admiração muito grande por ele, já foi Presidente do Conselho Regional de Administração do Piauí; e hoje é do Conselho Federal desta importante categoria.

Eu queria dar um testemunho de que eu vi nascer, parece-me, há 54 anos, a primeira escola de administração pública, em Fortaleza, no Ceará, mais ou menos 50... Aqui deve haver alguns cearenses da área que devem testemunhar isso, saber disso. E vi o quanto foi importante aquela escola de administração. Também vi nascer várias outras escolas de administração de empresas.

Sei – este é o testemunho que queria trazer aqui – que estamos num momento difícil, só se fala em crise. Mas vi nesta revista, que, por sinal, recebo em minha casa, pois minha mulher é administradora, embora não exerça essa brilhante e importante profissão, que, falando em crise, realmente temos uma crise, não apenas uma crise econômica e política, mas sobretudo uma crise ética, uma crise moral. A maior de todas, no meu entendimento, é a crise do Estado brasileiro.

Dentro dela, à luz da realidade que vive o Estado brasileiro, os Estados federados, os Municípios e até, permitam-me, as empresas de todas as áreas, da indústria, do comércio, do agronegócio, de serviços, etc., o grande problema que temos chama-se gestão. Gestão. Esse é o problema.

Talvez se os senhores estivessem, se essa categoria profissional estivesse no lugar que lhe é devido, à frente das instituições públicas, como administradores... (*Palmas.*)

Fui prefeito de uma cidade, Teresina, capital do Estado do Piauí. Aliás, não fui prefeito, fui, de fato, um mestre de obras, fui, de fato, um cuidador da cidade, e senti que os administradores não estavam onde deveriam estar. Talvez, por isso, nós hoje padecemos e assistimos com tristeza ao sucateamento, ao desmoronamento, ao caos das nossas instituições.

Sei, tenho convicção, permita-me dizer, meu querido Donizeti, que V. Ex^a, que honra e dignifica essa categoria profissional, poderia ser uma voz, e já está sendo, nesta Casa, para levantar essa questão da gestão não só pública, mas de empresas, de fundações, etc., e que a profissão que o nobre Senador abraçou passasse, de fato e de direito, a ocupar o lugar que foi reservado há cinquenta anos para a categoria de administradores. (*Palmas.*)

Então, era o testemunho que eu queria trazer nesta oportunidade, antes de ser Senador, mas de servidor público que ao longo de quase cinquenta anos serviu a coisa pública sem se servir dela, tendo-a como sacerdócio. E é isso que deve encarnar o servidor, seja servidor público, seja servidor de empresa privada. Nós temos que profissionalizar as instituições, sobretudo as instituições públicas.

Portanto, sem querer tomar mais o tempo de vocês, porque falamos muito e dizemos o que não devemos dizer, eu queria me congratular com todos os senhores administradores e todas as senhoras administradoras do Brasil e dizer que ressentimos, sobretudo, neste País e em qualquer lugar em que estejamos, a ausência dos administradores, que passam cinco, quatro anos em uma universidade, em uma faculdade – até mesmo os tecnólogos, de curta duração –, preparando-se para os lugares que lhes são devidos. Entretanto, essa burocracia,

que atrapalha tudo, não permite até que a lei estabelece que os senhores e as senhoras ocupem os lugares que lhes são devidos. Eu espero que tenhamos, amanhã, os senhores ocupando cargos de direção em muitas instituições reservados aos senhores e às senhoras administradores do Brasil.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que eu tinha a fazer neste instante, nesta hora, aqui, neste momento tão feliz para V. Ex^a e para todos os administradores dos Paí^s, inclusive a minha mulher, que é administradora. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Elmano Férrer. Aproveito para elogiar suas palavras e dizer que precisamos do seu apoio irrestrito, mas não sem debater a iniciativa do projeto de lei que, em um trabalho coletivo do Conselho Federal de Administração e dos conselhos regionais, nós apresentamos nesta Casa, e está em tramitação.

Vamos precisar muito do seu apoio, assim como do apoio de todos os Senadores.

É certo que não é uma tarefa fácil. Nós trouxemos para a agenda um tema importantíssimo, que está espelhado no que o senhor acaba de falar: na necessidade não de ter uma reserva de mercado, mas de colocar nossas competências, nossa *expertise* a serviço do Paí^s, e também de não sermos ingênuos, que o espaço para o qual nós nos preparamos para exercer não seja ocupado por pessoas que não têm a devida preparação para o exercício daquilo para o que estamos qualificados.

O projeto de lei em tramitação na Casa precisa ser bem debatido, bem discutido. Certamente, vamos contar com o carinho e com a atenção do Senador Romero Jucá, que é o Relator do projeto, e, sobretudo, com o apoio dos demais Senadores.

Por isso, quero passar a palavra para o Senador Hélio José, do Distrito Federal, para um breve pronunciamento sobre esta data tão importante para todos nós.

O SR. HÉLIO JOSÉ (Bloco Maioria/PSD - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Quero cumprimentar o Presidente em exercício, nosso querido Senador Donizeti, signatário da presente sessão e todos os administradores aqui presentes.

Esta sessão é muito importante. Eu sou engenheiro de formação, engenheiro eletricista. Sei que o administrador, como o nosso querido Senador Elmano Férrer, do Piauí, acabou de testemunhar, tem uma tarefa fundamental na questão da desburocratização e na organização de métodos de funcionamento da máquina. Portanto, precisa realmente ser cada vez mais valorizado.

Quero cumprimentar o Presidente do Conselho Federal de Administração, Sr. Sebastião Luiz de Mello – acho que é muito importante, Sebastião, esta data –; o Vice-Presidente do Conselho Federal de Administração, Sr. Sérgio Pereira Lobo – parabéns –; o Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração pelo Estado do Acre, Sr. Marcos Clay Lucio da Silva; e o Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração do Distrito Federal, Sr. Carlos Alberto Ferreira Júnior.

Eu coloco à disposição o meu gabinete no Senado Federal para auxiliar o nosso administrador Donizeti.

O que eu puder fazer, como engenheiro e como Senador por Brasília, para ajudar, estou às ordens para discutir e apoiar os projetos.

Também quero cumprimentar a Ione Macêdo de Medeiros Salem, que é do Conselho Federal de Administração do Estado do Rio Grande do Norte; e o Sr. Rogério Ramos de Souza, Conselheiro Federal do Conselho Federal de Administração do Estado do nosso signatário, do nosso Presidente, o Senador Donizeti.

Por fim, quero cumprimentar todos aqui presentes.

Rapidamente, quero dizer que o meu gabinete aqui no Senado está à disposição. Sendo engenheiro e Senador por Brasília, estou aqui para trabalhar pela desburocratização e pela praticidade dos sistemas para que tenhamos, de verdade, uma gestão mais prática, mais construtiva e menos burocrática.

E os administradores são fundamentais nessa questão, pois são formados exatamente para isto: para empurrar ou para facilitar. E como acho que é mais para facilitar, fiz questão de vir aqui saudá-los. Estou fazendo um discurso de improviso, já que a correria desta Casa é muito grande neste momento. Então, fiz questão de vir aqui saudá-los, cumprimentá-los e deixar claro para o nosso Senador Donizeti que ele conta com um parceiro para essa causa dos administradores, para essa causa importante. (*Palmas.*)

E, neste momento de crise por que passa o nosso Paí^s, e também Brasília, tenho certeza de que essa classe pode colaborar muito.

Sou Vice-Líder do Governo, e, no Palácio do Planalto, quando nós nos sentamos, imaginamos, pensamos e discutimos situações e saídas, mas não está havendo muita luz no fim do túnel. Precisamos que todos sejam parceiros para que haja a criatividade necessária a fim de superarmos a crise, tanto no Brasil como em Brasília.

Ontem mesmo, o Governador Rollemberg nos chamou, eu e todos do meu Partido, à Granja do Torto, para deixar claro que não há salário garantido no mês de novembro e no de dezembro, tendo em vista o pro-

blema que está acontecendo no Distrito Federal, na Capital do País. Imaginem vocês o caos que será para esta cidade se o seu maior patrimônio, que é o servidor público, federal ou distrital, ou seja, quem mais faz circular recursos no DF, não receber seus salários.

Neste momento, a crise é tão grande, que não há garantia disso.

Eu sou Relator da CMO, da Comissão Mista do Orçamento. Lá na CMO, em que sou Relator da Indústria, do Comércio e da Micro e Pequena Empresa, a LDO foi com um superávit de R\$40 bilhões, a LOA veio com um déficit de R\$30 bilhões, nós estamos com uma diferença de R\$70 bilhões.

Neste momento, nós estamos esperando o Governo apresentar as possibilidades de corte. Está difícil, como a Presidente da República já afirmou, ver onde se corta mais, mas é preciso cortar. É aí que entra a importância dessa carreira, também, para nos ajudar.

Eu, como Relator da Indústria, do Comércio e da Micro e Pequena Empresa, qualquer colaboração que eu puder receber – ouviu, colega, você que é de Brasília? –, eu estou às ordens. Frequentemente participo das reuniões do Orçamento da União para o ano que vem e sei das dificuldades.

Para encerrar, quero dizer que, nesta Casa, apresentei um projeto chamado Invest Brasil, ou seja, uma Agência Brasileira de Negócios, em que procuramos trazer capital internacional para investir no PAC, para investir no PIL, para investir na infraestrutura nacional, já que há estagnação do mercado interno neste momento, e todos enfrentam dificuldade financeira. Nós sabemos dos grandes fundos do BRICS, dos grandes fundos dos árabes, dos grandes fundos de alguns mercados que poderiam investir e que, devido às especulações e algumas dificuldades burocráticas, não estão investindo.

Por isso, lançamos esse projeto Invest Brasil, que está na Agenda Brasil de discussão. E gostaria que vocês acompanhassem a Agenda Brasil. Eu, também, na Agência Brasil, tenho dois outros projetos relacionados a energia solar, energia alternativa e energia vinda do lixo, da pirólise, a fim de que pequenos municípios não poluam o ambiente, mas transformem esses resíduos sólidos em energia para o desenvolvimento industrial, empresarial, etc. Então, toda ajuda é bem-vinda.

Eu quero agradecer a todos e me colocar, mais uma vez, às ordens. Eu fico muito honrado de vir aqui parabenizar os colegas administradores.

Nós do Sistema Confea/Crea, que é a minha organização, sabemos como são importantes essas organizações, esses conselhos, para que possamos estar realmente na práxis, colocando os pingos nos is, como o Elmano já disse, e falou por todos nós, corretamente, para podermos tirar o País desta situação.

Obrigado, Donizete. Um abraço. Um abraço a todos. Estamos às ordens.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Senador Hélio José, por estar presente aqui conosco nesta tarde. Aliás, o senhor está sempre presente. Já tive oportunidade de fazer aqui uma sessão em homenagem ao Grito da Terra Brasil, e o Senador Hélio José veio colaborar conosco.

Terminamos as falas oficiais. Gostaria de saber se, no Plenário ou aqui na Mesa, há mais algum Administrador ou alguma Administradora que queira fazer uso da palavra. Não ouvimos as mulheres ainda...

Por favor, pode ficar à vontade. Diga seu nome para nós por favor.

A SR^a ANA CLÁUDIA MOTA – Meu nome é Ana Cláudia. Sou Administradora, gestora imobiliária, corretora e acadêmica do curso de Direito.

Quero parabenizar todas as autoridades aqui do CFA e todos os Administradores e autoridades políticas.

Ressalto – e parabenizo – o que disse o Senador do Piauí: ele falou que os Administradores ainda não estão ingressando no lugar certo na sociedade. Então, temos que ser mais valorizados, respeitados e reconhecidos, porque temos o papel de fazer uma boa gestão, executar e solucionar o problema, tanto da sociedade como das empresas, e cuidar das pessoas, tanto das empresas como dos cidadãos da sociedade. Tanto o administrador público como o privado têm essa função.

A minha função é solucionar os problemas da sociedade, das pessoas, tanto como administradora dentro de uma empresa, como administradora pública – não sou ainda administradora pública, mas um dia pretendo ser.

A nossa profissão, mais uma vez, como falei, tem que ser respeitada, reconhecida e valorizada, porque temos uma missão para o Brasil: solucionar os problemas, ajudar as pessoas, reconhecer o ser humano, agir com ética e honestidade acima de tudo.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Muito obrigado, colega Administradora, pelas palavras.

Mais alguém?

Diga seu nome por favor.

O SR. ITAMAR REVOREDO KUNERT – Boa-tarde.

Meu nome é Itamar Revoredo Kunert, sou Secretário-Geral da Febrad, a Federação Brasileira dos Administradores, e é uma honra estar aqui participando deste evento da nossa categoria em 50 anos.

Temos muito a falar dessa categoria que nos traz muito orgulho. Hoje estamos passando por um problema enorme neste País, um problema em relação ao qual esta categoria poderia estar contribuindo com as autoridades. Refiro-me ao contexto das dificuldades que o País está enfrentando na área industrial, na área do emprego.

É um desafio para nós daqui para frente, até dentro desse PL que o senhor está comandando, solidificar algumas divergências que nós temos quanto à relação capital e trabalho neste País, na qual as empresas se utilizam muito da parte de dar cargos e funções aos nossos profissionais de Administração, o que nos cria uma série de problemas nessa relação capital-trabalho dentro da área do salário, da área dos benefícios.

Nós temos alguns desafios a enfrentar dentro desse projeto com o senhor, nós do movimento sindical, principalmente da Febrad – estamos falando em nome da Febrad –, pelo trabalho que nós executamos no Brasil, onde nós temos acordo coletivo com a Eletrobras, temos acordos coletivos com a área portuária, já fizemos parte do Conselho de Educação da USP. Ou seja, a nossa Federação vem desenvolvendo um trabalho no sentido de o Administrador ocupar o seu espaço.

E aí nós pedimos a todos os conselheiros que estão aqui, do sistema CFA, que entrem na discussão desse novo PL, porque nós seremos os atores desse projeto, e os atores desse projeto têm uma grande responsabilidade, porque um projeto desse nível, que está nesta Casa, automaticamente vai trazer uma série de desmembramentos que nós teremos que acertar – por exemplo: no Cadastro Brasileiro de Mão de Obra nós vamos ter que acertar muita coisa.

O movimento sindical tem muito a contribuir. Nós queremos contribuir e estaremos aqui sempre, nesta Casa, para contribuir.

Parabéns aos Administradores deste País. Nós precisamos, cada vez mais, participar deste Governo para que possamos encontrar o caminho para sair dessa crise, que pode ser tranquilamente resolvida – por causa da falta de gestão por que nós estamos passando neste País.

O meu muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Secretário, por sua participação. Nós estamos abertos ao diálogo. Certamente, a cada momento, nós poderemos melhorar esse projeto em benefício da categoria.

Agora com a palavra outro nobre Administrador, que vai se apresentar – o Presidente do CRA do Rio Grande do Sul, está me informando aqui o Presidente Sebastião.

O SR. VALTER LUIZ DE LEMOS – Meu nome é Valter Luiz de Lemos, eu sou o Presidente do CRA do Rio Grande do Sul.

Saímos, semana passada, de um grande encontro em Porto Alegre, onde nós apreciamos grandes conferencistas, inclusive tecendo considerações sobre a crise brasileira e sobre a própria economia mundial.

Dentre eles, nós destacamos Stephen Kanitz, que fez uma abordagem extraordinária. É um homem realmente muito preparado e conhece perfeitamente a situação econômica do Brasil. Retirei dos seus ensinamentos naquela ocasião que está na hora de o Brasil reconhecer a Ciência Administrativa em substituição à política econômica. Todas as vezes que nós deixamos de reconhecer a Ciência Administrativa, nós temos consequências – porque tentamos arrumar a casa pela política econômica. Esse é o processo que normalmente está acontecendo nas nossas economias – o Senador Elmano citou muito bem essa condição inequívoca: nós estamos errando estrategicamente.

Recordo-me perfeitamente de uma ocasião em que estive na Alemanha assistindo a uma conferência de um prefeito recém-eleito. Esse prefeito foi instado por uma pergunta de um brasileiro: "Prefeito, o senhor foi recentemente eleito. O senhor traz para a sua gestão uma responsabilidade muito grande em relação à sua população". Perguntado quantos assessores ele levaria para a prefeitura e qual era o seu plano de governo, ele olhou, surpreendido com a pergunta, e disse assim: "Primeiro, o meu plano de governo é fazer pequenos ajustes no planejamento de dez anos que nós já temos. Segundo, eu levo três assessores comigo: uma secretaria e dois assessores técnicos".

Os brasileiros que estavam ali deram risada, deram risada ao confrontarem as ideias e os pensamentos no Brasil: um prefeito, quando entra num Município – estou falando de um prefeito, mas posso falar de um governador e até mesmo da nossa República –, ele leva uma quantidade enorme de partidários políticos. E o que eles fazem? Trocam os cargos de provimento efetivo pelos cargos comissionados, e a máquina fica emperrada e inchada. Nós temos que rever isso.

Evidentemente que nós temos que considerar o partido político, mas o partido como ideologia, como transformação, e não com a utilização da máquina administrativa. Então, essa máquina administrativa precisa ser repensada.

Gostei da ideia de nos chamarem para discutir esse assunto. Que bom se pudéssemos realmente participar! Temos ideias, sim, temos compromissos também com a Nação brasileira, principalmente nessa transformação – se pudermos fazê-lo evidentemente. Vamos utilizar a Ciência Administrativa para transformar o Brasil em substituição à política econômica. A política econômica é só para corrigir o erro da má gestão. É isso que estamos vivendo no Brasil. Nós estamos vendo e a população está vendo: nós estamos gastando muito mais do que podemos para pagar esse passado de erros administrativos acumulados.

Estamos à disposição sim, Srs. Senadores.

Muito obrigado por esta oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Nós é que agradecemos, Presidente.

Agradeço também a presença do Senador Paulo Rocha, meu amigo do Pará. O microfone está aberto se V. Ex^a quiser fazer alguma consideração sobre a homenagem.

Informo, Presidente, que, ao chegar a esta Casa, tenho questionado que Brasil nós queremos construir para os próximos 30 anos? Quanto ele custa? Como vamos construí-lo? Quem vai pagar a conta?

Apresentei uma emenda ao art. 165 da Constituição Brasileira para acrescentar, no inciso I, o planejamento estratégico de longo prazo, porque considero que, sem um planejamento estratégico, vamos ter dificuldade para ter políticas de Estado. Nós teremos políticas de governo, mas, por melhor que elas possam ser, poderão sofrer descontinuidade permanentemente, porque mudam os governos. Um planejamento estratégico com visão de 20, 30 anos pode nortear e gerenciar esse processo.

Concordo: temos crise de gestão no País e, como disse bem aqui nosso colega de Brasília, não é só na administração pública, é também na privada.

Acabamos de fazer uma audiência pública na Comissão de Educação para tratar da internet de banda larga para a zona rural. O representante das empresas colocou as dificuldades que enfrentam. Então, temos responsabilidades a cumprir com este País.

Como não há mais ninguém inscrito, vou passar a palavra ao Presidente, que pediu para fazer mais um pronunciamento. Em seguida farei a fala de encerramento desta brilhante sessão nesta tarde maravilhosa de quinta-feira aqui no Senado Federal.

O SR. SEBASTIÃO LUIZ DE MELLO – Bem, pedi a palavra mais uma vez ao Senador, primeiro, para compartilhar com o que colocou o Senador Elmano. Parece que o Senador aquilatou e leu cada sentimento de cada um aqui presente.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Está bem orientado pela esposa! (*Risos.*)

O SR. SEBASTIÃO LUIZ DE MELLO – Ficam aí nosso compartilhamento e os nossos agradecimentos ao outro Senador, que acho que não está mais aqui, do DF, e a todos os outros Senadores. Temos lá no fundo também o nosso assessor parlamentar e depois vamos dar forma a essas coisas.

Bem, Senador Donizeti, o senhor não vai poder estar conosco amanhã na sessão solene. Nós tínhamos idealizado uma sessão para amanhã e algumas pessoas foram escolhidas para serem homenageadas, dentre elas, o senhor. Aproveito, então, para passar as suas mãos o primeiro troféu dos 50 anos da profissão, por sua audácia, por sua ousadia e por ter apresentado esse projeto de lei que muito nos honra.

Convido a Ione e o Rogério para entregarem o troféu ao Senador. (*Palmas.*)

(Procede-se à entrega do Troféu de 50 anos da Profissão de Administrador ao Sr. Donizeti Nogueira.)

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Obrigado, Ione.

A SR^a IONE MACÊDO DE MEDEIROS SALEM – Parabéns e muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Há um poeta amigo que disse que um poeta, Senador Elmano, não cria, ele imita, ele lê as coisas que acontecem e as transforma em poesia para alimentar nossa alma.

Nós, os Administradores, precisamos ser poetas da gestão, ter a capacidade de ler os cenários, analisá-los e construir as saídas para que possam ser alcançados os resultados necessários para o bem-estar de cada homem e de cada mulher neste Planeta.

E aí eu gosto de uma música de um poeta já falecido, compositor, que é o Gonzaguinha. E o Gonzaguinha diz:

Eu fico com a pureza

Da resposta das crianças
É a vida, é bonita
E é bonita
Viver
E não ter a vergonha
De ser feliz
Cantar e cantar e cantar
A beleza de ser
Um eterno aprendiz.
Isso é que eu penso que nós precisamos ser: eternos aprendizes.
Ah, meu Deus!
Eu sei, eu sei
Que a vida devia ser
Bem melhor e será
Mas isso não impede
Que eu repita
É bonita, é bonita
E é bonita
E a vida
E a vida o que é?
Diga lá, meu irmão
Ela é a batida de um coração
Ela é uma doce ilusão
E a vida
Ela é maravilha ou é sofrimento?
Ela é alegria ou lamento?
O que é?
O que é, meu irmão?
Há quem fale
Que a vida da gente
É um nada no mundo
É uma gota, é um tempo
Que nem dá um segundo
Há quem fale
Que é um divino
Mistério profundo
É o sopro do criador
Numa atitude repleta de amor.

Gerir é um ato de amor. Não é possível gerir, nas relações humanas, se a gente não amar a gente. A gente precisa amar as pessoas. E aí eu fico com o poeta Renato Russo, que diz que a gente deve “amar as pessoas como se não houvesse amanhã, porque, se formos parar para pensar, na verdade não há”.

E aí eu falo com a juventude. A juventude não é o futuro. A juventude é o presente. Se alguém vive da afirmação de que a juventude é o futuro, é porque não cumpre a responsabilidade de criar as oportunidades necessárias, de preparar a juventude para exercitar esse futuro. Então, a juventude é o presente, e é nesse presente que nós precisamos investir, para gerar as oportunidades que livrem a juventude do encarceramento, que livrem a juventude da marginalidade. Que disputemos com a mão dura do Estado, quando precisar, para punir; mas que a gente tenha a mão terna para acolher e incluir a juventude brasileira no processo de desenvolvimento que o nosso País clama e vem seguindo.

Então, nesta tarde, eu só posso agradecer, meu amigo Rogério, a todos vocês aqui presentes, por ser eu hoje quem está presidindo esta sessão solene, de comemoração do Dia do Administrador, e mais, dos 50 anos da nossa profissão, da comemoração do Jubileu de Ouro.

Infelizmente, eu não posso estar no baile amanhã, porque nós temos família, e um irmão da minha esposa resolveu casar justamente amanhã, depois que eu já tinha marcado aqui. Eu agradeço nós termos tido a oportunidade de transferir para hoje, porque amanhã não poderei estar aqui.

Então, despeço-me agradecendo aos nossos colaboradores aqui do Senado; a todas as administradores e administradores aqui presentes; a meus colegas Senadores ainda presentes aqui, o Senador Paulo Rocha, o Senador Elmano Férrer e o Senador Valdir Raupp, que vai colaborar conosco, está comprometido com a tramitação do projeto, como os demais; e ao Presidente, Renan Calheiros, que, tão gentilmente, cedeu-nos o espaço para hoje podermos estar realizando esta sessão solene.

Obrigado, um beijo no coração de cada um e cada uma, um abraço na alma de todos.

Viva o Brasil e vivam os administradores do Brasil! (Palmas.)

DISCURSO ENCAMINHADO À PUBLICAÇÃO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 203 DO REGIMENTO INTERNO.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Apoio Governo/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, quero saudar e externar meu respeito aos profissionais da administração pela passagem do 9 de Setembro – Dia do Administrador.

Hoje são mais de 390 mil administradores registrados oficialmente no Brasil. E a cada ano esse número vem crescendo.

Uma categoria profissional que é responsável por gerenciar uma organização, em diversas áreas.

Ele, o administrador, pode trabalhar em empresas familiares, gestão de pessoas, marketing, consultoria, tecnologia da informação, administração financeira, comércio internacional, professor de graduação, gestão estratégica, entre outros.

Para exercer a profissão de administrador é exigido o curso de ensino superior em Administração de Empresas.

9 de setembro foi escolhido por ser a dia da assinatura da Lei nº 4769, de 9 de setembro de 1965, que regulamentou a profissão de Administrador no Brasil. A data também foi instituída pela Resolução CFA nº 65/68, de 09/12/68.

Cito aqui uma bela mensagem, que quando se fala em administradores, temos que lembra-la:

Administrar é olhar para o passado, narrar o presente e preparar alternativas melhores para o futuro.

Com ela se converte sonho em realidade, talento em sucesso.

Criamos capacidade e proporcionamos construção de riquezas, inovações e expressamos de várias maneiras o nosso amor pela profissão.

Portanto, Sr. Presidente. Mais uma vez deixo meus parabéns aos profissionais da administração pela passagem de tão importante data.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Donizeti Nogueira. Bloco Apoio Governo/PT - TO) – Está encerrada a presente sessão solene.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 49 minutos.)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PT - Walter Pinheiro*
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Bloco-PSB - Romário**

Maranhão

Bloco-PMDB - Edison Lobão*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Bloco-PMDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Douglas Cintra* (S)
Bloco-PT - Humberto Costa*
Bloco-PSB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira*
S/Partido - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Bloco-PDT - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PR - Blairo Maggi*
Bloco-PPS - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PDT - Lasier Martins**

Ceará

Bloco-PMDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PMDB - Raimundo Lira* (S)
Bloco-PMDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PMDB - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PTB - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalírio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Bloco-PMDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Bloco-PMDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSC - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Bloco-PMDB - Sandra Braga* (S)
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Bloco-PMDB - Roberto Requião*
Bloco-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio do Amaral*
Bloco-PMDB - Waldemir Moka*
Bloco-PMDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PDT - Cristovam Buarque*
Bloco-PSD - Hélio José* (S)
Bloco-PDT - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Ivo Cassol*
Bloco-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PT - Donizeti Nogueira** (S)

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PT - Angela Portela*
Bloco-PMDB - Romero Jucá*
Bloco-PDT - Telmário Mota**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-13 / PDT-6 / PP-5

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ana Amélia.	PP / RS
Angela Portela.	PT / RR
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Cristovam Buarque.	PDT / DF
Delcídio do Amaral.	PT / MS
Donizeti Nogueira.	PT / TO
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gladson Cameli.	PP / AC
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Ivo Cassol.	PP / RO
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Lasier Martins.	PDT / RS
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI
Reguffe.	PDT / DF
Telmário Mota.	PDT / RR
Walter Pinheiro.	PT / BA
Zeze Perrella.	PDT / MG

Bloco da Maioria - 21

PMDB-17 / PSD-4

Dário Berger.	PMDB / SC
Edison Lobão.	PMDB / MA
Eunício Oliveira.	PMDB / CE
Garibaldi Alves Filho.	PMDB / RN
Hélio José.	PSD / DF
Jader Barbalho.	PMDB / PA
João Alberto Souza.	PMDB / MA
José Maranhão.	PMDB / PB
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PMDB / PB
Renan Calheiros.	PMDB / AL
Ricardo Ferraço.	PMDB / ES
Roberto Requião.	PMDB / PR
Romero Jucá.	PMDB / RR
Rose de Freitas.	PMDB / ES
Sandra Braga.	PMDB / AM
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Simone Tebet.	PMDB / MS
Valdir Raupp.	PMDB / RO
Waldemir Moka.	PMDB / MS

Bloco Parlamentar da Oposição - 16

PSDB-11 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Aloysio Nunes Ferreira.	PSDB / SP
Alvaro Dias.	PSDB / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalírio Beber.	PSDB / SC

Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Morais.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia - 10

PSB-7 / PPS-1 / PSOL-1 / PCdoB-1

Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Fernando Bezerra Coelho.	PSB / PE
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PPS / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	PSOL / AP
Roberto Rocha.	PSB / MA
Romário.	PSB / RJ
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar União e Força - 9

PTB-3 / PR-4 / PSC-1 / PRB-1

Blairo Maggi.	PR / MT
Douglas Cintra.	PTB / PE
Eduardo Amorim.	PSC / SE
Elmano Férrer.	PTB / PI
Fernando Collor.	PTB / AL
Magno Malta.	PR / ES
Marcelo Crivella.	PRB / RJ
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Marta Suplicy.	SP
----------------	----

Bloco de Apoio ao Governo.	24
Bloco da Maioria.	21
Bloco Parlamentar da Oposição.	16
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia.	10
Bloco Parlamentar União e Força.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)
 Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)
 Aloysio Nunes Ferreira* (Bloco-PSDB-SP)
 Alvaro Dias** (Bloco-PSDB-PR)
 Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)
 Angela Portela* (Bloco-PT-RR)
 Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)
 Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)
 Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)
 Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)
 Blairo Maggi* (Bloco-PR-MT)
 Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)
 Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)
 Cristovam Buarque* (Bloco-PDT-DF)
 Dalírio Beber* (Bloco-PSDB-SC)
 Dário Berger** (Bloco-PMDB-SC)
 Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)
 Delcídio do Amaral* (Bloco-PT-MS)
 Donizeti Nogueira** (Bloco-PT-TO)
 Douglas Cintra* (Bloco-PTB-PE)
 Edison Lobão* (Bloco-PMDB-MA)
 Eduardo Amorim* (Bloco-PSC-SE)
 Elmano Férrer** (Bloco-PTB-PI)
 Eunício Oliveira* (Bloco-PMDB-CE)
 Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)
 Fernando Bezerra Coelho** (Bloco-PSB-PE)
 Fernando Collor** (Bloco-PTB-AL)

Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)
 Garibaldi Alves Filho* (Bloco-PMDB-RN)
 Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)
 Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)
 Hélio José* (Bloco-PSD-DF)
 Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)
 Ivo Cassol* (Bloco-PP-RO)
 Jader Barbalho* (Bloco-PMDB-PA)
 João Alberto Souza* (Bloco-PMDB-MA)
 João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)
 Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)
 José Agripino* (Bloco-DEM-RN)
 José Maranhão** (Bloco-PMDB-PB)
 José Medeiros* (Bloco-PPS-MT)
 José Pimentel* (Bloco-PT-CE)
 José Serra** (Bloco-PSDB-SP)
 Lasier Martins** (Bloco-PDT-RS)
 Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)
 Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)
 Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)
 Magno Malta* (Bloco-PR-ES)
 Marcelo Crivella* (Bloco-PRB-RJ)
 Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)
 Marta Suplicy* (S/Partido-SP)
 Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)
 Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)
 Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)

Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)
 Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)
 Raimundo Lira* (Bloco-PMDB-PB)
 Randolfe Rodrigues* (Bloco-PSOL-AP)
 Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
 Reguffe** (Bloco-PDT-DF)
 Renan Calheiros* (Bloco-PMDB-AL)
 Ricardo Ferraço* (Bloco-PMDB-ES)
 Roberto Requião* (Bloco-PMDB-PR)
 Roberto Rocha** (Bloco-PSB-MA)
 Romário** (Bloco-PSB-RJ)
 Romero Jucá* (Bloco-PMDB-RR)
 Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
 Rose de Freitas** (Bloco-PMDB-ES)
 Sandra Braga* (Bloco-PMDB-AM)
 Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
 Simone Tebet** (Bloco-PMDB-MS)
 Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
 Telmário Mota** (Bloco-PDT-RR)
 Valdir Raupp* (Bloco-PMDB-RO)
 Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
 Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
 Waldemir Moka* (Bloco-PMDB-MS)
 Walter Pinheiro* (Bloco-PT-BA)
 Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
 Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
 Zeze Perrella* (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1º VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Vicentinho Alves - (PR-TO)

2º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (PDT-MG)

3º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

4ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º João Alberto Souza - (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer - (PTB-PI)

4º Douglas Cintra - (PTB-PE)

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PP) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (22,25)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (10,36) Benedito de Lira (12,16,44) Walter Pinheiro (31,35,43) Telmário Mota (9,34,41,52) Regina Sousa (42)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa (22,25)</p> <p>Vice-Líderes do PT Paulo Rocha (32,49) Walter Pinheiro (31,35,43) Lindbergh Farias (30) Fátima Bezerra (38)</p> <p>Líder do PDT - 6</p> <p>Acir Gurgacz (10,36)</p> <p>Vice-Líder do PDT Telmário Mota (9,34,41,52)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Benedito de Lira (12,16,44)</p>	<p>Bloco da Maioria (PMDB/PSD) - 21</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 17</p> <p>Líder do PSD - 4</p> <p>Omar Aziz (18)</p> <p>Vice-Líder do PSD Sérgio Petecão (19)</p>	<p>Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Alvaro Dias - PSDB (20)</p> <p>Vice-Líderes Ataídes Oliveira (33) Wilder Moraes (46) Antonio Anastasia (47)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11</p> <p>Cássio Cunha Lima (11)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Paulo Bauer (23) Aloysio Nunes Ferreira (40)</p> <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Ronaldo Caiado (3)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (39)</p>
<p>Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB/PPS/PSOL/PCdoB) - 10</p> <p>Líder Lídice da Mata - PSB (13,26)</p> <p>Vice-Líderes José Medeiros (14,15,27) Vanessa Grazziotin (21,28) Randolfe Rodrigues (24,29)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 7</p> <p>João Capiberibe (1,17)</p> <p>Vice-Líder do PSB Roberto Rocha (45)</p> <p>Líder do PPS - 1</p> <p>José Medeiros (14,15,27)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (24,29)</p> <p>Líder do PCdoB - 1</p> <p>Vanessa Grazziotin (21,28)</p>	<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PRB) - 9</p> <p>Líder Fernando Collor - PTB (7,8)</p> <p>Vice-Líderes Blairo Maggi (6) Eduardo Amorim (5) Marcelo Crivella (2,4)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 3</p> <p>Fernando Collor (7,8)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Blairo Maggi (6)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (5)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella (2,4)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Delcídio do Amaral - PT (48)</p> <p>Vice-Líderes Hélio José (50) Paulo Rocha (32,49) Wellington Fagundes (51) Telmário Mota (9,34,41,52)</p>

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).
3. Em 01.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. s/n-2015/DEM).
4. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
7. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
8. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
9. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
10. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
11. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).

12. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).

15. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

16. Em 03.02.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. s/n GSCN),,

17. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).

18. Em 03.02.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).

19. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).

20. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).

21. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).

22. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).

23. Em 10.02.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 12/15 GLPSDB).

24. Em 11.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do PSOL (Of. 3/2015/GSRROD).

25. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).

26. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);

27. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).

28. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).

29. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).

30. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).

31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).

32. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).

33. Em 03.03.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).

34. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).

35. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).

36. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).

37. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).

38. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).

39. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).

40. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).

41. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).

42. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).

43. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).

44. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado 2º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (Of. 32/2015-GLDBAG).

45. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB)

46. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Morais foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).

47. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).

48. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).

49. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).

50. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).

51. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).

52. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 04/02/2014

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO ECA NOS ESTADOS E MUNICÍPIOS

Finalidade: Avaliar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos Estados e Municípios.

Requerimento nº 700, de 2015

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRATAR DAS AGÊNCIAS REGULADORAS PERTINENTES À COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Finalidade: Visitar a Casa Civil e tratar sobre a situação atual das agências reguladoras pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Requerimento nº 231, de 2015

Número de membros: 3

MEMBROS

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROCEDER DILIGÊNCIAS NAS OBRAS DE RESTAURAÇÃO DA BR-364

Finalidade: Proceder diligências nas obras de restauração da BR-364, no dia 07 de maio de 2015, visando tratar da qualidade dos serviços executados sob responsabilidade do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNTI.

Requerimento nº 419, de 2015

MEMBROS

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA TRAÇAR DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA

Finalidade: Traçar diagnóstico da atual crise hídrica brasileira e de suas consequências e, assim, propor soluções eficazes, prazo de noventa dias.

Requerimento nº 44, de 2015

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DA TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras da Transposição e do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Requerimento nº 40, de 2015

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾

Designação: 07/04/2015

Instalação: 15/04/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Raimundo Lira (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

*. Em 07.04.2015, os Senadores Humberto Costa e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 55/2015-GLDBAG).

**. Em 07.04.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 27/2015-BLUFOR).

***. Em 07.04.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular e a Senadora Lídice da Mata, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 37/2015-GLBSD).

****. Em 07.04.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 91/2015-GLPSDB).

*****. Em 07.04.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 102/2015-GLPMDB).

1. Em 15.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Raimundo Lira e o Senador Humberto Costa, respectivamente, Presidente e Relator deste Colegiado (Memo. 1/2015 - CTBHSF).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33035492

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 19/12/2014

Prazo final prorrogado: 19/06/2015

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figueiredo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br

8) COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DO PLS Nº 131, DE 2015

Finalidade: Analisar o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2015.

Ato do Presidente nº 22, de 2015

Número de membros: 14 titulares e 14 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽¹⁾

Instalação: 05/08/2015

Prazo final: 19/09/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)		
Senador Lindbergh Farias (PT)		1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)		2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)		3. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ciro Nogueira (PP)		4. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		
Senador Otto Alencar (PSD)		1. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)		2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)		3. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)		
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)		1. Senador Dalírio Beber (PSDB)
Senador José Serra (PSDB)		2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)		3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)		
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)		1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador José Medeiros (PPS)		
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Blairo Maggi (PR)		1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
		2. Senador Fernando Collor (PTB)
Sem Partido		
		1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 22, de 4 de agosto de 2015, revoga o Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, e fixa em 14 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Otto Alencar, Lindbergh Farias, Delcídio do Amaral, Cristovam Buarque, Ciro Nogueira, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Flexa Ribeiro, José Serra, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, José Medeiros Blairo Maggi como titulares; e os Senadores Humberto Costa, Fátima Bezerra, Telmário Mtoa, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Raimundo Lira, Dalírio Beber, Tasso Jereissati, Wilder Moraes, Vanessa Grazziotin, Marcelo Crivella, Fernando Collor e Marta Suplicy, como suplentes para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 20, de 14 de julho de 2015, fixa em 27 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque, Telmário Mota, Benedito de Lira, Ciro Nogueira, Eunício Oliveira, Edison Lobão, Roberto Requião, Raimundo Lira, Ricardo Ferraço, Simone Tebet, Otto Alencar, Dalírio Beber, Flexa Ribeiro, José Serra, Tasso Jereissati, Ronaldo Caiado, Wilder Moraes, Antonio Carlos Valadares, Vanessa Grazziotin, José Medeiros, Marcelo Crivella, Blairo Maggi, Fernando Collor para compor a Comissão, indicando ainda o Senador Otto Alencar para presidir o Colegiado.

1. Em 12.08.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Ricardo Ferraço, respectivamente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. nº 3/2015-CTPLS131).

9) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojetos de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas e o trato com o cidadão

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 22/12/2015

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Mauro Roberto Gomes de Mattos

Ives Gandra Martins

Otavio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otavio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

10) COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE REFORMA DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Finalidade: Elaborar anteprojeto de reforma do Código Brasileiro de Aeronáutica.
(Ato do Presidente nº 11, de 2015)

Número de membros: 24

PRESIDENTE: Georges de Moura Ferreira

VICE-PRESIDENTE: Dorieldo Luiz dos Prazeres

RELATORA: Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Designação: 16/06/2015

Instalação: 16/06/2015

Prazo final: 12/12/2015

MEMBROS

Georges de Moura Ferreira

Donizeti de Andrade

Respício Antônio do Espírito Santo Júnior

Maria Helena Fonseca de Souza Rolim

Dorieldo Luiz dos Prazeres

Antônio Ivaldo Machado de Andrade

Celso Faria de Souza

Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira

Tercio Ivan de Barros

Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva

Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira

Kerlington Pimentel de Freitas

Ronei Saggioro Glanzmann

Ricardo Bisinotto Catanant

Thiago Pereira Pedroso

Roberto José Silveira Honorato

Claudio Jorge Pinto Alves

Geraldo Vieira (2)

Enio Paes de Oliveira (1,3)

Ricardo Nogueira da Silva

José Adriano Castanho Ferreira

Ricardo Bernardi

Fernando Silva Alves de Camargo

Carlos Ebner

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 11, de 16 de junho de 2015, fixa em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Georges de Moura Ferreira, Donizeti de Andrade, Respício Antônio do Espírito Santo Júnior, Maria Helena Fonseca de Souza Rolim, Dorieldo Luiz dos Prazeres, Antônio Ivaldo, Celso Faria de Souza, Hugo José Sarubbi Cysneiros de Oliveira, Tercio Ivan de Barros, Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva, Gustavo Adolfo Camargo de Oliveira, Kerlington Pimentel de Freitas, Ronei Saggioro Glanzmann, Ricardo Bisinotto Catanant, Thiago Pereira Pedroso, Roberto José Silveira Honorato, Claudio Jorge Pinto Alves para compor a Comissão, indicando também os Especialistas Georges de Moura Ferreira e Maria Helena Fonseca de Souza Rolim para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente e Relatora do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 16, de 25 de junho de 2015, fixa em 24 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Especialistas Eduardo Sanovicz, Milton Arantes Costa, Ricardo Nogueira da Silva, José Adriano Castanho Ferreira, Ricardo Bernardi, Fernando Silva Alves de Camargo e Carlos Ebner para compor a Comissão.

1. Em 17.08.2015, o Sr. Milton Arantes Costa deixou de compor a comissão (Mem. 12/2015-CERCBA).

2. Em 21.08.2015, o Sr. Geraldo Vieira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 25, de 2015).

3. Em 1º.09.2015, o Sr. Enio Paes de Oliveira foi designado membro da comissão (Ato do Presidente nº 27, de 2015).

Secretário(a): Eduardo do Lago de Sá - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 3303 3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

11) COMISSÃO ESPECIAL PARA O APRIMORAMENTO DO PACTO FEDERATIVO

Finalidade: Debater e propor soluções para o aprimoramento do Pacto Federativo.
(Ato do Presidente nº 8, de 2015)

Número de membros: 18

PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

Designação: 26/05/2015

Instalação: 27/05/2015

Prazo final prorrogado: 23/11/2015

MEMBROS

Senadora Ana Amélia (PP)

Senador Antonio Anastasia (PSDB)

Senador Cristovam Buarque (PDT)

Senador Eduardo Amorim (PSC)

Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)

Senador José Serra (PSDB)

Senador Lindbergh Farias (PT)

Senadora Lúcia Vânia (PSB)

Senadora Marta Suplicy (S/Partido)

Senador Omar Aziz (PSD)

Senador Romero Jucá (PMDB)

Senador Ronaldo Caiado (DEM)

Senadora Simone Tebet (PMDB)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Walter Pinheiro (PT)

Senador Blairo Maggi (PR)

Senador Roberto Rocha (PSB)

Senador Donizeti Nogueira (PT)

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 8, de 26 de maio de 2015, fixa em 15 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Ana Amélia, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Eduardo Amorim, Fernando Bezerra Coelho, José Serra, Lindbergh Farias, Lúcia Vânia, Marta Suplicy, Omar Aziz, Romero Jucá, Ronaldo Caiado, Simone Tebet, Waldemir Moka e Walter Pinheiro para compor a Comissão, indicando também os Senadores Walter Pinheiro, Simone Tebet e Fernando Bezerra Coelho para, respectivamente, ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator do Colegiado.

**. O Ato do Presidente nº 10, 28 de maio de 2015, fixou em 17 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando os Senadores Blairo Maggi e Roberto Rocha para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 14, 25 de junho de 2015, fixou em 18 o quantitativo de membros da Comissão Especial, indicando o Senador Donizeti Nogueira para compor a Comissão.

****. O Ato do Presidente nº 24, de 2015, prorroga por 90 dias o prazo de funcionamento da Comissão.

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes

Telefone(s): 33033508

E-mail: coceti@senado.gov.br

12) COMISSÃO ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Finalidade: Destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento nacional.

RQS 935, de 2015

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 01/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	3. Senador Cristovam Buarque (PDT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽²⁾	4. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽²⁾
Senador Paulo Rocha (PT) ⁽⁵⁾	5. Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁵⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Romero Jucá (PMDB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁷⁾
Senador Otto Alencar (PSD) ⁽⁶⁾	5. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	3. Senador Wilder Moraes (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.
Senador Blairo Maggi (PR)	2.

Notas:

*. Em 26.08.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

**. Em 26.08.2015, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim e Cristovam Buarque, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 105/2015-GLDBAG).

***. Em 26.08.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Simone Tebet, Romero Jucá e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho e Waldemir Moka, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 224/2015-GLPMDB).

****. Em 26.08.2015, os Senadores Antonio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e o Senador José Serra, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Ofs. 159 e 162/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.08.2015, os Senadores Douglas Cintra e Blairo Maggi foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a Comissão (Of. 63/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (indicações feitas pela liderança em Plenário).

*****. Em 27.08.2015, foi aprovado o Requerimento nº 982, de 2015, que amplia o número de vagas da comissão de 14 para 17.

1. Em 1º.09.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar, Romero Jucá e Blairo Maggi, respectivamente, Presidente, Vice Presidente e Relator deste Colegiado (Mem. 1/2015-CDNE).

2. Em 01.09.2015, o Senador Benedito de Lira foi indicado membro titular, e o Senador Gladson Cameli, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a comissão (Of. 106/2015-GLDBAG).

3. Em 01.09.2015, o Senador Fernando Bezerra Coelho passa a compor a Comissão como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, em sua substituição (Memo. 82/2015-BLSDEM).

4. Em 01.09.2015, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Memo. 82/2015-BLSDEM).
5. Em 01.09.2015, o Senador Paulo Rocha é designado membro titular e a Senadora Angela Portela membro suplente, para compor a Comissão, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Ofício nº 109/2015-GLDBAG).
6. Em 01.09.2015, o Senador Otto Alencar é designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Ofício nº 234/2015-GLPMDB).
7. Em 03.09.2015, as Senadoras Sandra Braga e Lúcia Vânia foram designadas membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a comissão (Of. 238/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

13) COMISSÃO DA REFORMA POLÍTICA DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Destinada a sistematizar as proposições legislativas afetas ao tema da Reforma Política.
Ato do Presidente nº 12, de 2015

Número de membros: 29 titulares e 29 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

Designação: 17/06/2015

Instalação: 23/06/2015

Prazo final prorrogado: 03/10/2015

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	2. Senador Donizeti Nogueira (PT) ^(1,3)
Senadora Fátima Bezerra (PT) ⁽³⁾	3. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	4. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Reguffe (PDT) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽²⁾
Senador Lasier Martins (PDT)	6. Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁴⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	7.
Senador Benedito de Lira (PP)	8.
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	9.
Senador Otto Alencar (PSD)	10.
Senador Romero Jucá (PMDB)	11.
Senadora Simone Tebet (PMDB)	12.
Senador Jader Barbalho (PMDB)	13.
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	14.
Senador Edison Lobão (PMDB)	15.
Senadora Sandra Braga (PMDB)	16.
Senador José Agripino (DEM)	17.
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	18.
Senador Aécio Neves (PSDB)	19.
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	20.
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	21.
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	22.
Senadora Lídice da Mata (PSB)	23.
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	24.
Senador Fernando Collor (PTB)	25.
Senador Marcelo Crivella (PRB)	26.
Senador Magno Malta (PR)	27.
Senadora Marta Suplicy (S/Partido)	28.
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	29.

Notas:

*. O Ato do Presidente nº 12, de 17 de junho de 2015, fixa em 28 o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy para compor a Comissão.

**. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, fixa em 28 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros da Comissão Temporária, indicando os Senadores Jorge Viana, Humberto Costa, Paulo Rocha, Gleisi Hoffmann, Fátima Bezerra, Lasier Martins, Ivo Cassol, Benedito de Lira, Eunício Oliveira, Otto Alencar, Romero Jucá, Simone Tebet, Jader Barbalho, Garibaldi Alves Filho, Edison Lobão, Sandra Braga, José Agripino, Ronaldo Caiado, Aécio Neves, Aloysio Nunes Ferreira, Tasso Jereissati, Antonio Carlos Valadares, Lídice da Mata, Randolfe Rodrigues, Fernando Collor, Marcelo Crivella, Magno Malta, Marta Suplicy como membros titulares para compor a Comissão.

***. O Ato do Presidente nº 13, de 18 de junho de 2015, indica também os Senadores Walter Pinheiro, Reguffe, Elmano Ferrer e Eduardo Amorim como membros suplentes para compor a Comissão, estabelecendo que as demais indicações deverão ser realizadas pelas lideranças partidárias. Indica ainda os Senadores Jorge Viana, Jader Barbalho e Romero Jucá como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 15, de 25 de junho de 2015, prorroga até o dia 3 de outubro de 2015 o prazo para apresentação do relatório pela Comissão Temporária e fixa em 29 titulares e igual número de suplentes o quantitativo de membros deste Colegiado, indicando, ainda, a Senadora Lúcia Vânia como membro titular para compor a Comissão.

1. Em 23.06.2015, o Senador Reguffe é designado membro titular, em substituição à Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

2. Em 23.06.2015, o Senador Telmário Mota é designado membro suplente (Of. 80/2015-GLDBAG).

3. Em 24.06.2015, o Senador Donizeti Nogueira é designado membro suplente, na vaga da Senadora Fátima Bezerra, que passa à condição de titular, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Of. 81/2015-GLDBAG).

4. Em 02.07.2015, o Senador Gladson Cameli é designado membro suplente (Of. 89/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Reinalson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DO CARF

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar denúncias nos julgamentos realizados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

Requerimento nº 407, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾

Leitura: 28/04/2015

Designação: 13/05/2015

Instalação: 19/05/2015

Prazo final: 16/09/2015

Prazo final prorrogado: 18/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senador Ivo Cassol (PP-RO)
Senador Humberto Costa (PT-PE)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽³⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	2.
Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁴⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB-PE)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC-SE)

Notas:

*. Em 13.05.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Ofs. nºs 51 e 55/2015-BLSDEM).

**. Em 13.05.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro titular e o Senador Eduardo Amorim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 34/2015-BLUFOR).

***. Em 13.05.2015, os Senadores Simone Tebet e Otto Alencar foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a Comissão (Of. 133/2015-GLPMDB).

****. Em 13.05.2015, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a Comissão (Of. 107/2015-GLPSDB).

*****. Em 14.05.2015, os Senadores José Pimentel, Humberto Costa, Donizeti Nogueira e Acir Gurgacz foram designados membros titulares e o Senador Ivo Cassol, membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. nº 70/2015-BLDBAG).

*****. Em 03.09.2015, lido o Requerimento nº 1.022, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 18 de dezembro de 2015.

1. Em 19.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Donizeti Nogueira e Vanessa Grazziotin, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relatora deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICARF).

2. Em 20.05.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, para compor a Comissão (Of. 162/2015-GLPMDB).

3. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Of. 71/2015-GLDBAG).

4. Em 02.06.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 120/2015-GLPSDB).

5. Em 02.06.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 38/2015-GLDEM).

Secretário(a): Felipe Geraldes - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 33034854/3511

E-mail: coceti@senado.leg.br

2)CPI DAS PRÓTESES

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País, desde a indicação e execução dos procedimentos até a cobrança pelos produtos e serviços prestados.

Requerimento nº 93, de 2015

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 25/03/2015

Instalação: 31/03/2015

Prazo final: 28/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT-TO)
Senador Paulo Paim (PT-RS)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	1.

Notas:

*. Em 25.03.2015, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 27/2015-GLBSD).

**. Em 25.03.2015, os Senadores Humberto Costa e Paulo Paim foram designados membros titulares, e o Senador Donizeti Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 28/2015-GLDBAG).

***. Em 25.03.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Of. 24/2015-BLUFOR).

****. Em 25.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro titular, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 82/2015-GLPSDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, para compor a CPI (Of. 77/2015-GLPMDB).

*****. Em 25.03.2015, o Senador Magno Malta foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 16/2015-BLUFOR).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.032, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 25.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. 66/2015-GLPMDB).

3. Em 31.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Aloysio Nunes Ferreira e Humberto Costa, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIDPRO).

4. Em 28.04.2015, o Senador Romário deixa de integrar, como titular, a CPI das Próteses (Of. 50/2015-BLSDEM).

5. Em 13.05.2015, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter deixado de integrar a Comissão (Of. 56/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 61 33033492/3501

Fax: 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

3) CPI DOS FUNDOS DE PENSÃO

Finalidade: Investigar irregularidades e prejuízos ocorridos a partir de 2003 na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar (Fundos de Pensão) nas sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União

Requerimento nº 478, de 2015

Número de membros: 13 titulares e 8 suplentes

Leitura: 06/05/2015

Designação: 16/07/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR) (1)
Senador Telmário Mota (PDT-RR) (1)	2.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1.
Senadora Sandra Braga (PMDB-AM)	2.
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (3)
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (3)	2.
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) (2)	1. Senador Blairo Maggi (PR-MT)

Notas:

- *. Em 16.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, e o Senador Blairo Maggi, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CPI (Of. 53/2015-BLUFOR).
- **. Em 16.07.2015, os Senadores João Alberto Souza, Sandra Braga, Otto Alencar e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 167/2015-GLPMDB).
- ***. Em 16.07.2015, os Senadores Humberto Costa, José Pimentel e Gleisi Hoffmann foram designados membros titulares pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- ****. Em 16.07.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular, e o Senador João Capiberibe, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CPI (indicação do Presidente do Senado).
- *****. Em 16.07.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Bauer, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CPI (Of. 119/2015-GLPSDB e 52/2015-GLDEM).
- 1. Em 17.07.2015, os Senadores Humberto Costa, Telmário Mota e Regina Sousa foram designados membros titulares e a Senadora Ângela Portela, como membro suplente, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 93/2015-GLDBAG).
- 2. Em 05.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixa de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLUFOR).
- 3. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Of. 155/2015-GLPSDB).

4) CPI DO HSBC

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por onze senadores titulares e seis suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades praticadas pelo HSBC na abertura de contas na Suíça.

Requerimento nº 94, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

Leitura: 02/03/2015

Designação: 18/03/2015

Instalação: 24/03/2015

Prazo final: 21/09/2015

Prazo final prorrogado: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁹⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(5,6,7)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)	1.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(2,10)	2.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁸⁾	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1. Senador José Medeiros (PPS-MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR-MT)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 18.03.2015, os Senadores Ricardo Ferraço, Waldemir Moka e Sérgio Petecão foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 75/2015-GLPMDB).

**. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Rocha, Fátima Bezerra, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; os Senadores Ciro Nogueira e Paulo Paim, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Ofs. 29 e 37/2015-GLDBAG; e Mem. 51/2015-GLDPP).

***. Em 18.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular, e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente, pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Of. 15/2015-BLUFOR).

****. Em 18.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, e o Senador Aloysio Nunes Ferreira, membro suplente, pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Ofs. 60 e 61/2015-GLPSDB).

*****. Em 18.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Of. 26/2015-BLSDEM).

*****. Em 08.09.2015, foi lido o Requerimento nº 1.031, de 2015, de prorrogação do prazo final da Comissão até o dia 22 de dezembro de 2015.

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 19.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldemir Moka ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 81/2015-GLPMDB).

3. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Rocha, o Senador Randolfe Rodrigues, e o Senador Ricardo Ferraço, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Memo nº 1/2015 - CPIHSBC).

4. Em 25.03.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. nº 24/2015-GLDEM).

5. Em 30.03.2015, vago em virtude de o Senador Paulo Paim ter deixado de compor a Comissão (Of. nº 45/2015-GLDBAG).

6. Em 31.03.2015, vaga cedida ao Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 46/2015-GLDBAG).

7. Em 31.03.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 43/2015-BLSDEM).

8. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor a Comissão como membro suplente (Of. 67/2015-GLDBAG).
10. Em 20.05.2015, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 161/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Rogério Faleiro Machado - Adjunto - Eduardo do Lago de Sá

Telefone(s): 61 33033510/11

Fax: 61 33031176

E-mail: coceti@senado.leg.br

5) CPI DO FUTEBOL - 2015

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e o Comitê Organizador Local da Copa do Mundo FIFA Brasil 2014 (COL).

Requerimento nº 616, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 28/05/2015

Designação: 07/07/2015

Instalação: 14/07/2015

Prazo final: 22/12/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Humberto Costa (PT-PE)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)	2.
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (2)	
Senador Donizeti Nogueira (PT-TO) (1)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) (7)	1. Senador Hélio José (PSD-DF)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) (8)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) (5)	1.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Romário (PSB-RJ)	1. Senador Roberto Rocha (PSB-MA) (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Fernando Collor (PTB-AL)	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT)

Notas:

*. Em 07.07.2015, os Senadores Humberto Costa e Zezé Perrella foram designados membros titulares; e o Senador Ciro Nogueira, membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CPI (Of. 76/2015-GLDBAG).

**. Em 07.07.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Romero Jucá e Omar Aziz foram designados membros titulares; e o Senador Hélio José, membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor a CPI (Of. 180 e 191/2015-GLPMDB).

***. Em 07.07.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membros titular; e o Senador Wellington Fagundes, membro suplente pelo Bloco União e Força, para compor a CPI (Ofs. 39 e 40/2015/BLUFOR).

****. Em 07.07.2015, o Senador Romário foi designado membros titular; e a Senadora Lídice da Mata, membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CPI (Mem. 58/2015-BLSDEM).

*****. Em 07.07.2015, os Senadores Alvaro Dias e Davi Alcolumbre foram designados membros titulares pelo Bloco da Oposição, para compor a CPI (Of. 123/2015-GLPSDB e Of. 64/2015-GLDEM).

1. Em 08.07.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 82/2015).

2. Em 08.07.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passou a compor a comissão como titular (Of. 82/2015).

3. Em 14.07.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Romero Jucá, respectivamente, Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPICBF).

4. Em 14.07.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 68/2015-BLSDEM).

5. Em 06.08.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que deixa de compor a Comissão (Of. 154/2015-GLPSDB).

6. Em 11.08.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2015-CPIDFDQ).

7. Em 01.09.2015, o Senador João Alberto Souza foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que deixa de compor a Comissão (Of. 233/2015-GLPMDB).

8. Em 02.09.2015, o Senador Eunício Oliveira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 235/2015-GLPMDB).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Donaldo Portela Rodrigues
Telefone(s): 061 33033508/3501
E-mail: coceti@senado.leg.br

6) CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o assassinato de jovens no Brasil.

Requerimento nº 115, de 2015

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

Leitura: 05/03/2015

Designação: 29/04/2015

Instalação: 06/05/2015

Prazo final: 03/11/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Senadora Angela Portela (PT-RR)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN)
Senador Telmário Mota (PDT-RR)	
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
VAGO ⁽²⁾	1. Senadora Simone Tebet (PMDB-MS) ⁽²⁾
Senador José Medeiros (PPS-MT) ⁽³⁾	2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	1.

Notas:

*. Em 29.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão, em vaga cedida pelo Bloco da Maioria (Ofs. 129/2015-GLPMDB e 51/2015-GLBSD).

**. Em 29.04.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a Comissão (Of. 35/2015-GLBSD).

***. Em 29.04.2015, os Senadores Paulo Paim, Angela Portela, Telmário Mota e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Fátima Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a Comissão (Ofs. 42 e 52/2015-GLDBAG).

****. Em 29.04.2015, a Senadora Maria do Carmo foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição para compor a Comissão (Of. 18/2015-GLDEM).

*****. Em 29.04.2015, o Senador Magno Malta é designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força para compor a Comissão (Of. 17/2015-BLUFOR)

*****. Em 29.04.2015, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 128/2015-GLPMDB).

1. Em 06.05.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lídice da Mata, Paulo Paim e Lindbergh Farias, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Memo. 1/2015-CPIADJ).

2. Em 06.05.2015, vago em virtude de a Senadora Simone Tebet deixar de ser membro titular e passar a compor a Comissão na condição de membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 141/2015-GLPMDB).

3. Em 25.08.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia em vaga cedida pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que deixa de compor a comissão (of. 78/2015-BLSDEM).

4. Em 26.08.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco União e Força, no lugar do Senador Magno Malta, que deixa de compor a Comissão (Of. 62/2015-BLUFOR).

5. Em 02.09.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, que deixa de compor a Comissão (Of. 84/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Leandro Cunha Bueno - Adjunto - Marcelo Assaife Lopes
Telefone(s): 33033508/3514
Fax: 33031176
E-mail: coceti@senado.leg.br

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Raimundo Lira (PMDB-PB) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Delcídio do Amaral (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ^(10,16)
Senador Walter Pinheiro (PT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	5. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁵⁾
Senador Telmário Mota (PDT)	6. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Gladson Cameli (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Romero Jucá (PMDB)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	2. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Raimundo Lira (PMDB)	3. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	4. Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾
Senador Ricardo Ferreira (PMDB)	5. Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾
Senador Roberto Requião (PMDB)	6. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹¹⁾
Senador Omar Aziz (PSD)	7. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ⁽¹³⁾
VAGO ⁽¹²⁾	8. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ^(8,14)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador José Serra (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹⁵⁾
Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)	5. Senador Davi Alcolumbre (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	3. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Douglas Cintra, Marcelo Crivella e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Amorim e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAE (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Fernando Bezerra Coelho, Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, Roberto Rocha e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CAE (Of. 3/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Gleisi Hoffmann, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias, Walter Pinheiro, Reguffe e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Humberto Costa, Fátima Bezerra e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAE (Of. 4/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAE (Of. 13/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Camelli e Ivo Cassol membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CAE (Mem. 21 a 24/2015-GLDPP).

*****. Em 05.03.2015, os Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Raimundo Lira, Sandra Braga, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Omar Aziz e Luiz Henrique foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Eunício Oliveira, José Maranhão e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria para compor a CAE (Of. 043/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador José Serra (Of. 23/2015-GLPSDB).

2. Em 03.03.2015, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 42/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Fátima Bezerra (Of. 20/2015-GLDBAG).

6. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio do Amaral e Raimundo Lira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 17/2015-CAE).

7. Em 18.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Ofs. 51/2015-GLPMDB e 81/2015-GLPSDB).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Antonio Anastasia, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado e Davi Alcolumbre (Of. 89/2015-GLPSDB).

9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 121/2015-GLPMDB).

10. Em 05.05.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. 65/2015-GLDBAG).

11. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 142/2015-GLPMDB).

12. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

13. Em 18.05.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 159/2015-GLPMDB).

14. Em 19.05.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores José Serra, Ataídes Oliveira e Antonio Anastasia (Of. 112/2015-GLPSDB).

15. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia, que deixa de integrar a Comissão (Of. 112/2015-GLPSDB).

16. Em 02.07.2015, o Senador Acir Grugacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Donizeti Nogueira (Of. 90/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034544

E-mail: cae@senado.leg.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Lindbergh Farias (PT)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Roberto Requião (PMDB)	1. Senador Hélio José (PSD) (1)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1.

Notas:

1. Em 1º.09.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 129/2015-CAE).

*, Em 18.08.2015, foi lido o ofício 110/2015-CAE, que indica os senadores Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Roberto Requião, Wilder Morais, Vanessa Grazziotin, Lídice da Mata e Marcelo Crivella para comporem o colegiado.

Secretário(a): Camila Moraes Bittar
Telefone(s): 61 33033516
Fax: 61 33034344
E-mail: cae@senado.leg.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 12, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Camila Moraes Bittar

Telefone(s): 61 33033516

Fax: 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Edison Lobão (PMDB-MA) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾	
Senador Humberto Costa (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Senador Paulo Paim (PT) ⁽¹¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	5. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Waldemir Moka (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(6,10)
Senador Edison Lobão (PMDB) ⁽⁶⁾	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽¹²⁾
Senador Otto Alencar (PSD)	6.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador Wilder Morais (DEM)
Senadora Lúcia Vânia (PSB)	2. VAGO ^(5,8)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹³⁾	3.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹³⁾	4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romário (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB) ⁽¹⁾	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(2,3)
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. VAGO
Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CAS (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CAS (Of. 04/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha, Marta Suplicy, Regina Sousa e Angela Portela como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Walter Pinheiro e Fátima Bezerra como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CAS (Of. 7/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Wilder Morais, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Lúcia Vânia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CAS (Of. 15/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Benedito de Lira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CAS (Mem. 25 e 26/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores João Alberto Souza, Rose de Freitas, Waldemir Moka, Dário Berger, Sérgio Petecão e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CAS (Of. 010/2015-GLPMDB).

1. A partir de 25.02.2015, o Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e o Bloco Parlamentar União e Força compartilham as vagas de terceiro titular e terceiro suplente.

2. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 11/2015-BLUFOR).

3. Em 03.03.2015, o Senador Eduardo Amorim deixou a suplência e foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of.10/2015-BLUFOR).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 14/2015-GLDBAG).
5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 47/2015-GLPSDB).
6. Em 12.03.2015, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 53/2015-GLPMDB).
7. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Edison Lobão e Maria do Carmo Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CAS).
8. Em 18.03.2015, o Senador Tasso Jereissati deixou de integrar, como suplente, a CAS (Of. 80/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Romário, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 47/2015-GLBSD).
10. Em 14.04.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria, em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passou a compor a comissão como membro suplente (Of. 119/2015-GLPMDB).
11. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 61/2015-GLDBAG).
12. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 143/2015-GLPMDB).
13. Em 19.05.2015, os Senadores Dalírio Beber e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 113/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

Fax: 3303 3652

E-mail: cas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Maranhão (PMDB-PB) ⁽⁴⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	2. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁹⁾
Senador José Pimentel (PT)	3. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Fátima Bezerra (PT)	4. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	5. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	6. Senador Paulo Paim (PT)
Senador Benedito de Lira (PP)	7. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Ciro Nogueira (PP)	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador Edison Lobão (PMDB)	2. Senador Omar Aziz (PSD)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Senador Romero Jucá (PMDB)	4. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senadora Simone Tebet (PMDB)	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,15)	7. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senador José Maranhão (PMDB)	8. Senador Raimundo Lira (PMDB) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁷⁾	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(10,16)
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	2. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Aécio Neves (PSDB) ^(10,16)	3. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador José Serra (PSDB) ^(1,12,17)	4. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	5. Senador Wilder Morais (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador Roberto Rocha (PSB)	2. Senador João Capiberibe (PSB) ^(14,22)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Douglas Cintra (PTB) ^(20,21)
Senador Marcelo Crivella (PRB)	2. Senador Blairo Maggi (PR) ^(18,19)
Senador Magno Malta (PR)	3. Senador Elmano Férrer (PTB)

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, José Pimentel, Fátima Bezerra, Humberto Costa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Walter Pinheiro, Jorge Viana, Lindbergh Farias, Angela Portela, Zezé Perrella e Paulo Paim como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCJ (Of. 3/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado foram designados membros titulares; e os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Marcelo Crivella e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra, Blairo Maggi e Elmano Férrer, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCJ (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, João Capiberibe e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Of. 05/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Antônio Anastasia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCJ (Of. 16/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol e Ana Amélia membros suplentes pelo Partido Progressista, para compor a CCJ (Mem. 27 a 29 e 44/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Eunício Oliveira, Edilson Lobão, Ricardo Ferreira, Romero Jucá, Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Luiz Henrique e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Omar Aziz, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Dário Berger, Rose de Freitas e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 011/2015-GLPMDB).

1. Em 27.02.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 25/2015-GLPSDB).

2. Em 27.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. 23/2015-GLPSDB).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Maranhão Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CCJ).

5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador José Pimentel Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2015-CCJ).

6. Em 25.03.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Garibaldi Alves Filho, que passa à suplência (Of. 92/2015-GLPMDB).

7. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias, Ataídes de Oliveira, Maria do Carmo Alves e Wilder Moraes (Of. 87/2015-GLPSDB).

8. Em 05.05.2015, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 62/2015-GLDBAG).

9. Em 05.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Jorge Viana (Of. 62/2015-GLDBAG).

10. Em 08.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador Aécio Neves, que deixou de compor a Comissão (Of. 108/2015-GLPSDB).

11. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

12. Em 11.05.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular pelo Bloco da Oposição, em substituição ao Senador José Serra, que deixou de compor a Comissão (Of. 109/2015-GLPSDB).

13. Em 12.05.2015, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 152/2015-GLPMDB).

14. Em 12.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador João Capiberibe, que deixou de compor a Comissão (Of. 54/2015-BLSDEM).

15. Em 12.05.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 153/2015-GLPMDB).

16. Em 14.05.2015, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, que passa a compor a Comissão como suplente (Of. 110/2015-GLPSDB).

17. Em 14.05.2015, o Senador José Serra foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 111/2015-GLPSDB).

18. Em 08.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Blairo Maggi, que deixou de compor a Comissão (Of. 037/2015-BLUFOR).

19. Em 16.06.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 038/2015-BLUFOR).

20. Em 18.08.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Douglas Cintra, que deixou de compor a Comissão (Of. 059/2015-BLUFOR).

21. Em 02.09.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Fernando Collor, que deixou de compor a Comissão (Of. 65/2015-BLUFOR).

22. Em 09.09.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixa de compor a Comissão (Of. 80/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senadora Fátima Bezerra (PT)	1. VAGO (8)
Senadora Angela Portela (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	3. Senador Zeze Perrella (PDT) ⁽⁴⁾
Senador Cristovam Buarque (PDT)	4. Senador Walter Pinheiro (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	5. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Paulo Paim (PT)	6. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senador Ivo Cassol (PP)	7. Senador Ciro Nogueira (PP)
Senador Gladson Cameli (PP) ⁽⁵⁾	8. Senadora Ana Amélia (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Roberto Requião (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	3. Senador Ricardo Ferreira (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	4. Senador Hélio José (PSD)
Senador Otto Alencar (PSD)	5. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Dário Berger (PMDB) ⁽³⁾	6.
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁷⁾	7.
	8.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Alvaro Dias (PSDB)	3. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Antonio Anastasia (PSDB)	4. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ^(6,10)	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Romário (PSB)	2. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)
Senador Roberto Rocha (PSB)	3. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR)	1.
Senador Eduardo Amorim (PSC)	2.
Senador Douglas Cintra (PTB)	3.

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Fátima Bezerra, Ângela Portela, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Lasier Martins e Paulo Paim como membros titulares; e os Senadores Marta Suplicy, Regina Sousa, José Pimentel, Walter Pinheiro, Telmário Mota e Lindbergh Farias como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CE (Of. 5/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Maria do Carmo Alves e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Ronaldo Caiado, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata, Romário e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Antônio Carlos Valadares, Randolfe Rodrigues e Fernando Bezerra, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CE (Of. 06/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, Sandra Braga, João Alberto Souza, Rose de Freitas e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Raimundo Lira, Roberto Requião, Ricardo Ferreira e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CE (Of. 13/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Alvaro Dias, Antônio Anastasia e Lúcia Vânia foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ataídes Oliveira, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CE (Of. 17/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Ana Amélia, como membros suplentes, pelo PP, para compor a CE (Memorandos nos. 30, 31, 32 e 47/2015-GLDPP).

1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Fátima Bezerra, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CE).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Dário Berger foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 34/2015-GLPMDB).

4. Em 06.03.2015, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 21/2015-GLDBAG).

5. Em 17.03.2015, o Senador Galdson Cameli foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira (Of. 36/2015-GLDBAG).

6. Em 24.03.2015, vago em virtude de a Senadora Lúcia Vânia ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015 - GLPSDB).

7. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 120/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de integrar a Comissão (Of. 64/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 145/2015-GLPMDB).

10. Em 19.05.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 114/2015-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

(Requerimento Da Comissão De Educação 26, de 2000)

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

(Requerimento Da Comissão De Educação 1, de 2002)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604/2

Fax: 311-3121/1319

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 311-3498/4604

Fax: 311-3121/1319

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Reguffe (PDT)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁷⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	4. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽³⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁹⁾	2. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Otto Alencar (PSD)	3. VAGO ⁽¹⁰⁾
	4. Senadora Sandra Braga (PMDB) ⁽⁶⁾
	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM) ⁽⁸⁾	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	2. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)
Senador João Capiberibe (PSB)	2. Senador Roberto Rocha (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Douglas Cintra (PTB)	2. Senador Fernando Collor (PTB) ⁽¹¹⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Davi Alcolumbre como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Reguffe e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Regina Souza e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Douglas Cintra foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CMA (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerro, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 10/2015-GLBSD).

*****. Em 25.02.2015, os Senadores Lídice da Mata e João Capiberibe foram designados membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CMA (Of. 08/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Alvaro Dias como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CMA (Of. 24/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, Sandra Braga e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CMA (Of. 16/2015-GLPMDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, pelo PP, para compor a CMA (Of. 37/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Ataídes Oliveira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Mem. nº 1/2015-CMA).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015 o Senador Benedito de Lira foi indicado membro suplente pelo PP (Memo. nº 52/2015-GLDPP).

4. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).

5. Em 17.03.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 31/2015-GLDBAG).

6. Em 17.03.2015, a Senadora Sandra Braga foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 36/2015-GLPMDB).

7. Em 24.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of. 38/2015-GLDBAG).

8. Em 31.03.2015, os membros suplentes do Bloco Parlamentar da Oposição passam a ocupar a seguinte ordem: Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes Ferreira e Davi Alcolumbre (Of. 90/2015-GLPSDB).
9. Em 14.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 122/2015-GLPMDB).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 23.06.2015, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 42/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 38, de 2009)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)		
Senador Jorge Viana (PT)		1.
Senador Reguffe (PDT)		2.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		
Senador Valdir Raupp (PMDB)		1.
Senadora Sandra Braga (PMDB)		2.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)		1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)		
Senador João Capiberibe (PSB)		1. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Eduardo Amorim (PSC)		1.

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia (Mem. 30/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Jorge Viana e Reguffe, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp e Sandra Braga, pelo Bloco da Maioria; Aloysio Nunes Ferreira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; João Capiberibe, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 24/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 48, de 2009)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Designação: 15/04/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)	2.
Senador Ivo Cassol (PP)	3.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2.
VAGO (1)	3.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Lídice da Mata (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1.

Notas:

1. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa e Ivo Cassol, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, João Alberto Souza e Luiz Henrique, pelo Bloco da Maioria; Ronaldo Caiado, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foi designado ainda como suplente o Senador Delcídio Amaral, pelo Bloco de Apoio ao Governo, na Subcomissão (Mem. 23/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 20, de 2010)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

Designação: 15/04/2015

Instalação: 13/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT) ^(1,5)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 12.05.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Mem. 30/2015-CMA).

2. Em 13.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro, Delcídio do Amaral e Paulo Rocha, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste Colegiado (Of. 31/2015-CMA).

3. Em 19.05.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Mem. 33/2015-CMA).

4. Em 19.05.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Mem. 33/2015-CMA).

5. Em 19.05.2015, o Senador Delcídio Amaral foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha, que passou a compor a comissão como membro suplente (Mem. 33/2015-CMA).

*. Em 15.04.2015, foram designados como titulares os Senadores Paulo Rocha, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria, Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição, Vanessa Grazziotin, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Lídice da Mata, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia e Eduardo Amorim, pelo Bloco Parlamentar União e Força (Memo. 25/2015-CMA).

**. Em 15.04.2015, a CMA reunida aprovou o RMA nº 5, de 2015, que reativa esta Subcomissão, com cinco vagas para membros titulares e igual número de suplentes.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS INACABADAS

Finalidade: Acompanhamento e fiscalização de obras inacabadas.

(Requerimento Da Comissão Meio Ambiente, Defesa Do Cons., Fisc. E Contr 6, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

Designação: 06/05/2015

Instalação: 20/05/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Donizeti Nogueira (PT)	1.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB)	1.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Roberto Rocha (PSB)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Douglas Cintra (PTB)	1.

Notas:

1. Em 20.05.2015, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira, Valdir Raupp e Douglas Cintra, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator deste colegiado (Mem. 34/2015-CMA).

*. Em 06.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Donizeti Nogueira, pelo Bloco de Apoio ao Governo; Valdir Raupp, pelo Bloco da Maioria; Ataídes Oliveira, pelo Bloco Parlamentar da Oposição; Roberto Rocha, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia; e Douglas Cintra, pelo Bloco Parlamentar União e Força, na Subcomissão (Mem. 28/2015/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: Terças-Feiras 8:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: cma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁾

TITULARES		Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽⁴⁾		
Senador Paulo Paim (PT)		1. Senador Lindbergh Farias (PT)
Senadora Regina Sousa (PT)		2. Senadora Ana Amélia (PP) (8,10,14)
Senadora Angela Portela (PT) ⁽⁸⁾		3. Senador Telmário Mota (PDT) ⁽³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)		4. Senador Cristovam Buarque (PDT) ⁽²⁾
Senador Donizeti Nogueira (PT)		5. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁴⁾		6.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)		
Senador Dário Berger (PMDB)		1. Senadora Simone Tebet (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)		2. Senador Sérgio Petecão (PSD)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,12)		3. Senadora Marta Suplicy (S/Partido) ⁽⁹⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽¹²⁾		4.
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹³⁾		5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)		
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)		1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽¹¹⁾		2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹¹⁾		3.
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽¹¹⁾		4.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)		
Senador João Capiberibe (PSB)		1. Senador Romário (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)		2. Senador José Medeiros (PPS)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)		
Senador Magno Malta (PR)		1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁵⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)		2. Senador Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁵⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 04/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, os Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e José Medeiros, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDH (Of. 11/2015-GLBSD).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Paulo Paim, Regina Sousa, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Donizeti Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Lindbergh Farias, Angela Portela, Lasier Martins, Reguffe e Humberto Costa como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDH (Of. 9/2015-GLDBAG).

****. Em 25.02.2015, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDH (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Dário Berger, Hélio José e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Simone Tebet e Sérgio Petecão como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDH (Of. 14/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste colegiado (Of. nº 017/2015-CDH).

2. Em 03.03.2015, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Reguffe (Of.15/2015).

3. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Lasier Martins (Of.16/2015).

4. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG)

5. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDH (Of. 14/2015-BLUFOR).

6. Em 24.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Capiberibe Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 24/2015-CDH).

7. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 104/2015-GLPMDB).

8. Em 05.05.2015, a Senadora Angela Portela foi designada membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à Senadora Marta Suplicy, que deixou de compor a Comissão (Of. 63/2015-GLDBAG).

9. Em 06.05.2015, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 144/2015-GLPMDB).
10. Em 27.05.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 72/2015-GLDBAG).
11. Em 28.05.2015, os Senadores Ataídes Oliveira, Flexa Ribeiro e Cássio Cunha Lima foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 116/2015-GLPSDB).
12. Em 29.05.2015, os Senadores Rose de Freitas e Omar Aziz foram designados membros titulares pelo Bloco da Maioria (Of. 165/2015-GLPMDB).
13. Em 03.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 174/2015-GLPMDB).
14. Em 14.07.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Benedito de Lira, que passou a compor a comissão como membro titular (Of. 92/2015-GLDBAG).
15. Em 01.09.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado membro suplente pelo Bloco União e Força (Of. 64/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 7, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 18, de 2015)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senadora Marta Suplicy (S/Partido)
Senadora Regina Sousa (PT)	2. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB) ⁽¹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

*. Em 14.04.2015, os Senadores Cristovam Buarque e Regina Souza foram designados membros titulares; e as Senadoras Marta Suplicy e Fátima Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 34/2015 - CDH).

**. Em 14.04.2015, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues, membro suplente, em vaga compartilhada entre os Blocos Socialismo e Democracia e União e Força (Of. nº 34/2015 - CDH).

***. Em 14.04.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco da Maioria (Of. nº 34/2015 - CDH).

****. Em 14.04.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco da Oposição (Of. nº 34/2015 - CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-4251

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador José Pimentel (PT)
Senador Lindbergh Farias (PT)	2. Senador Telmário Mota (PDT)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	4. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Senadora Ana Amélia (PP)	6. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Edison Lobão (PMDB)	1. Senador João Alberto Souza (PMDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(10,11)	3. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Senador Hélio José (PSD)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador José Agripino (DEM)	1. Senador Ronaldo Caiado (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁾	3. Senador José Serra (PSDB)
Senador Paulo Bauer (PSDB) ^(4,7)	4. Senador Antonio Anastasia (PSDB) ^(2,5,8)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador João Capiberibe (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Magno Malta (PR)	2. Senador Wellington Fagundes (PR)

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Agripino foi designado membro titular e o Senador Ronaldo Caiado, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Gleisi Hoffmann, Lasier Martins e Cristovam Buarque como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Telmário Mota, Delcídio do Amaral, Humberto Costa e Marta Suplicy como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRE (Of. 8/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Crivella e Wellington Fagundes, como membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRE (Of. 04/2015-BLUFOR).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e os Senadores João Capiberibe e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CRE (Of. 9/2015-GLBSD).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Antônio Anastasia e Paulo Bauer foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro, José Serra e Tasso Jereissati, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRE (Of. 20/2015-GLPSDB).

*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular e o Senador Ciro Nogueira membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CRE (Mem. 35 e 36/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Edison Lobão, Roberto Requião, Luiz Henrique, Eunício Oliveira e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Raimundo Lira, Valdir Raupp, Romero Jucá e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CRE (Of. 018/2015-GLPMDB).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

2. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antônio Anastasia, que passou a ocupar vaga de membro suplente (Of. 45/2015-GLPSDB).

3. Em 10.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Luiz Henrique, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2015-CRE).

4. Em 13.03.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. 62/2015-GLPSDB).

5. Em 13.03.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 63/2015-GLPSDB).
6. Em 17.03.2015, o Senador Benedito de Lira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Ciro Nogueira (Of. 35/2015-GLDBAG).
7. Em 05.05.2015, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Antonio Anastasia (Of. 106/2015-GLPSDB).
8. Em 05.05.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em substituição ao Senador Cássio Cunha Lima, que deixou de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPSDB).
9. Em 05.05.2015, vago em virtude de a Senadora Marta Suplicy ter deixado de compor a Comissão (Of. 66/2015-GLDBAG).
10. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
11. Em 07.07.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em vaga existente (Of. 186/2015-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: cre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Delcídio do Amaral (PT)	1. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	2. Senadora Angela Portela (PT)
Senador Lasier Martins (PDT)	3. Senador José Pimentel (PT)
Senador Acir Gurgacz (PDT)	4. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Telmário Mota (PDT)	5. Senador Gladson Cameli (PP) ^(10,13)
Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁵⁾	6. Senador Ivo Cassol (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)	1. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senadora Sandra Braga (PMDB)	2. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Valdir Raupp (PMDB)	3. Senador Dário Berger (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB) ^(7,8)	4. Senador Eunício Oliveira (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Hélio José (PSD)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,9)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. Senador José Agripino (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Senador Paulo Bauer (PSDB)	4.
Senador Dalírio Beber (PSDB) ⁽¹¹⁾	5.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)	1. Senador Roberto Rocha (PSB)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB)	2.
	3.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Blairo Maggi (PR) ⁽³⁾	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Wellington Fagundes (PR)	2. Senador Vicentinho Alves (PR) ^(1,12,14)
Senador Elmano Férrer (PTB) ^(12,14)	3. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).

**. Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, o Senador Gladson Camelli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).

*****. Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).

1. Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).

2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

3. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
4. Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
5. Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
6. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).
7. Em 07.04.2015, vago em virtude de o Senador Fernando Ribeiro não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jader Barbalho.
8. Em 14.04.2015, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 118/2015-GLPMDB).
9. Em 04.05.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 137/2015-GLPMDB).
10. Em 05.05.2015, vago em virtude de o Senador Cristovam Buarque ter deixado de compor a Comissão (Of. 60/2015 - GLDBAG).
11. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 141/2015-GLPSDB).
12. Em 05.08.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 55 e 56/2015-BLUFOR).
13. Em 17.08.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 104/2015-GLDBAG).
14. Em 09.09.2015, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular e o Senador Vicentinho Alves membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 67/2015-BLUFOR).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais
Telefone(s): 61 3303-4607
Fax: 61 3303-3286
E-mail: ci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 6, de 2007)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 8, de 2012)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infraestrutura 24, de 2015)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador Sérgio Petecão (PSD)	1. Senador Walter Pinheiro (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Hélio José (PSD)	1. Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 10.06.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Wilder Morais e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste Colegiado (Of. 20/2015-CI).
2. Em 10.06.2015, o Senador Valdir Raupp foi designado, nos termos do art. 89, IV, do RISF, membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 20/2015-CI).

*. Em 20.05.2015, foram designados como titulares os Senadores Sérgio Petecão, pelo Bloco de Apoio ao Governo, Hélio José, pelo Bloco da Maioria, Wilder Morais, pelo Bloco Parlamentar da Oposição. Foram designados ainda como suplentes os Senadores Walter Pinheiro, pelo Bloco de Apoio ao Governo e Flexa Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 16/2015-CI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador José Pimentel (PT)	1. Senador Walter Pinheiro (PT) ⁽¹⁸⁾
Senador Paulo Rocha (PT)	2. Senadora Regina Sousa (PT)
Senador Humberto Costa (PT)	3. Senadora Fátima Bezerra (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(1,10)
Senador Gladson Cameli (PP)	5. Senador Ciro Nogueira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Simone Tebet (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ^(11,12)	2. Senador Hélio José (PSD) ^(7,15)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	3. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. Senador Romero Jucá (PMDB)
	5. Senador Dário Berger (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
Senador Dalírio Beber (PSDB) ^(5,16)	2. Senadora Lúcia Vânia (PSB)
Senador Ronaldo Caiado (DEM) ^(6,13,17)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL)	2. Senadora Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Elmano Férrer (PTB)	2. Senador Douglas Cintra (PTB) ⁽¹⁴⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e os Senadores Fernando Bezerra e Lídice da Mata, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLBSD).

**. Em 25.02.2015, os Senadores José Pimentel, Paulo Rocha, Humberto Costa e Walter Pinheiro foram designados membros titulares; e os Senadores Donizeti Nogueira, Regina Sousa, Fátima Bezerra e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CDR (Of. 12/2015-GLDBAG).

***. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 4/2015-BLUFOR).

*****. Em 26.02.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CDR (Of. 22/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Simone Tebet, José Maranhão e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, João Alberto Souza, Garibaldi Alves Filho, Romero Jucá e Dário Berger como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CDR (Of. 15/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular, e o Senador Ciro Nogueira como membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CDR (Mem. 38 e 39/2015-GLDPP).

*****. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CDR (Of. 18/2015-GLBSD).

1. Em 03.03.2015, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 17/2015-GLDBAG)

2. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Of. 115/2015-CDR).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CDR (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 06.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 46/2015-GLPSDB).

6. Em 06.03.2015, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 50/2015-GLPSDB).

7. Em 12.03.2015, o Senador João Alberto Souza deixa a suplência e passa a ser membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 56/2015-GLPMDB)

8. Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador João Alberto Souza Vice-Presidente deste colegiado (Of. 153/2015-CDR).
9. Em 19.03.2015, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, deixando de compor a Comissão como membro titular (Of. 83/2015-GLPSDB).
10. Em 26.03.2015, vago em virtude do Senador Lasier Martins ter deixado de compor a comissão (Of. 43/2015-GLDBAG).
11. Em 08.04.2015, vago em virtude de o Senador José Maranhão ter deixado de compor a Comissão (Of. 105/2015-GLPMDB).
12. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 126/2015-GLPMDB).
13. Em 26.05.2015, vago em virtude de o Senador Antonio Anastasia ter deixado de compor a Comissão (Of. 113/2015-GLPSDB).
14. Em 30.06.2015, o Senador Douglas Cintra foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 44/2015-BLUFOR).
15. Em 09.07.2015, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria (Of. 192/2015-GLPMDB).
16. Em 16.07.2015, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 142/2015-GLPSDB).
17. Em 18.08.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição, em vaga cedida pelo PSDB ao Democratas (Ofs. 157/2015-GLPSDB e 78/2015-GLDEM).
18. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Walter Pinheiro, que passa à suplência (Of. 110/2015-GLDBAG).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 2, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 1, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

(Requerimento Da Comissão De Desenvolvimento Regional E Turismo 5, de 2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽²⁾	
Senador Acir Gurgacz (PDT)	1. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Donizeti Nogueira (PT)	2. Senador Lasier Martins (PDT)
Senador Zeze Perrella (PDT)	3.
Senador Delcídio do Amaral (PT)	4.
Senadora Ana Amélia (PP)	5. Senador Benedito de Lira (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Waldemir Moka (PMDB)	1. Senador José Maranhão (PMDB)
Senadora Rose de Freitas (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Dário Berger (PMDB)	3. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	4. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ^(5,6)
Senador Jader Barbalho (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Ronaldo Caiado (DEM)	1. Senador Wilder Moraes (DEM)
VAGO ^(3,7)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ⁽⁷⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Douglas Cintra (PTB)
Senador Blairo Maggi (PR)	2. Senador Elmano Férrer (PTB)
Notas:	
*. Em 25.02.2015, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular e o Senador Wilder Moraes como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).	
**. Em 25.02.2015, os Senadores Wellington Fagundes e Blairo Maggi foram designados membros titulares; e os Senadores Douglas Cintra e Elmano Férrer como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CRA (Of. 4/2015-BLUFOR).	
***. Em 25.02.2015, os Senadores Acir Gurgacz, Donizeti Nogueira, Zezé Perrella e Delcídio do Amaral foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CRA (Of. 11/2015-GLDBAG).	
****. Em 26.02.2015, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CRA (Ofs. 18/2015-GLPSDB).	
*****. Em 26.02.2015, os Senadores Waldemir Moka, Rose de Freitas, Dário Berger e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores José Maranhão, Valdir Raupp, Romero Jucá e Luiz Henrique membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CRA (Of. 17/2015-GLPMDB).	
*****. Em 02.03.2015, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular; e o Senador Benedito de Lira, como membro suplente, pelo PP, para compor a CRA (Memorandos nos. 40 e 41/2015-GLDPP).	
*****. Em 03.03.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Of. 14/2015-GLBSD).	
1. Em 04.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ana Amélia e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 10/2015-CRA).	
2. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).	
3. Em 06.03.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Oposição (Of. 48/2015-GLPSDB).	
4. Em 23.04.2015, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 127/2015-GLPMDB).	
5. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.	
6. Em 24.06.2015, os Senadores Ricardo Ferraço e Hélio José foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (Of. 179/2015-GLPMDB).	
7. Em 09.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão como membro titular pelo Bloco da Oposição e passa a integrar como membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 140/15-GLPSDB e Memo. 63/2015-GLBSD).	

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Quintas-Feiras 8:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hélio José (PSD-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PDT)	1. Senador Zeze Perrella (PDT)
Senador Lasier Martins (PDT)	2. Senador Jorge Viana (PT)
Senador Walter Pinheiro (PT)	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Senadora Angela Portela (PT)	4. Senador Telmário Mota (PDT)
Senador Ivo Cassol (PP)	5. Senador Gladson Cameli (PP)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senadora Sandra Braga (PMDB)
Senador João Alberto Souza (PMDB)	2. Senador Edison Lobão (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	3. VAGO ⁽⁸⁾
Senador Omar Aziz (PSD) ⁽⁵⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PMDB)
Senador Hélio José (PSD) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM)	1. Senador José Agripino (DEM)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS)	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB)
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽²⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁴⁾
Senador Vicentinho Alves (PR)	2.

Notas:

*. Em 25.02.2015, os Senadores Marcelo Crivella e Vicentinho Alves foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CCT (Of. 4/2015-BLUFOR).

**. Em 25.02.2015, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular e o Senador José Agripino como membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

***. Em 25.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Fernando Bezerra, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CCT (Of. 10/2015-GLBSD).

****. Em 25.02.2015, os Senadores Cristovam Buarque, Lasier Martins, Walter Pinheiro e Angela Portela foram designados membros titulares; e os Senadores Zezé Perrella, Jorge Viana, Delcídio do Amaral e Telmário Mota, como membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CCT (Of. 13/2015-GLDBAG).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CCT (Of. 19/2015-GLPSDB).

*****. Em 26.02.2015, os Senadores Valdir Raupp, João Alberto Souza, Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Sandra Braga, Edison Lobão, Luiz Henrique e Rose de Freitas, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCT (Of. 12/2015-GLPMDB).

*****. Em 02.03.2015, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular e o Senador Gladson Camelli membro suplente pelo Partido Progressista, para compor a CCT (Mem. 42 e 43/2015-GLDPP).

1. Em 03.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Presidente deste colegiado (Mem. 1/2015-CCT).

2. Em 03.03.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia (Of. 18/2015-GLBSD).

3. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).

4. Em 04.03.2015, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 14/2015-BLUFOR).

5. Em 10.03.2015, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 40/2015-GLPMDB).

6. Em 24.03.2015, o Senador Hélio José foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 87/2015-GLPMDB).

7. Em 07.04.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Hélio José Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 7/2015-CCT).

8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.

9. Em 26.05.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Mem. 57/2015-BLSDEM).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-1120
E-mail: cct@senado.gov.br

12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP) ⁽¹⁾	
Senador Paulo Paim (PT)	1. Senador Donizeti Nogueira (PT) ⁽¹³⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT)	2. Senador Paulo Rocha (PT)
Senador Cristovam Buarque (PDT)	3. Senador Ivo Cassol (PP)
Senador Gladson Cameli (PP)	4. Senadora Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senadora Lúcia Vânia (PSB) ^(3,6,8,10)	1. Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB)
Senador Sérgio Petecão (PSD)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	3. Senador Edison Lobão (PMDB)
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM)
	2.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador José Medeiros (PPS) ^(7,9)	1. Senadora Lídice da Mata (PSB) ^(9,12)
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Wellington Fagundes (PR)	1. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽²⁾

Notas:

*. Em 25.02.2015, o Senador Wilder Morais foi designado membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como suplente pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CSF (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).

**. Em 25.02.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CSF (Of. 04/2015-BLUFOR).

***. Em 12.03.2015, os Senadores Hélio José, Sérgio Petecão e Waldemir Moka foram designados membros titulares; os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp e Edison Lobão, membros suplentes pelo Bloco da Maioria, para compor a CSF (Of. 19/2015-GLPMDB).

****. Em 18.03.2015, os Senadores Paulo Paim, Fátima Bezerra, Cristovam Buarque e Gladson Cameli foram designados membros titulares; os Senadores Angela Portela, Paulo Rocha, Ivo Cassol e Gleisi Hoffmann, membros suplentes pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CSF (Of. 30/2015-GLDBAG).

1. Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
2. Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. 13/2015-BLUFOR).
3. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Hélio José ter deixado de integrar a Comissão (Of. 86/2015-GLPMDB).
4. Em 24.03.2015, vago em virtude de o Senador Waldermir Moka ter deixado de integrar a Comissão (Of. 90/2015-GLPMDB).
5. Em 25.03.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Presidente deste colegiado (Of. 1/2015-CSF).
6. Em 25.03.2015, o Senador Juiz Henrique foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria (Of. 091/2015-GLPMDB)
7. Em 22.04.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 47/2015-BLSDEM)
8. Em 11.05.2015, vago em virtude do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10.05.2015.
9. Em 13.07.2015, o Senador José Medeiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin, que passa a compor a Comissão como membro suplente (Memo. 64/2015-GLBSD)
10. Em 15.07.2015, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular pelo Bloco da Maioria para compor a Comissão (Of. 197/2015-GLPMDB).
11. Em 15.07.2015, a Comissão reunida elegeu o Senador Cristovam Buarque Vice-Presidente deste colegiado (Of. 3/2015-CSF).
12. Em 05.08.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, em substituição à senadora Vanessa Grazziotin (Mem. 71/2015-BLSDEM)
13. Em 02.09.2015, o Senador Donizeti Nogueira foi designado membro suplente pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição à senadora Angela Portela (Of. 111/2015-GLDBAG)

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Telefone(s): 61 33031095

E-mail: csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA PÚBLICA - CTG
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

TITULARES	Suplentes
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
1.	
2.	
3.	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
1.	
2.	

CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	COORDENADOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽²⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995

6^a Eleição Geral: 06/03/2007

2^a Eleição Geral: 30/06/1999

7^a Eleição Geral: 14/07/2009

3^a Eleição Geral: 27/06/2001

8^a Eleição Geral: 26/04/2011

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

9^a Eleição Geral: 06/03/2013

5^a Eleição Geral: 23/11/2005

10^a Eleição Geral: 02/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PP)	
Senador José Pimentel (PT-CE)	1. Senadora Angela Portela (PT-RR)
Senadora Regina Sousa (PT-PI)	2. VAGO ⁽³⁾
Senador Lasier Martins (PDT-RS)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽³⁾	4.
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)	1. Senador Omar Aziz (PSD-AM)
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)	2. Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	4.
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Morais (DEM-GO)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PSB, PPS, PSOL, PCdoB)	
Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP)	1.
Senador João Capiberibe (PSB-AP)	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PR, PTB, PSC, PRB)	
Senador Elmano Férrer (PTB-PI)	1.
	2.
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
	(/)

Atualização: 16/06/2015

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal do dia 11/06/2015.
2. Eleitos na 1^a reunião do Conselho realizada em 16/06/2015.
3. Em 16/06/2015, o Senador Paulo Rocha deixa a suplência e é eleito membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. 075/2015-GLDBAG).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

3) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001
2^a Designação: 26/02/2003
3^a Designação: 03/04/2007
4^a Designação: 12/02/2009
5^a Designação: 11/02/2011
6^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 12/03/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258

Fax: 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br

4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:**Senador Fernando Collor (PTB-AL)**MEMBROS****PTB**

Senador Fernando Collor (AL)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PMDB

Senador Romero Jucá (RR)

(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Douglas Cintra (PTB-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽¹⁾

1^a Designação: 23/03/2010

2^a Designação: 14/03/2011

3^a Designação: 11/03/2013

4^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Eunício Oliveira (CE)

PT

Senador Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Acir Gurgacz (RO)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senador Ciro Nogueira (PI)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 19/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 18.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

1^a Designação: 30/11/2010
2^a Designação: 14/03/2011
3^a Designação: 21/03/2012
4^a Designação: 11/03/2013
5^a Designação: 20/05/2014
6^a Designação: 04/03/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Paulo Paim (RS)

PSDB

Senador Flexa Ribeiro (PA)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Lasier Martins (RS)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senadora Maria do Carmo Alves (SE)

PP

Senador Gladson Cameli (AC)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 17/03/2015

Notas:

1. Eleitos na 1^a reunião de 2015, realizada em 17.03.2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL

(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 12/09/2012

2^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

PTB

VAGO

PP

VAGO

PDT

PSB

VAGO

DEM

VAGO

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

Representante da sociedade civil organizada

VAGO

Pesquisador com produção científica relevante

VAGO

Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÉA NOWILL

(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PSB-RJ) ⁽²⁾

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senador Garibaldi Alves Filho (RN)

PT

Senador Lindbergh Farias (RJ)

PSDB

Senador Cássio Cunha Lima (PB)

PSB

Senadora Lídice da Mata (BA)

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PR

Senador Magno Malta (ES)

PSD

Senador Otto Alencar (BA)

DEM

Senador José Agripino (RN)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Elmano Férrer (PI)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSOL

Senador Romário (PSB-RJ) ⁽¹⁾

Atualização: 07/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 19, de 2015, em 01/07/2015

1. O Senador Romário (PSB/RJ) ocupa a vaga por indicação do PSOL.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, em 07/07/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO

(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 20/12/2013

MEMBROS

PMDB

VAGO

PT

VAGO

PSDB

VAGO

PTB

PP

PDT

VAGO

PSB

VAGO

DEM

PR

VAGO

PSD

VAGO

PCdoB

VAGO

PV

VAGO

PRB

VAGO

PSC

VAGO

PSOL

VAGO

SD

VAGO

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

1^a Designação: 16/11/1995
2^a Designação: 30/06/1999
3^a Designação: 27/06/2001
4^a Designação: 25/09/2003
5^a Designação: 26/04/2011
6^a Designação: 21/02/2013
7^a Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)	PMDB
Senadora Simone Tebet (PMDB/MS)	PMDB
Senador Jorge Viana (PT/AC)	PT
Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)	PSDB
Senador Otto Alencar (PSD/BA)	PSD

Atualização: 06/05/2015

Notas:

1. Designado Coordenador conforme o Ato do Presidente nº 7, de 2015, publicado no Diário no Senado Federal do dia 06/05/2015.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	PROCURADORA

Atualização: 31/01/2015

Notas:

1. A Senadora Vanessa Grazziotin foi designada Procuradora Especial da Mulher, conforme ato do Presidente do Senado no. 02, de 2015, publicado no BASF em 12/02/2015.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 14/03/2011
2^a Designação: 21/03/2012
3^a Designação: 11/03/2013
4^a Designação: 26/03/2014
5^a Designação: 01/07/2015

MEMBROS

PMDB

Senadora Simone Tebet (MS)

PT

Senadora Fátima Bezerra (RN)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)

PSB

Senador Fernando Bezerra Coelho (PE)

PDT

Senador Reguffe (DF)

PR

Senador Wellington Fagundes (MT)

PSD

Senador Sérgio Petecão (AC)

DEM

Senador Wilder Morais (GO)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PTB

Senador Douglas Cintra (PE)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PCdoB

Senadora Vanessa Grazziotin (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

Atualização: 01/07/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 18, de 2015, em 01/07/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61)3303-5255

Fax: (61)3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do

RISF):

**16) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO**
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS

DEM

Senador José Agripino (RN)

PCdoB

Senador Lasier Martins (PDT-RS) ⁽¹⁾

PDT

Senador Cristovam Buarque (DF)

PMDB

Senador Jader Barbalho (PA)

PPS

Senador José Medeiros (MT)

PP

Senadora Ana Amélia (RS)

PRB

Senador Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Senador Eduardo Amorim (SE)

PSD

Senador Omar Aziz (AM)

PSOL

Senador Randolfe Rodrigues (AP)

PSB

Senador Roberto Rocha (MA)

PTB

Senador Fernando Collor (AL)

PR

Senador Blairo Maggi (MT)

PSDB

Senador Tasso Jereissati (CE)

PT

Senador Jorge Viana (AC)

Atualização: 04/08/2015

Notas:

*. Designado pelo Ato do Presidente nº 17, de 2015, em 01/07/2015.

1. O Senador Lasier Martins (PDT/RS) ocupa a vaga por indicação do PCdoB.

2. Eleitos na 1ª Reunião de 2015, em 04.08.2015.

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Anexo II, térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES MISTAS

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

(Resolução nº 1, de 2006-CN)

Finalidade: Examinar e emitir parecer, nos termos do § 1º, do art. 166 da Constituição Federal de 1988.

Número de membros: 10 Senadores e 30 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PMDB-ES)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Jaime Martins (PSD-MG)

2º VICE-PRESIDENTE: Deputado Giuseppe Vecci (PSDB-GO)

3º VICE-PRESIDENTE: Senador Walter Pinheiro (PT-BA)

Relator do PLDO: Deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE)

Relator do PLOA: Deputado Ricardo Barros (PP-PR)

Relator da Receita: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Relator do PPPA: Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Rose de Freitas - PMDB/ES	1. Dário Berger - PMDB/SC ⁽⁴⁾
Raimundo Lira - PMDB/PB	2. Hélio José - PSD/DF
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. Lúcia Vânia - PSB/GO ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Acir Gurgacz - PDT/RO	1. Lindbergh Farias - PT/RJ
Walter Pinheiro - PT/BA	2. Angela Portela - PT/RR
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. Davi Alcolumbre - DEM/AP
Wilder Morais - DEM/GO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Roberto Rocha - PSB/MA	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Eduardo Amorim - PSC/SE	1. Elmano Férrer - PTB/PI
PP	
Benedito de Lira - AL	1. Ivo Cassol - RO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Edmar Arruda - PSC/PR	1. Danilo Forte - PMDB/CE
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO
César Halum - PRB/TO	3. Expedito Netto - SD/RO
Genecias Noronha - SD/CE	4. Jhonatan de Jesus - PRB/RR
Hildo Rocha - PMDB/MA	5. Kaio Maniçoba - PHS/PE
João Arruda - PMDB/PR	6. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Lelo Coimbra - PMDB/ES	7. Mauro Lopes - PMDB/MG
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Nilton Capixaba - PTB/RO	9. Vitor Valim - PMDB/CE
Ricardo Teobaldo - PTB/PE	10. Washington Reis - PMDB/RJ
Lázaro Botelho - PP/TO	11. Cacá Leão - PP/BA
Ricardo Barros - PP/PR	12. Julio Lopes - PP/RJ ⁽²⁾
Elmar Nascimento - DEM/BA	13. Pedro Fernandes - PTB/MA
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
José Rocha - PR/BA	1. Gorete Pereira - PR/CE
Nilto Tatto - PT/SP	2. João Carlos Bacelar - PR/BA
Paulo Pimenta - PT/RS	3. Jorge Solla - PT/BA
Hugo Leal - PROS/RJ	4. José Airton Cirilo - PT/CE
Wadson Ribeiro - PCdoB/MG	5. Leo de Brito - PT/AC
Wellington Roberto - PR/PB	6. Orlando Silva - PCdoB/SP
Zé Geraldo - PT/PA	7. Valtenir Pereira - PROS/MT
Zeca Dirceu - PT/PR	8. Leonardo Monteiro - PT/MG ^(6,7)
Jaime Martins - PSD/MG	9. VAGO ⁽¹⁾
Walter Ihoshi - PSD/SP	10. Átila Lins - PSD/AM
PSDB, PSB, PPS, PV	
Caio Narcio - PSDB/MG	1. César Messias - PSB/AC
Giuseppe Vecci - PSDB/GO	2. Leopoldo Meyer - PSB/PR
Gonzaga Patriota - PSB/PE	3. Evair de Melo - PV/ES ⁽³⁾
Hissa Abrahão - PPS/AM	4. Domingos Sávio - PSDB/MG
João Fernando Coutinho - PSB/PE	5. Izalci - PSDB/DF
Samuel Moreira - PSDB/SP	6. Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE
PDT	
Flávia Morais - GO	1. Pompeo de Mattos - RS
PSOL	
Edmilson Rodrigues - PA	1. Cabo Daciolo - S/Partido/RJ

Notas:

1. Tornada sem efeito a indicação do Deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), em 7/5/2015, conforme Ofício nº 302, de 2015, da Liderança do PSD na Câmara dos Deputados.
2. Designado, como membro suplente, o Deputado Julio Lopes, em substituição ao Deputado Sandes Júnior, em 22-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 273, de 2015, da Liderança do PP.
3. Designado, como membro suplente, o Deputado Evair de Melo, em substituição ao Deputado William Woo, em 25-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 136, de 2015, da Liderança do PPS/PV.
4. Designado, como membro suplente, o Senador Dário Berger, em vaga existente, em 27-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 168, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.
5. Designada, como membro suplente, a Senadora Lúcia Vânia, em vaga existente, em 1-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 169, de 2015, da Liderança do Líder do PMDB e do Bloco da Maioria.

6. O Deputado Weliton Prado deixou de fazer parte da CMO, conforme Ofício nº 435/2015, da Liderança do PT.

7. Designado, como membro suplente, o Deputado Leonardo Monteiro - PT/MG, em vaga existente, em 09-07-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 451, de 2015, da Liderança PT.

Secretário: Walbinson Tavares de Araújo

Telefone(s): (61) 3216-6892

E-mail: cmo.decom@camara.leg.br

Local: Câmara dos Deputados, Plenário 2

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Finalidade: Acompanhar, monitorar e fiscalizar, de modo contínuo, as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sarney Filho (PV-MA)

RELATOR: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

Designação: 19/03/2015

Instalação: 25/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Otto Alencar - PSD/BA (4,16)	1. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	2. VAGO
Roberto Rocha - PSB/MA (9)	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Jorge Viana - PT/AC (2)	1. VAGO
Donizeti Nogueira - PT/TO (2)	2. VAGO
Cristovam Buarque - PDT/DF (2)	3. Ivo Cassol - PP/RO (2)
Gladson Cameli - PP/AC (2)	4. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro - PSDB/PA	1. Aloysio Nunes Ferreira - PSDB/SP
Maria do Carmo Alves - DEM/SE (5)	2. Ronaldo Caiado - DEM/GO (5)
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Fernando Bezerra Coelho - PSB/PE	1. Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Douglas Cintra - PTB/PE	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Eros Biondini - PTB/MG	1. Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO
Daniel Vilela - PMDB/GO (12,15)	2. Luiz Carlos Busato - PTB/RS
Roberto Balestra - PP/GO	3. Valdir Colatto - PMDB/SC (6)
Sergio Souza - PMDB/PR	4. VAGO (12,14)
Jony Marcos - PRB/SE (8)	5. Rômulo Gouveia - PSD/PB (13)
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Angelim - PT/AC	1. Alessandro Molon - PT/RJ
Leônidas Cristina - PROS/CE	2. Átila Lins - PSD/AM (3)
Jaime Martins - PSD/MG (3)	3. Ivan Valente - PSOL/SP (11)
Leonardo Monteiro - PT/MG (10)	4. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Ricardo Tripoli - PSDB/SP	1. Antonio Carlos Mendes Thame - PSDB/SP
Sarney Filho - PV/MA	2. Janete Capiberibe - PSB/AP
PDT (1)	
Giovani Cherini - RS	1. Daniel Coelho - PSDB/PE (7)

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designados, como membros titulares, os Senadores Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, em vagas existentes, e o Senador Gladson Cameli, em substituição ao Senador Ivo Cassol; e, como membro suplente, o Senador Ivo Cassol, em substituição ao Senador Gladson Cameli, em 24-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 41, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. Designado, como membro titular, o Deputado Jaime Martins, em vaga existente, e, como membro suplente, o Deputado Átila Lins, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 181, de 2015, da Liderança do PSD.
4. O Senador Waldemir Moka declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 93, de 2015, da Liderança do Bloco de Maioria,
5. Designada, como membro titular, a Senadora Maria do Carmo, em vaga existente, e, como membro suplente, o Senador Ronaldo Caiado, em vaga existente, em 25-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 22, de 2015, da Liderança do DEM.
6. Designado, como membro suplente, o Deputado Valdir Colatto, em vaga existente, em 08-04-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 567, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
7. Designado, como membro suplente, o Deputado Daniel Coelho, em vaga existente, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 127, de 2015, da Liderança do PDT.
8. Designado, como membro titular, o Deputado Jony Marcos, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 111, de 2015, da Liderança do Bloco PRB/PTN/PMN/PRP/PSDC/PTC/PRTB/PSL e PTdoB.
9. Designado, como membro titular, em vaga cedida, o Senador Roberto Rocha, conforme Ofício nº 52, de 2015, da Bloco Socialismo e Democracia (Sessão do Senado Federal, de 29/04/2015).
10. Designado, como membro titular, o Deputado Leonardo Monteiro (PT/MG), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 249, de 2015, da Liderança do PR.
11. Designado, como membro suplente, o Deputado Ivan Valente (PSOL/SP), em vaga existente, em 11-6-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 153, de 2015, da Liderança do PROS.
12. Designado, como membro suplente, o Deputado Marcus Vicente, em vaga existente, em 1-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 318, de 2015, da Liderança do PP.
13. Designado, como membro suplente, o Deputado Rômulo Gouveia (PTB/PB), em vaga existente, em 2-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 257, de 2015, da Liderança do Democratas.
14. Ofício nº 335/2015, da Liderança do PP, comunicando o desligamento do Deputado Marcus Vicente da Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas - CMMC
15. Designado, como membro titular, o Deputado Daniel Vilela, em vaga existente, em 15-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1029, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
16. Designado, como membro titular, o Senador Otto Alencar, em vaga existente, em 18-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 217, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 61 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

**Comissão Mista Representativa do Congresso
Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas**

(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Finalidade: A Comissão Mista representará o Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), cabendo-lhe exercer os direitos e cumprir os deveres inerentes à participação nesta organização.

Número de membros: 10 Senadores e 10 Deputados

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

(Resolução nº 2, de 2013-CN - Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

Finalidade: A atividade da CCAI tem por principal objetivo, dentre outros, a fiscalização e o controle externos das atividades de inteligência e contrainteligência e de outras a elas relacionadas, no Brasil ou no exterior.

Número de membros: 6 Senadores e 6 Deputados

PRESIDENTE: Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Líder da Maioria Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) (6)	Líder do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)
Deputado indicado pela Liderança da Maioria Deputado Benito Gama (PTB/BA) (2)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) (7)
Deputado indicado pela Liderança da Minoria Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) (1)	Senador indicado pela Liderança do Bloco Parlamentar Minoria Senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) (4)
Deputado indicado pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputado Heráclito Fortes (PSB/PI) (3)	Senador indicado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senadora Marta Suplicy (S/Partido/SP) (5)

Notas:

1. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria, o Deputado Luiz Carlos Jorge Hauly para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 65/2015/GABMIN, despachado na sessão do Senado Federal de 05/03/2015.
2. Designado, em razão da indicação da Liderança da Maioria, o Deputado Benito Gama para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 452/2015/Líder do Bloco da Maioria, despachado na sessão do Senado Federal de 25/03/2015.
3. Designado, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, o Deputado Heráclito Fortes para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 17/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 30/03/2015.
4. Designado, em razão da indicação da Liderança da Minoria no Senado Federal, o Senador Cássio Cunha Lima, para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 88/2015, da Liderança do Bloco da Oposição, despachado na sessão do Senado Federal de 31/03/2015.
5. Designada, em razão da indicação da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, a Senadora Marta Suplicy para compor a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI, conforme Ofício nº 10/2015/CREDN, despachado na sessão do Senado Federal de 08/04/2015.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Soraya Santos, em substituição ao Deputado Leonardo Picciani, em 11-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1128, de 2015, da Liderança do BLOCO PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
7. Designado, como membro titular, o Senador Cristovam Buarque, em vaga existente, em 8-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 201, de 2015, da Liderança do Bloco da Maioria.

Secretário: Thiago Nascimento C. Silva
Telefone(s): 61 3303-3502
E-mail: cocm@senado.leg.br

**Comissão Mista do Congresso Nacional de Assuntos
Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**
(Resolução nº 2, de 2014-CN)

Finalidade: A Comissão Mista é órgão de ligação entre o Congresso Nacional e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP)

Número de membros: 2 Senadores e 4 Deputados

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário: Clarissa Kiwa Scarton Hayashi

Telefone(s): 61 3303-3503

E-mail: cocm@senado.leg.br

Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

(Resolução nº 1, de 2014-CN)

Finalidade: Dispõe sobre a criação da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Deputada Keiko Ota (PSB-SP)

RELATOR: Deputada Luizianne Lins (PT-CE)

Designação: 05/03/2015

Instalação: 10/03/2015

Senado Federal

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (PMDB, PSD)	
Simone Tebet - PMDB/MS	1. VAGO
Rose de Freitas - PMDB/ES	2. VAGO
Sandra Braga - PMDB/AM	3. VAGO
Bloco de Apoio ao Governo (PDT, PT, PP)	
Angela Portela - PT/RR	1. Fátima Bezerra - PT/RN
Marta Suplicy - S/Partido/SP	2. Regina Sousa - PT/PI
Bloco Parlamentar da Oposição (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia - PSB/GO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (PCdoB, PPS, PSB, PSOL)	
Vanessa Grazzotin - PCdoB/AM	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PSC, PR, PRB)	
Wellington Fagundes - PR/MT (19)	1. Eduardo Amorim - PSC/SE (14)
PP	
Ana Amélia - RS	1. VAGO

Câmara dos Deputados

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Conceição Sampaio - PP/AM	1. Cristiane Brasil - PTB/RJ
Dulce Miranda - PMDB/TO	2. Josi Nunes - PMDB/TO
Elcione Barbalho - PMDB/PA	3. Raquel Muniz - PSC/MG
VAGO (17)	4. Rosangela Gomes - PRB/RJ
Jozi Araújo - PTB/AP	5. Simone Morgado - PMDB/PA
Júlia Marinho - PSC/PA	6. Soraya Santos - PMDB/RJ
VAGO	7. Delegado Edson Moreira - PTN/MG (7)
Tia Eron - PRB/BA (11)	8. Dâmina Pereira - PMN/MG (16)
Ezequiel Teixeira - SD/RJ (2)	9. VAGO
Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO (3)	10. VAGO
Christiane de Souza Yared - PTN/PR (7)	11. VAGO
Iracema Portella - PP/PI (8)	12. VAGO
PT, PSD, PR, PROS, PCdoB	
Clarissa Garotinho - PR/RJ	1. José Rocha - PR/BA
VAGO (12)	2. VAGO (12)
Erika Kokay - PT/DF (4)	3. Benedita da Silva - PT/RJ (15)
Luizianne Lins - PT/CE (4)	4. Margarida Salomão - PT/MG (15)
Moema Gramacho - PT/BA (4)	5. Maria do Rosário - PT/RS (15)
Rogério Rosso - PSD/DF (5)	6. Beto Salame - PROS/PA
Alice Portugal - PCdoB/BA (6)	7. VAGO
Givaldo Carimbão - PROS/AL	8. VAGO
PSDB, PSB, PPS, PV	
Bruna Furlan - PSDB/SP	1. Eliziane Gama - PPS/MA (18)
Carmen Zanotto - PPS/SC	2. VAGO
Janete Capiberibe - PSB/AP	3. VAGO
Keiko Ota - PSB/SP	4. VAGO
VAGO (13)	5. VAGO
Mariana Carvalho - PSDB/RO (10)	6. VAGO
PDT	
Flávia Morais - GO (9)	1. VAGO
PSOL (1)	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

Notas:

1. Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.
2. Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.
3. Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
4. Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, da Liderança do PSD.
6. Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.

8. Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
9. Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
10. Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
11. A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
12. Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
13. A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB.
14. Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.
15. Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT.
16. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
17. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN, em 05 de agosto de 2015 (Sessão do Senado Federal).
18. Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.
19. Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.

Secretário: Gigliola Ansiliero
Telefone(s): 61 3303-3504
E-mail: cocm@senado.leg.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATN nº 1, de 2015 - Consolidação da Legislação Federal

Finalidade: Comissão mista destinada à consolidação da legislação federal, à regulamentação dos dispositivos da Constituição Federal, a modernização e o fortalecimento econômico e social do País.

Número de membros: 7 Senadores e 7 Deputados

PRESIDENTE: Deputado Luiz Sérgio (PT-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Luiz Sérgio (PT/RJ)
Deputado Sergio Souza (PMDB-PR)
Deputado Sergio Zveiter (PSD/RJ)
Deputado Miro Teixeira (PROS/RJ)
Deputado Sandro Alex (PPS/PR)
Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)
VAGO

SENADO FEDERAL
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Senadora Lídice da Mata (PSB/BA)
Senador Jorge Viana (PT/AC)
Senador Walter Pinheiro (PT/BA)
Senador Blairo Maggi (PR/MT)
VAGO

CONSELHOS E ÓRGÃOS

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul COMPOSIÇÃO

Número de membros: 10 Senadores e 27 Deputados

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado Edio Lopes (PMDB-RR)

2ª VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

Designação: 07/04/2015

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB, PP, PTB, DEM, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PMN, PRP, PSDC, PEN, PRTB	
Arthur Oliveira Maia - SD/BA	1. Afonso Hamm - PP/RS
Carlos Henrique Gaguim - PMDB/TO	2. Carlos Andrade - PHS/RR
Celso Russomanno - PRB/SP	3. Carlos Gomes - PRB/RS
Dilceu Sperafico - PP/PR	4. Edmar Arruda - PSC/PR
Edio Lopes - PMDB/RR	5. Elizeu Dionizio - SD/MS
José Fogaça - PMDB/RS	6. Fernando Monteiro - PP/PE
Luiz Carlos Busato - PTB/RS	7. Osmar Serraglio - PMDB/PR
Marcelo Aro - PHS/MG	8. Paes Landim - PTB/PI
Renato Molling - PP/RS	9. Ronaldo Benedet - PMDB/SC (4)
Takayama - PSC/PR	10. Wilson Filho - PTB/PB (10)
Mandetta - DEM/MS (5)	11. VAGO
PT, PSD, PR, PDT, PROS, PCdoB	
Arlindo Chinaglia - PT/SP	1. Givaldo Vieira - PT/ES
Benedita da Silva - PT/RJ	2. VAGO (3)
Danrlei de Deus Hinterholz - PSD/RS	3. Hugo Leal - PROS/RJ
Domingos Neto - PROS/CE	4. Jorginho Mello - PR/SC
Fernando Marroni - PT/RS	5. Remídio Monai - PR/RR
Rômulo Gouveia - PSD/PB (6)	6. Jaime Martins - PSD/MG (6)
Luiz Cláudio - PR/RO	7. Ságuas Moraes - PT/MT
Maurício Quintella Lessa - PR/AL	8. Zeca do Pt - PT/MS (9)
PSDB, PSB, PPS, PV	
Eduardo Barbosa - PSDB/MG	1. Moses Rodrigues - PPS/CE
Geovania de Sá - PSDB/SC	2. Tereza Cristina - PSB/MS (1)
Roberto Freire - PPS/SP	3. Vicentinho Júnior - PSB/TO (1)
Rocha - PSDB/AC	4. VAGO
Jose Stédile - PSB/RS (1)	5. VAGO
Heráclito Fortes - PSB/PI (1)	6. VAGO
PDT	

TITULARES	SUPLENTES
Damião Feliciano - PB	1. Weverton Rocha - PSOL/RJ
PSOL	
Jean Wyllys - RJ	1. VAGO

SENADO FEDERAL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo	
Humberto Costa - PT/PE	1. Acir Gurgacz - PDT/RO ⁽²⁾
Fátima Bezerra - PT/RN	2. Angela Portela - PT/RR
Lindbergh Farias - PT/RJ ⁽²⁾	3. Gladson Cameli - PP/AC
Bloco da Maioria	
VAGO ⁽⁸⁾	1. Waldemir Moka - PMDB/MS
Roberto Requião - PMDB/PR	2. Dário Berger - PMDB/SC
Valdir Raupp - PMDB/RO	3. VAGO
Bloco Parlamentar da Oposição	
Paulo Bauer - PSDB/SC	1. VAGO
Davi Alcolumbre - DEM/AP ⁽⁷⁾	2. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia	
Antonio Carlos Valadares - PSB/SE	1. Lídice da Mata - PSB/BA
Bloco Parlamentar União e Força	
Blairo Maggi - PR/MT	1. Eduardo Amorim - PSC/SE

Notas:

1. Designados, como membros titulares, os Deputados José Stédile e Heráclito Fortes, e, como membros suplentes, os Deputados Vicentinho Júnior e Tereza Cristina, conforme Ofício nº 87, da Liderança do PSB (Sessão do Senado Federal de 08/04/2015).
2. Designado, como membro titular, o Senador Lindbergh Farias, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, e, como membro suplente, o Senador Acir Gurgacz, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, em 9-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
3. O Deputado Herculano Passos declinou da indicação para compor a comissão, em 25/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 212, de 2015, da Liderança do PSD.
4. Designado, como membro suplente, o Deputado Ronaldo Benedet, em vaga existente, em 15-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 592, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
5. Designado, como membro titular, o Deputado Mandetta, em vaga existente, em 20-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 154, de 2015, da Liderança do Democratas.
6. Designado, como membro titular, o Deputado Rômulo Gouveia, em substituição ao Deputado Jaime Martins, e, como membro suplente, o Deputado Jaime Martins, em substituição ao Deputado Rômulo Gouveia, em 28-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 261, de 2015, da Liderança do PSD.
7. Designado, como membro titular, o Senador Davi Alcolumbre, em vaga existente, em 29-4-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 29, de 2015, da Liderança do DEM.
8. Vago em razão do falecimento do Senador Luiz Henrique, ocorrido em 10 de maio de 2015.
9. Designado, como membro suplente, o Deputado Zeca do PT, em vaga existente, em 12-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 340, de 2015, da Liderança do PT.
10. Designado, como membro suplente, o Deputado Wilson Filho, em vaga existente, em 20-5-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 164, de 2015, da Liderança do DEM, com aquiescência da Liderança do PTB.

Conselho da Ordem do Congresso Nacional

Decreto Legislativo nº 70, de 1972, regulamentado pelo Ato nº 1, de 1973-CN

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

Eleição Geral: 04/02/2015

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	
Presidente Deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ)	
1º Vice-Presidente Deputado Waldir Maranhão (PP/MA)	
2º Vice-Presidente Deputado Giacobo (PR/PR)	
1º Secretário Deputado Beto Mansur (PRB/SP)	
2º Secretário Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)	
3º Secretário Deputada Mara Gabrilli (PSDB/SP)	
4º Secretário Deputado Alex Canziani (PTB/PR)	
Líder da Maioria VAGO	
Líder da Minoria Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)	
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania Deputado Arthur Lira (PP/AL)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional Deputada Jô Moraes (PCdoB/MG)	

MESA DO SENADO FEDERAL	
Presidente Senador Renan Calheiros (PMDB/AL)	
1º Vice-Presidente Senador Jorge Viana (PT/AC)	
2º Vice-Presidente Senador Romero Jucá (PMDB/RR)	
1º Secretário Senador Vicentinho Alves (PR/TO)	
2º Secretário Senador Zeze Perrella (PDT/MG)	
3º Secretário Senador Gladson Cameli (PP/AC)	
4º Secretário Senadora Angela Portela (PT/RR)	
Líder do Bloco Parlamentar da Maioria VAGO	
Líder do Bloco Parlamentar Minoria Senador Alvaro Dias (PSDB/PR)	
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Senador José Maranhão (PMDB/PB)	
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	

Atualização: 08/04/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255/ 3303-5256
 Fax: 3303-5260
 saop@senado.leg.br

Conselho de Comunicação Social

**Lei nº 8.389, de 1991,
Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2013**

COMPOSIÇÃO

Número de membros: 13 titulares e 13 suplentes.

PRESIDENTE: Miguel Ângelo Cançado⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Ronaldo Lemos⁽¹⁾

Eleição Geral: 05/06/2002

Eleição Geral: 22/12/2004

Eleição Geral: 17/07/2012

Eleição Geral: 08/07/2015

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Walter Vieira Ceneviva	Paulo Machado de Carvalho Neto
Representante das empresas de televisão (inciso II)	José Francisco de Araújo Lima	Márcio Novaes
Representante das empresas de imprensa escrita (inciso III)	Marcelo Antônio Rech	VAGO ⁽²⁾
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Roberto Dias Lima Franco	Liliana Nakonechnyj
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Celso Augusto Schröder	Maria José Braga
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	José Catarino do Nascimento	Antônio Maria Thaumaturgo Cortizo
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Sydney Sanches	Jorge Coutinho
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Pedro Pablo Lazzarini	Luiz Antonio Gerace da Rocha e Silva
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Ronaldo Lemos	Patrícia Blanco
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Miguel Ângelo Cançado	Ismar de Oliveira Soares
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Marcelo Antônio Cordeiro de Oliveira	VAGO

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Henrique Eduardo Alves	Aldo Rebelo
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Fernando César Mesquita	Davi Emerich

Atualização: 15/07/2015

Notas:

1. Eleitos na 1ª reunião do CCS, realizada em 15.07.2015
2. O Conselheiro Lourival Santos renunciou à vaga de suplente, representante de empresas da imprensa escrita, conforme Ofício nº 051/2015-CCS, da Presidência do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional, em 04/08/2015 (Sessão do Senado Federal).

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)
 Telefone(s): 3303-5255
 Fax: 3303-5260
 CCSCN@senado.leg.br

**Edição de hoje: 228 páginas
(O.S. 13110/2015)**

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

**SENADO
FEDERAL**

